

# ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

TEXTOS E ARTIGOS DE ALUNOS(AS) PARTICIPANTES

Organizadores  
**IRIO LUIZ CONTI**  
**EDNI OSCAR SCHROEDER**



SÉRIE COOPERAÇÃO BRASIL – ESPANHA,  
Acesso à Água e Convivência com o Semiárido  
Programa Cisternas - BRA 007-B





# ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

TEXTOS E ARTIGOS DE ALUNOS(AS) PARTICIPANTES

## AUTORES | AUTORAS

Adriana de Oliveira Ribeiro | Alex Federle do Nascimento | Alidéia Oliveira Rodrigues  
Amanda Pereira Alves | Antonia Dilma Silva Marinho | Bianca Espíndola de Abrão  
Camila Seffrin Martinevski | Carlos Humberto Campos | Clara Marinho Pereira  
Danielle Leite Cordeiro | Danielly Martins B. da Silva | Debora Barroso dos Santos  
Deiziane Lima Cavalcante | Francisco Marcelo A. Correia | Francimário Horácio Gomes  
Gilberto Ferreira da Silva Neto | Genovaldo Rodrigues Paixão  
Eugênia da Silva Pereira | Helison Santos Macedo | Igor da Costa Arsky  
Joilda M. de Araújo Eloi | José Kleber R. G. de Andrade  
Josemary Almeida Esteves | Lauren da Silva Pettenon | Leandra Pereira da Silva  
Leidjane Fernandes Baleeiro | Levy da Silva Oliveira | Luzineide Dourado Carvalho  
Maria M. Pereira de Jesus | Mark Luiz Magalhães Silva  
MônicaTorres | Naidison de Quintella Baptista | Rafael Santos Neto  
Renata Paz Cândido Chaves | Silvana Brito de Lima Lutif  
Suzane Ladeia da Silva | Tânia Chantel Freire  
Vandré Francisco Xavier | Vitor Leal Santana

## GOVERNO ESPANHOL

Manuel de La Cámara Hermoso  
Embaixador da Espanha no Brasil

Jesús Maria Molina Vázquez  
Coordenador Geral da Agência Espanhola  
de Cooperação Internacional para  
o Desenvolvimento – AECID

Margarita García Hernández  
Diretora de Programas da Agência Espanhola  
de Cooperação Internacional para  
o Desenvolvimento – AECID

## GOVERNO BRASILEIRO

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello  
Ministra do Desenvolvimento Social  
e Combate à Fome

Arnoldo Anacleto de Campos  
Secretário Nacional de Segurança  
Alimentar e Nutricional

Francisca Rocicleide Ferreira da Silva  
Diretora do Departamento de Fomento  
à Produção e Estruturação Produtiva

Igor da Costa Arsky  
Coordenador-Geral de Acesso à Água

## INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE (IABS)

André Macedo Brügger  
Presidente do Conselho Deliberativo

Luís Tadeu Assad  
Diretor Presidente

---

O “PROGRAMA CISTERNAS” – BRA-007-B foi firmado em 17 de novembro de 2009 entre o Instituto de Crédito Oficial – ICO em nome do Governo da Espanha e o IABS, no âmbito do Fundo de Cooperação para Água e Saneamento – FCAS com aporte financeiro da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID e contrapartida do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

---

## EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA CISTERNAS BRA-007-B

### Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)

Luís Tadeu Assad  
Diretor do Projeto

Carla Gualdani  
Coordenadora Técnica

Milton Krügger Martins  
Gestor de Convênios

### EXECUÇÃO

#### Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Carlos Alexandre Netto  
Reitor da UFRGS

Sérgio Nicolaiewsky  
Diretor Presidente da FAURGS

#### REDEgenteSAN / FAURGS / UFRGS

Edni Oscar Schroeder  
Coordenador Geral da REDEgenteSAN / FAURGS

#### Equipe Técnica

Gilda Glauce Martins Alves  
Assessora Pedagógica

Vera Lucia Mazzini dos Santos  
Assessora Administrativa

Elson Koeche Schroeder  
Assessor de Comunicação

Daniel Thomé de Oliveira  
Gerente Analista de Tecnologia

Alexandre Gervini  
Gerente Operacional de Tecnologia

Eduardo Gehlen Grapiglia  
Assistente Administrativo

### COLABORAÇÃO

#### Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)

Instituto Regional da Pequena Agropecuária  
Apropriada (IRPAA)

---

Esta publicação é o resultado da atividade “Curso Modular de Formação e Aperfeiçoamento em Gestão Pública, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido” – Termo de Parceria 004/2010 celebrado entre o IABS e a FAURGS, no âmbito do Programa Cisternas BRA-007-B.

---

# ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

TEXTOS E ARTIGOS DE ALUNOS(AS) PARTICIPANTES

Organizadores  
**IRIO LUIZ CONTI**  
**EDNI OSCAR SCHROEDER**

editora  
**IABS**

Brasília – 2013



SÉRIE COOPERAÇÃO BRASIL – ESPANHA,  
Acesso à Água e Convivência com o Semiárido  
Programa Cisternas - BRA 007-B

Organizadores da Publicação

Irio Luiz Conti  
Edni Oscar Schroeder

Revisor

Irio Luiz Conti

Editoração

Editora IABS

Projeto Gráfico e Capa

Ars Ventura Imagem e Comunicação

Ilustração da Capa

Rodrigo Diniz Torres

Autores | Autoras

Adriana de Oliveira Ribeiro  
Alex Federle do Nascimento  
Alidéia Oliveira Rodrigues  
Amanda Pereira Alves  
Antonia Dilma Silva Marinho  
Bianca Espindola de Abrão  
Camila Seffrin Martinevski  
Carlos Humberto Campos  
Clara Marinho Pereira  
Danielle Leite Cordeiro  
Danielly Martins B. da Silva  
Debora Barroso dos Santos  
Deiziane Lima Cavalcante  
Francisco Marcelo A. Correia  
Francimário Horácio Gomes  
Gilberto Ferreira da Silva Neto  
Genovaldo Rodrigues Paixão  
Eugênia da Silva Pereira  
Helison Santos Macedo

Igor da Costa Arsky

Joilda M. de Araújo Eloi  
José Kleber R. G. de Andrade  
Josemary Almeida Esteves  
Lauren da Silva Pettenon  
Leandra Pereira da Silva  
Leidjane Fernandes Baleeiro  
Levy da Silva Oliveira  
Luzineide Dourado Carvalho  
Maria M. Pereira de Jesus  
Mark Luiz Magalhães Silva  
Mônica Torres  
Naidison de Quintella Baptista  
Rafael Santos Neto  
Renata Paz Cândido Chaves  
Silvana Brito de Lima Lutf  
Suzane Ladeia da Silva  
Tânia Chantel Freire  
Vandré Francisco Xavier  
Vitor Leal Santana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Textos e Artigos de Alunos(as) Participantes / Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS / REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

ISBN 978-85-64478-21-3

208 p.

1. Semiárido Brasileiro. 2. Convivência. 3. Educação Contextualizada I. Título. II. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN III. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS. IV. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID V. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. VI. Editora IABS.

CDU: 323.2

338.2

---

Publicação concebida e viabilizada pela  
COOPERAÇÃO BRASIL – ESPANHA,  
Programa Cisternas - BRA 007-B, 2010 - 2014

Esta obra está disponível na Biblioteca Virtual da REDEgenteSAN:

[www.redesan.ufrgs.br/biblioteca-virtual](http://www.redesan.ufrgs.br/biblioteca-virtual)

e no site da Editora IABS: [www.editoraiabs.com.br](http://www.editoraiabs.com.br)

Distribuição gratuita e possíveis reproduções poderão ser analisadas pelas entidades organizadoras.

# SUMÁRIO

---

<b>Apresentação</b> .....	11
<b>Envolvimentos</b> .....	15
<b>Introdução</b> .....	19
Irio Luiz Conti	
<b>Fatores históricos, sociais, culturais e políticos do Semiárido</b> .....	27
Naidison de Quintella Baptista e Carlos Humberto Campos	
<b>Convivência com o Semiárido Brasileiro</b> .....	35
Amanda Pereira Alves	
<b>Transformações e protagonismo social no Semiárido</b> .....	38
Mark Luiz Magalhães Silva, Alidéia Oliveira Rodrigues e Suzane Ladeia da Silva	
<b>Acesso à água no meio rural</b> .....	59
Igor da Costa Arsky, Vitor Leal Santana e Danielle Leite Cordeiro	
<b>Estratégias de captação e gestão das águas no assentamento Che Guevara, Ocara-CE</b> .....	67
Igor da Costa Arsky e Vitor Leal Santana	
<b>Acordo de Pesca: uma estratégia para a soberania alimentar</b> .....	77
Debora Barroso dos Santos e Tânia Chantel Freire	
<b>Impactos das cisternas em Serrinha-BA</b> .....	87
Gilberto Ferreira da Silva Neto	
<b>Cisternas nas escolas: portas de entrada para uma educação contextualizada no Semiárido</b> .....	99
Rafael Santos Neves e Clara Marinho Pereira	
<b>Mobilização e Educação: mecanismos de transformação no Semiárido Brasileiro</b> .....	109
Eugênia da Silva Pereira e Leidjane Fernandes Baleeiro	



<b>Educação não formal e emancipação das mulheres do campo</b> .....	123
Adriana de Oliveira Ribeiro, Maria Madalena Pereira de Jesus e Vandré Francisco Xavier	
<b>Protagonismo das mulheres na comunidade de Riacho do Paulo, Apuiarés-CE</b> .....	133
Antonia Dilma Silva Marinho e Renata Paz Cândido Chaves	
<b>Experiência da ASA na Convivência com o Semiárido</b> .....	141
Leandra Pereira da Silva	
<b>Fórum de São Miguel do Gostoso: um instrumento de participação e intervenção nas políticas públicas</b> .....	151
Francimário Horácio Gomes e Silvana Brito de Lima Lutf	
<b>Movimentos sociais e políticas públicas de convivência com o Semiárido</b> .....	159
Renata Paz Cândido Chaves, Deiziane Lima Cavalcante, Levy da Silva Oliveira e Antonia Dilma Silva Marinho	
<b>O papel do ProRural nas articulações com as Redes Sociais: Conselhos de Desenvolvimento, Associações e Fóruns</b> .....	167
Danielly Martins Barbosa da Silva, Francisco Marcelo Alencar Correia, Josemary Almeida Esteves e José Kleber Ramos G. de Andrade	
<b>Segurança alimentar e nutricional e acesso à água no Norte de Minas Gerais</b> .....	175
Genovaldo Rodrigues Paixão	
<b>Soberania e segurança alimentar e nutricional no Semiárido sergipano</b> .....	183
Alex Federle do Nascimento, Helison Santos Macedo e Joilda Meneses de Aquino Eloi	
<b>O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa</b> .....	193
Irio Luiz Conti, Bianca Espíndola de Abrão, Camila Seffrin Martinevski e Lauren da Silva Pettenon	



# LISTA DE SIGLAS

---

**AACC/RN** - Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte  
**AATR-BA** - Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia  
**ABONG** - Associação Brasileira de ONGs  
**ACRANE** - Associação Cultural Raízes Nordestinas  
**ADEL** - Agência de Desenvolvimento Econômico Local  
**ALCA** - Área de Livre Comércio das Américas  
**AM** - Amazonas  
**ANA** - Agência Nacional de Águas  
**ANMC** - Associação Nacional de Mulheres Camponesas  
**ANMTR** - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
**ASA** - Articulação no Semi-Árido Brasileiro  
**ATES** - Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária  
**ATP** - Assessoria Técnica Permanente  
**CAA** - Centro de Assessoria do Assuruá  
**CAE** - Conselho Municipal de Alimentação Escolar  
**CAR** - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
**CEAHS** - Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza  
**CENTEC** - Instituto Centro de Ensino Tecnológico  
**CETAP** - Centro de Tecnologias Alternativas Populares  
**CETRA** - Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador  
**CESBs** - Companhias Estaduais de Saneamento  
**CDJBC** - Centro Dom José Brandão de Castro  
**CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
**CONDRAF** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
**CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
**COPAC** - Cooperativa Agroindustrial de Beneficiamento de Cajuína  
**CMDRs** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
**CNRH** - Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
**COP3** - 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca  
**CPT** - Comissão Pastoral da Terra  
**DLIS** - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável



**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente  
**EFAs** - Escolas Famílias Agrícolas  
**EMA** - Encontros Municipais de Agroecologia e Economia Solidária  
**EMATER-RN** - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN  
**FAPEAM** - Fundo de Amparo à Pesquisa do Amazonas  
**FAT** - Fundo de Amparo ao Trabalhador  
**FETRAECE** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará  
**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**FOOP** - Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso  
**FUMAC** - Fundo Municipal de Apoio Comunitário  
**GR's** - Grupos de Responsabilidades  
**GRH** - Gestão em Recursos Hídricos  
**GTA** - Grupo de Trabalho Amazônico  
**IABS** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade  
**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IDENE** - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais  
**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano  
**IMA** - Instituto Mineiro de Agropecuária  
**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
**INPA** - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**IPECE** - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
**LOSAN** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
**MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens  
**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MEC** - Ministério da Educação  
**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**MMC** - Movimento de Mulheres Camponesas  
**MMM** - Marcha Mundial das Mulheres  
**MMTR** - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Ribeirinhas do Amazonas  
**MMTR** - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**ODM** - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
**OMTR** - Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
**ONGs** - Organizações Não Governamentais  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos  
**PAC** - Programa de Apoio Comunitário  
**PCPR** - Projeto de Combate à Pobreza Rural  
**PAPP** - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor  
**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**P1MC** - Programa Um Milhão de Cisternas Rurais  
**P1+2** - Programa Uma Terra e Duas Águas  
**PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
**PLANASA** - Plano Nacional de Saneamento Básico  
**PRA** - Programa Residência Agrária  
**PRONAF** - Programa Nacional de Agricultura Familiar  
**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
**PNRH** - Política Nacional de Recursos Hídricos  
**PRODEMA** - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
**PDHC** - Projeto Dom Helder Câmara  
**ProRural** - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural  
**PROSA** - Programa de Produção Agroecológica e Segurança Alimentar  
**RD** - Região de Desenvolvimento  
**RedeSAN** - Rede Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional  
**RODA** - Rede de Organização em Defesa das Águas  
**SAB** - Semiárido Brasileiro  
**SAF** - Secretaria de Agricultura Familiar  
**SEI** - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
**SESEMAR** - Instituto de Assessoria e Apoio aos Povos das Serras, Sertão e Mar  
**SESAN** - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
**SEDES** - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza  
**SINE** - Sistema Nacional de Emprego  
**SISAN** - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
**SINTRAF** - Sindicato dos Trabalhadores/as da Agricultura Familiar  
**SUDENE** - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
**STR** - Sindicato de Trabalhadores Rurais  
**TECHNE** - Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar  
**UFAM** - Universidade Federal do Amazonas  
**UEL** - Unidade Executora Local  
**UFC** - Universidade Federal do Ceará  
**UGM** - Unidade Gestora Microrregional  
**UGMs** - Unidades Gestoras Microrregionais  
**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
**UTR** - Unidade Técnica Regional





# APRESENTAÇÃO

---

*A Série Cooperação Brasil-Espanha – Programa Cisternas BRA 007-B, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido* é fruto das atividades e parcerias desenvolvidas entre 2010 e 2014 no âmbito deste programa, com o objetivo de consolidar e difundir os diferentes tipos de ações e conhecimentos tão significativos para a convivência com o semiárido brasileiro.

O Programa Cisternas BRA 007-B, vinculado ao Fundo de Cooperação para Água e Saneamento – FCAS, foi criado a partir da parceria entre Instituto de Crédito Oficial – ICO em nome do Governo Espanhol e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS. O aporte financeiro foi oriundo da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, com contrapartida do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS.

O Programa visou, entre seus objetivos, contribuir para a transformação social, a promoção e valorização da água como um direito essencial à vida e à cidadania. Buscou ainda a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o semiárido brasileiro. Essas ações foram impulsionadas por meio da difusão de tecnologias sociais que tem no processo participativo as bases fundamentais de suas ações, permitindo a viabilidade da região e o protagonismo do seu povo.

O processo de difusão de tecnologias e novo paradigma de convivência com o semiárido partiu de uma iniciativa da sociedade civil, organizada com o objetivo de garantir o acesso à água potável às famílias onde o problema da escassez de água para o consumo humano direto afeta a sobrevivência dessa população. A partir deste momento, as políticas públicas de universalização do acesso à água incorporaram tais processos a fim de contribuir com os movimentos e articulações locais.

A tecnologia social apoiada e difundida como as cisternas de placas para a captação de água de chuva representa uma solução de acesso a recursos



hídricos para a população rural da região. Essas Cisternas são destinadas à população rural de baixa renda, que sofre com os efeitos das secas prolongadas que chegam a durar oito meses do ano. Nesse período, o acesso à água normalmente se dá através de águas estancadas e poços que se encontram a grandes distâncias e possuem água de baixa ou baixíssima qualidade, provocando doenças nas famílias que se veem obrigadas a consumir água proveniente dessas fontes.

O Semiárido tem a maior parte do seu território coberto pela caatinga, considerada por especialistas o bioma brasileiro mais sensível à interferência humana e às mudanças climáticas globais. Outra característica do semiárido brasileiro é o déficit hídrico, embora isso não signifique falta de água, pelo contrário, é o semiárido mais chuvoso do planeta. Porém, as chuvas são irregulares no tempo e no espaço e a quantidade de chuva é menor do que o índice de evaporação.

Isso significa que as famílias precisam se preparar para a chegada da chuva. Saber gerir seus recursos e ter reservatórios para captar e armazenar água são fundamentais para garantir segurança hídrica no período de estiagem. Exemplos destes reservatórios são, as cisternas domiciliares, cisternas calçadão, cisternas escolares, barragens subterrâneas e outras tecnologias sociais.

Um dos maiores desafios na luta pela convivência com o semiárido é a garantia universal da água para todo o povo sertanejo. Por isso, a cisterna de placa representa um marco nesta busca de soberania hídrica e alimentar. O Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, por meio do projeto Água para Todos, prevê que, até final 2014, sejam implantadas 750 mil cisternas e 6 mil sistemas simplificados de abastecimento direcionados para o consumo humano.

Assim, a partir dos conhecimentos adquiridos pelos parceiros locais, mais de 15 mil cisternas de placas (cisternas domiciliares, de produção e escolares) foram construídas por meio de um processo participativo de gestão, mobilização, capacitação e construção no âmbito da Cooperação Brasil-Espanha.

Além das cisternas de placas – tecnologia social mais consolidada e incorporada às políticas públicas – outras formas de apoio deste programa de cooperação foram fundamentais a este processo.

Foram realizadas importantes ações de fortalecimento institucional; consolidação de redes de saberes; formação de lideranças e gestores vinculados à temática; intercâmbios de práticas e experiências; identificação e difusão de tecnologias sociais a partir do Prêmio Mandacaru; estudos e pesquisas de avaliação de impactos; consolidação do Centro Xingó de Convivência com o Semiárido, além de diversas publicações e vídeos que contribuiriam para o sucesso do programa.

Esperamos assim, contribuir para este novo momento e olhar sobre o semiárido, impulsionando práticas cada dia mais adaptadas ao bioma, à cultura local do povo sertanejo e às melhoras significativas que o Brasil vem passando nos últimos anos.

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**  
**Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**  
**Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade**







Este livro “Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro” é composto por textos que merecem leituras contextualizadas com as realidades do nosso Semiárido brasileiro ou com o objetivo de se conhecer um novo paradigma construído por sertanejos e organizações que se propõem serem sujeitos da própria história presente e futura da região e das pessoas.

Esses textos resultam da produção destacada de gestores e de gestoras que participaram – como Alunos(as) e/ou Colaboradores(as) - dos cursos de formação em “Gestão Pública, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido-2011/2012”, desenvolvidos pelo sistema de educação à distância, através da Plataforma Educacional REDEgenteSAN da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os recursos foram do Fundo de Cooperação para Água e Saneamento (FCAS) - através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e com a intermediação técnica e contratual do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Coordenação Geral de Acesso à Água da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN-MDS), é o responsável pela integração do Programa Cisternas neste acordo de cooperação internacional.

Junto com essas organizações responsáveis pela promoção, organização e execução dos cursos e destes livros da série Cooperação Brasil – Espanha, há que se destacar e reconhecer :

- As comunidades do Semiárido brasileiro que participaram com seus projetos relatados ao longo dos cursos
- As organizações governamentais e não governamentais que emprestaram apoios na construção do projeto, confiando que a processo educacional proposto poderia superar dificuldades tecnológicas concretas e servir de agente qualificador de novas ações no Semiárido



- Os(as) Professores(as) / Autores(as) do próprio Semiárido que tiveram o cuidado de propor textos e temas com identificações concretas com as realidades do Semiárido
- Os(as) Alunos(as) que retiraram tempo de seus cotidianos comprometidos com as comunidades para o desenvolvimento dos estudos e das reflexões propostas

A cada momento do processo fomos estimulados pelo percebido empenho de todos e de todas. Vamos em frente!

**Edni Oscar Schroeder<sup>I</sup>**

Coordenador da REDEgenteSAN / FAURGS / UFRGS

---

I Mestre em Administração de Sistemas Educacionais e Especialista em Projetos de Educação Superior pela FGV-RJ; Bacharel e Licenciado em Química; Professor aposentado da UFRGS; Consultor (eventual) em projetos da FAO e do MDS (CONSAD / Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição / Cisternas); Ex-Presidente do CONSEA-RS. (prof.edni@gmail.com)





# INTRODUÇÃO

---

**Irio Luiz Conti<sup>1</sup>**

O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social (Malvezzi, 2007).

O Semiárido brasileiro é composto por uma realidade dinâmica, complexa e multidimensional. É um amplo mosaico com características peculiares, cujo povo convive com o clima e, criativamente, constitui seus modos de vida nessa vasta parcela do território brasileiro que precisa ser compreendida sob múltiplos olhares e dimensões.

De modo geral as regiões áridas e semiáridas no mundo se caracterizam pela aridez do clima, a deficiência hídrica e precipitações pluviométricas imprevisíveis, além de fatores como a degradação ambiental e o uso inadequado da terra e dos recursos naturais para atividades de agricultura, pecuária e mineração. Atualmente existem áreas áridas e semiáridas em vários lugares do mundo. Elas se diferenciam entre si pelas suas especificidades como as características ambientais, a extensão territorial, os biomas, a densidade demográfica, as formas de apropriação dos recursos naturais e as formas como os seus habitantes culturalmente vivem e desenvolvem as atividades que garantem sua reprodução social nesses ambientes.

O Semiárido brasileiro é o maior do mundo em extensão territorial e densidade demográfica. Compreende aproximadamente 80% do território do Nordeste brasileiro e abrange parte dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, mais o Norte de Minas Gerais e Espírito Santo e Leste do Maranhão. A insuficiência de chuvas, as temperaturas elevadas e as altas taxas de evaporação influenciam fortemente as demais condições naturais e sociais desse meio. Essas características influem

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), bolsista FAPERGS, Mestre em Sociologia, Especialista em Direitos Humanos e Licenciado em Filosofia e Teologia. Coordenou e foi professor dos cursos de formação na RedeSAN/FAURGGS, conselheiro do CONSEA Nacional e Presidente da FIAN Internacional. (irio@ifibe.edu.br)



diretamente nos recursos hídricos, nos solos, na paisagem e na vegetação, predominantemente constituída pelo bioma caatinga, e a multiplicidade de espécies que compõem essa biodiversidade. Agregam-se a esses fatores a histórica concentração da terra e da água, que favoreceu a dominação política, baseada no autoritarismo, no paternalismo e no clientelismo.

Ao longo da história a questão climática, intrínseca ao Semiárido brasileiro, tem contribuído para acentuar desigualdades regionais e fortalecer concepções e posturas de desprezo por essa região do Brasil. Para muitas pessoas, especialmente para certos governantes, a seca era entendida como um problema que limita o desenvolvimento regional e é responsável pela pobreza e os baixos índices de desenvolvimento humano ainda presentes na região. Essa realidade foi magnificamente descrita sob o viés histórico, sociológico, documental e literário pelo escritor Euclides da Cunha, em sua clássica obra *Os Sertões*, publicada em 1902.

A concepção da seca como problema tem influenciado e orientado a atuação de muitos governos na formulação, direcionamento e execução de políticas públicas que contribuíram para perpetuar e até agravar problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos. É exatamente essa lógica que fundamenta o que se denomina de ‘indústria da seca’, com a compreensão de que é necessário combater a seca, sem problematizar e entender a semiaridez desde suas origens e as múltiplas formas de conviver com o Semiárido.

A partir da década de 1990 emergem várias organizações e movimentos sociais como atores que incidem substancialmente na alteração das condições estruturais do Semiárido brasileiro. Esses atores, alguns deles já vinham de um longo período de resistência popular e outros surgiram nas nesse período, passam a propor ao Estado brasileiro um conjunto de processos e ações proativas na busca de soluções que valorizem o bioma caatinga com suas potencialidades e apontem para múltiplas alternativas de convivência com Semiárido em suas diversas dimensões. Trata-se de desenvolver formas sustentáveis que potencializem as condições e recursos naturais, fortaleçam os valores culturais e contemplem as questões de gênero e geração a partir das realidades específicas da região. Dessa forma, a convivência se torna possível com a implantação de ações que incrementam a produção da agricultura familiar de acordo com as variações climáticas da região e proporcionam qualidade de vida à população.

Estudiosos dessa região apontam que a convivência com o Semiárido requer a compreensão do clima e a conseqüente adaptação a ele. Não se trata de acabar com a seca, mas de criar mecanismos e condições para adaptar-se de forma inteligente à natureza e suas condicionalidades climáticas, numa relação de respeito com os diferentes ecossistemas presentes na região.

Uma das principais estratégias da convivência reside na produção e na estocagem de bens em períodos chuvosos para utilizá-los em tempos de escassez de chuvas. Entre os bens que precisam ser estocados, cuidados e usados racionalmente está a água. Ela é um componente fundamental para o desenvolvimento das mais variadas formas de vida. O Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do mundo e suas águas, se forem bem estocadas em períodos chuvosos, são suficientes para garantir a produção de alimentos e vida de qualidade às famílias ao longo do ano, com ou sem estiagem. Nessa acepção, conviver com o Semiárido remete para a organização de modos de vida baseados no uso racional, sustentável e equitativo dos bens e dos recursos, na partilha e na justiça social. Pode-se dizer que remete para uma ética da precaução, do saber guardar, cuidar e usar os recursos naturais adequadamente.

Esse processo que vem sendo construído nesses últimos anos, cujos atores sociais e estudiosos o chamam de 'paradigma<sup>2</sup> de "convivência com o Semiárido", congrega uma gama de organizações e movimentos sociais que vêm gestando novas formas de compreender e se relacionar com o Semiárido. Sob diversas óticas esta publicação é perpassada pela noção de convivência. De modo sintético, o quadro a seguir ilustra as principais diferenças que caracterizam o paradigma de "combate à seca" e o de "convivência com o Semiárido".

Quadro 1: Do "combate à seca" à "convivência com o Semiárido"

NOÇÕES	COMBATE À SECA	CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO
Seca	Fenômeno natural, problema a ser combatido. Reproduz modelo concentrador de terra, água e poder.	Característica climática da região que requer formas inteligentes e proativas de adaptação e convivência com os ecossistemas.
Relações entre seres humanos e a natureza	A natureza é uma externalidade a ser desbravada, conquistada, dominada e mercantilizada.	A natureza é percebida e tratada com um sentido ético da prudência, do saber guardar, cuidar (águas, sementes animais e vegetais) e usar de modo ecocentrado.

2 Para uma compreensão mais detalhada sobre paradigma, sua relação e interfaces com a convivência com o Semiárido, Ver: Introdução. CONTI, Irio Luiz; PONTEL, Evandro. In: CONTI, Irio Luiz (Org.) *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*, 2012.



NOÇÕES	COMBATE À SECA	CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO
Concepção de Caatinga, Semiárido e seu povo	Lugar inóspito, terra seca, inviável, atrasado, com um povo e seu modo de vida resignado, vítima da seca, miserável, revoltado ou conformado com a pobreza.	O Semiárido brasileiro é clima, vegetação, solo, sol, água, povo, música, arte, religião, política, história, cultura. É processo social que precisa ser compreendido numa visão holística (Malvezzi, 2007). É um território com identidades multidimensionais e várias alternativas de convivência.
Estratégias (de combate e de convivência com o SAB)	Grandes obras: frentes de trabalho (emergência), barragens, açudes, transposição de bacias, irrigação, carros-pipa, cestas básicas.	Múltiplas: baseadas na descentralização da terra, da água e do saber; educação e ATER contextualizadas (novos saberes e fazeres); guardar água e sementes; tecnologias sociais de acesso à água; protagonismo e participação social.
Sistema agroalimentar	Produção extensiva de grãos e de gado, monocultivos, fruticultura irrigada.	Baseado na agrobiodiversidade e na produção agroecológica para o autoconsumo e a soberania e a segurança alimentar e nutricional.
Racionalidade e visão de mundo	Fragmentada, técnica e centrada no desenvolvimento econômico: gerou crise ambiental, energética, econômica, alimentar e ética.	Ecocentrada e holística, que favorece a emergência da biodiversidade e modos de vida sustentáveis.

Fonte: Conti, 2012, a partir de leituras de autores desta publicação.

Com base na noção de convivência, o Semiárido passa a ser compreendido a partir de suas potencialidades, da cultura, dos saberes e das capacidades de seu povo e seus atores sociais na criação e recriação de processos sociais que geram sua autonomia e seu empoderamento. Gradualmente, essa compreensão adquire visibilidade e consistência através da implantação de políticas públicas que respondam aos desafios que emergem da realidade do povo. Esse processo caracteriza um antes e um depois no Semiárido, sobretudo pela implantação de políticas, programas e projetos que integram formas sustentáveis, expressam o exercício da cidadania e se traduzem em qualidade de vida da população envolvida.



Ao mesmo tempo em que se enfrenta a instabilidade hídrica com tecnologias sociais apropriadas para a captação de águas das chuvas, tomam-se iniciativas que dinamizam a produção alimentar, fortalecem a organização social e estimulam os intercâmbios de saberes e de práticas sociais inovadoras. A partir dos conhecimentos e saberes forjados coletivamente e das tecnologias sociais e produtivas criam-se as condições para se conviver com os ecossistemas de modo sustentável, com o aporte das políticas públicas. Isso, evidentemente, ocorre com a participação ativa e a capacidade de criar, recriar e propor o novo que impregna os processos de organização e cooperação entre as organizações e movimentos sociais.

Esta obra *Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro* resulta de um processo de formação que teve em sua centralidade o Curso de Formação em Gestão Pública, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido, realizado ao longo de 2011, pela Rede Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSAN), com o apoio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). Os artigos que integram esta publicação foram elaborados por professores, colaboradores, alunos e alunas gestores que de alguma forma participaram do curso e, posteriormente, se desafiaram a sistematizar sobre as experiências vividas em suas práticas sociais e problematizadas no decorrer do curso. Como se pode observar na lista de autoria dos artigos, esta é, de fato, uma obra bem coletiva, que resulta de um processo de idas e vindas no “polimento” dos textos até alcançarem a atual forma. São artigos curtos, com linguagem acessível, que expressam as concepções de seus autores e trazem um pouco do vasto mosaico que constitui o Semiárido brasileiro.

Um primeiro conjunto de artigos traz presente uma ampla contextualização do Semiárido brasileiro sob diversas perspectivas. Os primeiros artigos trazem análises dos fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais, bem como das transformações que vêm ocorrendo no Semiárido. A seguir há um bloco de artigos que refletem sobre diferentes estratégias de captação e gestão das águas em vários lugares do Semiárido e também no Amazonas. Destacam a importância da participação da população em todo processo que envolve as tecnologias sociais de captação das águas e o manejo dos recursos, de modo que as pessoas se sintam sujeitos dessas iniciativas.

Um terceiro conjunto de artigos evidencia, sob diversos olhares, a importância dos processos educacionais e organizativos sociais estarem estreitamente imbricados com a convivência com o Semiárido e as mudanças sociais. As cisternas nas escolas e a educação contextualizada se constituem em fatores fundamentais para a criação das bases das mudanças sociais e da convivência,



mas a organização social desde os grupos localizados até as articulações regionais e nacionais se constitui em instrumento poderoso de luta pela vida em cada realidade específica e pela transformação social. Em diversos locais e estados tais articulações convergem em parcerias, tanto entre organizações e movimentos sociais quanto com setores do poder público nas três esferas de governo.

Cabe ressaltar que alguns temas são recorrentes nesta publicação e, por isso, perpassam, mais ou menos, todos os artigos nela contidos. Entre eles está o acesso à água e à terra, a educação contextualizada, a formação articulada com a organização e mobilização social, o protagonismo das mulheres e a soberania e segurança alimentar e nutricional. A interrelação entre estas dimensões e temas mostra que as estratégias que essa parcela da população vem construindo apontam para a produção identitária de sujeitos sociais que se constituem em torno de propostas que têm na centralidade o acesso à terra e à água, mas que confluem para um horizonte estratégico que simbolicamente se explicita na convivência com o Semiárido.

Portanto, os diversos artigos que integram esta publicação trazem oportunas contribuições para se conhecer e compreender mais sobre o Semiárido com suas múltiplas dimensões. O estilo próprio dos 40 autores e autoras que participam desta obra certamente contribui para tornar esta leitura dinâmica e envolvente sobre o Semiárido como um espaço do bem viver das atuais e para as futuras gerações.





# FATORES HISTÓRICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E POLÍTICOS DO SEMIÁRIDO

---

Naidison de Quintella Baptista<sup>I</sup>  
Carlos Humberto Campos<sup>II</sup>

## Aprofundando a leitura do Semiárido

Em 1877, diante das terríveis consequências da grande seca, Dom Pedro II, imperador do Brasil, prometeu acabar com o sofrimento e a fome dos povos do semiárido, nem que, para isso, tivesse que vender a última joia da Coroa. Depois de 120 anos, em 1997, diante de outra grande seca, o então presidente Fernando Henrique Cardoso mencionou que não iria acabar com a seca porque isso depende de forças divinas. Durante séculos, promessas e desculpas tem sido a postura dos governantes em relação à situação do Semiárido.

Hoje, 2012, vivemos nova avassaladora seca. Muitos dos problemas que, durante as secas marginalizam o povo do Semiárido ainda persistem. Algumas práticas que geram clientelismo e buscam manter o povo do Semiárido em processos de opressão tendem a se renovar e aparecer, mesmo que em roupagens diferenciadas.

Esta seca, contudo, aparece como diferente, justamente porque algumas políticas e programas que foram dirigidos ao Semiárido nos últimos anos construíram melhores condições para que sua gente enfrente os problemas da seca de forma mais condigna e eficiente, sem ser manipulada e humilhada.

A persistência das dificuldades e dos problemas no Semiárido, por séculos e séculos, conduz à identificação de suas causas e origens. Os períodos de

---

I Mestre em Teologia, com graduação em Filosofia, Teologia e Educação. Secretário Executivo do Movimento de Organização Comunitária (MOC), membro da Coordenação da ASA Bahia e da Coordenação Nacional da ASA. Conselheiro do CONSEA Nacional e Presidente do CONSEA-Bahia. (naidison@uol.com.br)

II Graduado em Sociologia, membro da Equipe Técnica da Cáritas Brasileira – Regional do Piauí e membro da Coordenação Nacional da ASA. (carloshumberto@caritas.org)



estiagem, mesmo que aconteçam há muito tempo e sejam previsíveis, ainda constituem um dos maiores agravantes da pobreza e da situação de miséria de milhões de pessoas. Isso não significa que os longos períodos de seca sejam a causa fundamental dos problemas regionais. A seca é apenas uma grande “cortina de fumaça” que encobre os verdadeiros problemas estruturais e reforça as estruturas de dominação e exploração, sobretudo, na região Semiárida do Brasil.

Assim sendo, tanto o fato da permanência dos problemas sociais na época das secas, quanto a constatação de que durante esta seca de 2012 há efetivamente melhores condições para a população do semiárido conviver com este fenômeno demonstra que a existência da miséria e da exploração durante as épocas de seca decorrem de opções políticas das pessoas e dos governos em relação ao Semiárido e não são fruto da ação da natureza, como costumam justificar os políticos e a oligarquia.

Ao analisar as marcas do baixo Índice de Desenvolvimento Humano no Semiárido percebe-se que o desenvolvimento foi historicamente negado a essa região do país. E não foi só a negação de um projeto político de desenvolvimento adequado à realidade climática da região, mas também de algo muito mais valioso que dignifica a pessoa, a educação, a autoestima e a consciência de cidadania. A dimensão das consequências do paradigma da “indústria da seca” é muito mais ampla que se possa imaginar. Ela se reflete na desintegração das famílias quando os pais, desesperados, sem perspectivas de vida e vítimas de uma migração forçada, são induzidos a abandonar suas famílias e sair pelo mundo afora em busca de sobrevivência, muitas vezes, para nunca mais voltarem, originando, assim, as viúvas e os órfãos de pais vivos.

A “indústria da seca” também se mostra na desvirtuação dos valores éticos, quando as pessoas, por questões de sobrevivência, são obrigadas a trocar seus direitos de cidadania por um prato de comida, uma consulta médica ou uma carga de água de “carro-pipa”. Nessa situação as pessoas já não se reconhecem mais como cidadãs e com igual direito a uma vida digna. Daí emergem os grandes desafios e a oportunidade de se questionar: qual é o verdadeiro papel do Estado, dos governantes e da sociedade diante dos graves problemas que afligem seus sujeitos?

Nos anos de 1997 e 1998 o Semiárido brasileiro foi mais uma vez assolado por um período de grande seca. Foram atingidos 1.250 municípios e uma população de 12 milhões de pessoas, sendo que as principais vítimas foram os agricultores e agricultoras familiares e os sem terra. A perda de produção na região foi total. Quando não há produção de alimentos por falta de chuva, as famílias passam a sofrer o horror da fome e da sede. O fenômeno das grandes

secas, como referido anteriormente, se repete em 2012. A seca era um fenômeno previsível e algumas políticas como o Bolsa Família, a implantação de redes de captação de água da chuva para uso humano e a produção, assistência técnica, crédito e outras políticas e programas amenizam seus impactos.

O fato de o Semiárido ainda estar despreparado, na sua globalidade, para enfrentar estes momentos fortes amplia sua dependência e fragilidade social e política. A falta de chuva ou as chuvas irregulares revelam, de forma dramática, o nível de pobreza e a fragilidade das condições de vida e trabalho dos agricultores familiares. Essas condições, aliadas às dificuldades de acesso à terra, à água, ao crédito e a uma política agrícola adequada à região, condenam as pessoas ao abandono, à pobreza e à dependência política.

Do ponto de vista social, o Semiárido brasileiro apresenta os piores indicadores, semelhantes aos das regiões mais pobres do mundo. Na saúde constata-se que as principais doenças que acometem a população local são a diarreia, as infecções respiratórias, as verminoses e o tétano. Uma das causas da diarreia é a água consumida e a inexistência de saneamento adequado na maioria absoluta dos municípios da região. O índice de analfabetismo continua sendo o mais alto do país.

Essa realidade do Semiárido, propagada e consolidada no imaginário social, não é resultado de calamidades originadas no clima e na manifestação do fenômeno da seca. Ela é uma construção humana, passível, portanto, de ser revertida. É preciso romper com a imagem negativa em relação ao Semiárido, do sujeito que vive no Semiárido, que é visto como “matuto” ou como um “sujeito sem saber”. O Semiárido é um território complexo e rico sobre o qual ainda pouco se conhece.

O Semiárido, quase sempre, é tratado como inviável e seu povo é visto como incapaz. Será isso verdade? Será mesmo esta a forma adequada para entender os problemas do Semiárido? Na verdade, as causas e raízes são estruturais e políticas, criadas por grupos de pessoas com interesses pessoais e sem consciência coletiva, que ao longo da história construíram o paradigma da “indústria da seca” para manter seus privilégios. Por isso, as causas não são naturais e, sim, passíveis de serem mudadas.

Durante muito tempo e, em muitos casos, ainda nos dias de hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região foram àquelas denominadas de “combate à seca”. Mas, o que são as políticas de combate à seca? São políticas promotoras de grandes obras, normalmente, destinadas a beneficiar os mais ricos, aliadas a ações assistencialistas, destinadas aos mais pobres, como doações, esmolas, distribuição de víveres, distribuição de água com carros-pipa e ações semelhantes. Essas políticas não visam resolver as questões e problemas



do Semiárido e, sim, mantê-los. As ações de combate à seca externamente aparecem como “atos de bondade”, mas, propositalmente, são criadas e mantidas para garantir que o povo do Semiárido permaneça dependente, sem vez e sem voz. Continuando dependente, esse povo nunca conseguiria ser protagonista de sua vida e de sua caminhada. Tais políticas, normalmente, são ligadas ao voto e mantêm no poder as mesmas pessoas e grupos, através da compra de votos.

Juntamente com a concentração de terras, já mencionado, agrava-se a situação com a concentração das águas. Ao longo dos anos armazenou-se cerca de 37 bilhões de litros de água, mas ela está quase toda monopolizada. Obras como açudes, poços e barragens se espalham pelo Semiárido, mas deixam à margem a população esparsa e pobre, quase sempre construídas nas terras de grandes fazendeiros. Essas políticas favoreceram a concentração da terra, das águas, do conhecimento e, por conseguinte, aumentaram a exclusão do povo mais pobre, de tal forma que, a cada seca ocorrida, os ricos ficaram mais ricos, com mais terra e água concentradas em suas propriedades e os mais pobres, ou migravam ou se tornavam mais miseráveis.

Ao analisar-se mais profundamente a questão percebe-se que esta é uma proposta desenvolvimentista, para a qual o que conta é o crescimento econômico, mesmo que ele se construa à custa da vida da maioria da população, que vê as riquezas, sente a região crescer economicamente, mas não é chamada a participar deste crescimento e dele é excluída.

A forte presença das políticas de combate à seca, com contribuição decisiva dos meios de comunicação social, construiu no imaginário popular uma falsa ideia sobre o Semiárido. Por isso, o Semiárido é descrito e apresentado como um lugar apenas de terra rachada e seca, onde se encontram carcaças de gado morto, crianças desnutridas e agricultura improdutiva. Portanto, o que era resultado da falta de estrutura e de políticas condizentes virou falta de água, e o que era a ausência do Estado, como provedor e promotor de políticas públicas adequadas, passou a ser compreendido como incapacidade do povo de inovar e criar alternativas para conviver com as condições de semiaridez da região (ASA, 2009). Nesse meio, a educação descontextualizada contribuiu e ainda contribui para a manutenção dessa situação. Através dela a escola inculca nas mentes das crianças a mentalidade de que na roça e no semiárido não há possibilidade de vida.

## **Um povo lutador, criativo e resistente**

Quem vive no Semiárido e estuda o seu povo encontra, ao invés de um povo incapaz, pessoas lutadoras, criativas, fortes, resistentes, esperançosas e solidárias.



Prova disso é que, por mais políticas malfazejas que se projetem para o Semiárido e, apesar de tudo que se faz contra ele, o povo continua vivo, de pé, lutando pela vida e por seus direitos. As lutas de Antônio Conselheiro, Canudos, do Beato Lourenço, do Caldeirão e muitas outras lutas coletivas contra a injustiça e pelo estabelecimento de uma sociedade mais justa são expressões fortes dessa luta pela vida.

Já nos primórdios houve lutas dos índios e dos negros em busca de liberdade ávida que lhes era negada. Símbolo destes processos foi o Quilombo de Palmares. Vários autores como Djacir Menezes, Josué de Castro e Guimarães Duque foram protagonistas dessa concepção de fazer uma leitura do semiárido a partir de sua história, abrangendo os aspectos físico-climáticos, culturais, políticos e econômicos.

Muitas outras lutas poderiam ser mencionadas, como aquelas pela terra e territórios de povos e comunidades tradicionais, as múltiplas formas de luta pela água, assistência técnica adequada, crédito e educação contextualizada no Semiárido. Além de ser lutador e forte, o povo do semiárido possui uma cultura de resistência contra as adversidades e as investidas dos meios de comunicação social para aniquilá-lo. O povo sertanejo se manifesta e resiste pelas danças e festas dos reisados, os sambas de roda, as toadas, os violeiros repentistas, a poesia de cordel, os fundos rotativos solidários, os bancos de sementes, os mutirões, as batatas de feijão e milho, os bois roubados, as festas de São João, São Pedro e São José, a religiosidade (Padre Cícero, Bom Jesus da Lapa), as músicas e danças específicas, as comidas típicas, as bebidas e frutas, o modo de viver, lutar e amar.

Este é o povo do Semiárido. Não é um povo morto e incapaz, mas sim, um povo vivo, lutador, alegre, criativo, que foi injustiçado pelas políticas adotadas. Na construção de caminhos concretos de convivência com o Semiárido, este povo hoje propõe projetos, programas e políticas que expressam o resultado de suas experiências desenvolvidas, como forma de resistir, permanecer vivo e conviver com o clima, ao invés de combatê-lo.

Atualmente existem as cisternas de placas, as cisternas de produção, as múltiplas formas de barreiros, os tanques de pedra, as múltiplas e simplificadas formas de irrigação sem uso intensivo de água, as modalidades de armazenar os produtos sem agrotóxicos, entre outras tecnologias. Todas essas experiências rompem com o paradigma de um Semiárido sem vida e apontam para a construção de um desenvolvimento baseado na partilha, não voltado às coisas grandiosas e faraônicas, mas calcado em processos simples e acessíveis a todas as pessoas.

Já, na perspectiva de resistência mais organizativa, existem os mutirões, as múltiplas manifestações e reivindicações coletivas. Uma delas foi o simbólico abraço à SUDENE - através do qual os movimentos sociais manifestaram



ao poder público sua insatisfação com as políticas dirigidas ao semiárido e a necessidade de ações diferentes -, as lutas pela terra, os fundos solidários rotativos, os bancos de sementes e outras iniciativas. Esses processos de ação coletiva protagonizados pelos agricultores e os movimentos sociais deram origem, em 1999, à Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), hoje reconhecida como uma experiência exitosa de convivência com o Semiárido. A ASA é uma rede de organizações da sociedade civil que trabalha pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região. Atualmente ela articula cerca de 1.200 organizações, dentre elas, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de trabalhadores da agricultura familiar, cooperativas de produção, instituições sociais das igrejas católica e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas.

A experiência de muitas pessoas e organizações que atuam na região foi se acumulando, unindo sementes de esperança por uma vida melhor, até chegar ao grande momento de criação dessa importante rede de articulação em prol do povo sofrido dessa região. Nessa caminhada, a ASA vem se consolidando como espaço coletivo agregador de centenas de milhares de experiências, com novas tecnologias de convivência, sonhos e vitórias de uma expressiva parcela da população brasileira que luta por vida digna.

As ações da ASA abrangem os nove estados nordestinos e o Norte de Minas Gerais. Suas atividades são desenvolvidas a partir de um novo olhar sobre a região semiárida, rompendo com o falso paradigma de “combate à seca”, para assumir o compromisso de “convivência” com as condições climáticas locais. O desenvolvimento sustentável do Semiárido, proposto na metodologia e na dinâmica de trabalho da ASA, é baseado no respeito ao ecossistema da região e às tradições culturais de seu povo. Para alcançar esse objetivo, a ASA atua na proposição e implementação de políticas públicas que englobam o combate à desertificação; acesso à terra e à água; financiamento, crédito e assistência técnica à agricultura familiar; conservação e reprodução de sementes naturais; educação contextualizada; e democratização da comunicação.

## Referências

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Caminhos para a convivência com o semiárido*. 5 ed. Recife, 2009. Mimeo.

\_\_\_\_\_. V Encontro Nacional da ASA. *Carta política*. Teresina, 2004. Disponível em: [www.asabrasil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod\\_menu=1601](http://www.asabrasil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod_menu=1601). Acesso em: 10 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. IV Encontro Nacional da ASA. *Carta política*. Campina Grande, 2003. Disponível em: [www.asabrasil.org/portal/Informacoes.asp?cod\\_menu=2244](http://www.asabrasil.org/portal/Informacoes.asp?cod_menu=2244). Acesso em: 10 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. III Encontro Nacional da ASA. *Carta política*. São Luis, 2002. Disponível em: [www.asabrasil.org/portal/Informacoes.asp?cod\\_menu=2244](http://www.asabrasil.org/portal/Informacoes.asp?cod_menu=2244). Acesso em: 10 abr. 2011.

ASA Ceará. *Carta política*. Crato, 2007. Disponível em: [www.asabrasil.org.br/portal](http://www.asabrasil.org.br/portal). Acesso em: 10 jul. 2012.

ABONG. *Calendário alusivo aos 500 anos do Brasil*. São Paulo: ABONG e Editora Portfolium, 2000.

SANTOS; Bernadete. *Construindo saberes para educação contextualizada*. Feira de Santana: MOC, 2011.

SILVA; Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.





# CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

---

**Amanda Pereira Alves<sup>1</sup>**

A má distribuição de água no planeta vem sendo um assunto de repercussão no mundo inteiro, pois assola e assusta a todos, por que a água é um bem demasiadamente necessário à vida. Para aproximadamente 24 milhões de pessoas que vivem no Semiárido brasileiro o acesso à água é um grande desafio. Com sete a oito meses de seca esse espaço é marcado por uma crise de recursos hídricos e por contradições sociais.

Com os mais variados problemas sociais, além da dificuldade do acesso à água, a população enfrenta a dificuldade de se alimentar, com alimentos de qualidade e em quantidade insuficientes. Isso se dá em consequência das desigualdades sociais, da estrutura de exclusão em que vivem essas populações. Esse panorama se deve não à escassez de água para o consumo humano e a produção, mas sim pelo fato da falta de infraestrutura hídrica e social, da ausência do Estado enquanto provedor e administrador de políticas públicas, que sempre agiu em contrário à autonomia desses povos. Nesse sentido, Sousa (2005, p. 55) afirma que:

de fato, enquanto as populações subordinadas constituíam os flagelados, os coronéis instrumentalizavam a seca como força de pressão para conseguir verbas federais, as quais, em grande parte, abasteciam os cofres desses coronéis que haviam perdido a posição de cabeça do pólo econômico para o Sul. Eis a lógica da chamada indústria da seca.

Ao longo de décadas o Estado favoreceu o latifúndio, priorizando a pecuária e a grande maioria dos sertanejos foi adentrando nessa estrutura sem ter suas próprias terras. Trabalhando à meia, à quarta, esses agricultores produziam

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade de Norte do Paraná (UNOPAR). Atua profissionalmente no Projeto Cisternas, na Rede de Organização em Defesa das Águas (RODA), Santa Maria da Vitória - Oeste da Bahia. (nandinhaostefelix@hotmail.com)



feijão, milho, mandioca, algodão e o Estado privilegiava os latifundiários em detrimento das famílias agricultoras, que ficaram relegadas as tais políticas assistencialistas. As mesmas proporcionavam lucros para as empreiteiras e agentes de paraestatais, desvio de dinheiro público, através de obras fantasmas e de poços perfurados em terras de fazendeiros.

Ao analisar o Semiárido neste contexto, Sousa (2005) afirma que os principais problemas do Semiárido não são decorrentes, somente, das questões climáticas e ambientais, porém, dos processos sociais e políticos vivenciados historicamente. Desde a colonização essa região vem sofrendo com a degradação do meio ambiente que passou a ser devastado em razão da intensa criação de gado, provocando o desequilíbrio ambiental. Por outro lado, a grande concentração de terra e água nas mãos de pequenos grupos políticos e econômicos, aspectos estes que consolidaram o processo de dominação política pautado no autoritarismo e no abuso de poder dos “coronéis”, o que contribuiu definitivamente para a consolidação de uma cultura política baseada na submissão, no clientelismo, no paternalismo e no comodismo.

Muitos agricultores optaram pela fuga dessas regiões, elevando os altos índices de migração. Do mesmo modo, muitos sertanejos partiram para o Norte, Centro Oeste e Sudeste, a procura de trabalho permanente e melhores condições de vida. Este quadro expressa a falta de recursos econômicos, de políticas públicas adequadas, resultando em desigualdades que se estabelecem no Semiárido entre pequenos produtores e grandes fazendeiros.

Essa é uma realidade sustentada pela suposta inviabilidade dessa região, suposta por que o Semiárido brasileiro vem construindo uma nova realidade, mostrando que do mesmo modo que é possível viver no gelo é possível viver em regiões semiáridas e áridas, e isso depende de estratégias de convivência com essas regiões, que venham a contribuir para a superação deste desafio, por que nessa compreensão a seca deixa de ser um problema e passa a ser um desafio, que é possível superar utilizando-se de políticas públicas adequadas que venham a facilitar a vida no ‘sertão’. Para Malvezzi (2007), as políticas públicas nos últimos anos têm contribuído para novas propostas de convivência com essa região.

Durante décadas as autoridades governamentais concentraram-se em implementar e executar atividades de combate à seca. Isso acontecia de forma emergencial e assistencialista, o que significava a distribuição de água em carros-pipa, construções grandes como poços e barragens eram construídas em propriedades privadas e isso reforçava a dependência política das famílias agricultoras em relação às elites latifundiárias. Assim, essas ações não atendiam, de fato, as populações que realmente delas necessitavam. Além disso, elas

acreditavam que as secas eram catástrofes ambientais e que de qualquer modo a seca deveria ser combatida. Esse tipo de discurso irreal embasava a suposta inviabilidade dessa região.

Portanto, a falta de acesso à água e às políticas públicas adequadas à realidade dessa região, comprometia a vida e a saúde das famílias sertanejas. As mulheres e crianças diretamente eram as mais afetadas, pois as mesmas são as responsáveis pela água da casa, tendo que caminhar quilômetros para buscar água carregando-a sobre a cabeça e ocupando boa parte do seu dia com esta atividade. Malvezzi relata muito bem essa relação feminina com a água ao afirmar que:

A cena das mulheres carregando latas d'água na cabeça é clássica. Sua estética já foi captada por muitos artistas. Caminhando esguias e retilíneas, posição forçada pelo equilíbrio da lata na cabeça, as mulheres realizam um desfile pelas estradas calcinadas do sertão. Também é o momento em que elas se encontram a sós, longe dos homens, e onde podem conversar os assuntos pessoais. O poço, a fonte, a água e o lugar do encontro do feminino, de conversas íntimas, da socialização de problemas, sonhos e desejos (Malvezzi, 2007, p. 14).

Com o comprometimento de sua saúde, dos estudos e do exercício pleno da cidadania, essas famílias rurais não avistavam alternativas para enfrentar essas dificuldades. Somente na década de 1990 se iniciaram novos discursos em torno da sustentabilidade e da convivência com o Semiárido. Nesse debate, ONGs, sindicatos, igrejas e associações discutiram sobre a viabilidade do Semiárido e das propostas de convivência e pressionaram o Estado brasileiro a elaborar outras respostas à questão hídrica no Nordeste e a propor um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável para o Semiárido.

Em 1999 esse movimento ganhou força e foi aí que surgiu a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), que tem como propósito políticas públicas sustentáveis de convivência com o Semiárido. A ASA aposta que a captação e o armazenamento adequado da água da chuva são alternativas para se adaptar às condições ambientais dessa região, tanto sob o ponto de vista produtivo quanto econômico.

Compreendendo o clima e sua vegetação de forma inteligente, o Semiárido ganhou tecnologias de captação de água, as cisternas de placas, uma tecnologia de baixo custo inventada por um pedreiro sergipano que vem mudando a 'cara' do sertão. Essas cisternas de placas captam água da chuva para o consumo humano e a produção. Trata-se de um reservatório de água com forma ovulada, com parte de suas dimensões encravadas no chão. A cisterna é construída no pé das casas, pertinho da cozinha, para facilitar a retirada da água para cozinhar e labutar. Para fazer a colheita da água são usadas as calhas em volta da casa, pois a água da chuva escorre nos telhados cai nas calhas e é armazenada na cisterna. A mesma é



mantida sempre fechada, não permite a entrada da luz, diminuindo, assim, de forma eficaz a evaporação e a transpiração. Essa água fica ali guardada durante todo o período chuvoso, para ser usada somente quando a estiagem chegar.

A ASA, além de defender essa alternativa de armazenamento adequado de água, construiu ao longo dos anos um discurso sobre a realidade social no Semiárido e defende políticas públicas para essa região, na luta pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural de suas populações. Ela denuncia práticas corruptas e inviáveis para essa região, luta pela efetivação de direitos, acredita que em lugar de propostas centralizadoras é possível e urgente desenvolver estratégias de descentralização do acesso à água por meio da construção de tecnologias sociais de baixo custo, simples, sustentáveis, facilmente replicáveis e construídas a partir da mobilização da comunidade. No lugar das grandes obras hidráulicas, como a transposição do rio São Francisco, que são impróprias e favorecem o abastecimento desigual das populações rurais, a ASA propõe as pequenas ações como barragens subterrâneas, cisternas para armazenar água para o consumo e água para a produção, e tanques de pedra que armazenem águas coletivas.

O P1MC já foi proposto em 1999, ano da criação da ASA, mas somente em 2001 no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio de uma negociação com a Agencia Nacional de Águas (ANA), foi dado início às atividades. Entre os critérios que orientam a seleção das famílias beneficiadas são priorizados os seguintes: mulheres chefes de família; famílias com crianças de 0 a 6 anos; crianças e adolescentes frequentando a escola; adultos com idade igual ou superior a 65 anos; e portadores de necessidades especiais. Além destes critérios destaca-se a importância das dimensões sociopolítica e educativa em torno do programa.

As famílias beneficiadas, juntamente com seus familiares, passam por um curso de capacitação chamado de GRH, que significa curso de Gestão em Recursos Hídricos. Nele elas aprendem sobre a cisterna, como utilizá-la de forma adequada, sobre o uso da terra, hortas orgânicas e defensivos orgânicos. Aprendem também sobre direitos e cidadania, que o acesso à água é um direito de todos que a necessitam. As famílias saem desses cursos animadas com o que aprendem e fortalecidas para lutar pelos seus direitos.

Além do P1MC, que assegura a água para o consumo humano, existe o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que é um programa de convivência com o Semiárido. O 1 significa terra para a produção e o 2 corresponde à água, tanto para o consumo humano quanto para a produção de alimentos. É um programa que pretende assegurar à população rural o acesso à terra e à água, bem como seu manejo sustentável, a promoção da segurança alimentar e



nutricional, a geração de empregos e renda às famílias do Semiárido, por meio da construção de processos participativos dessas populações.

As características de solos, a formação rochosa (cristalino, sedimentar, arenito), a localização das implementações, a lógica de produção (agricultura, pecuária, extrativismo) e as formas de manejo também são requisitos observados na escolha das famílias e no tipo de tecnologia mais adequada à sua realidade. O P1+2 não trabalha apenas com as cisternas de captação de água da chuva através de calhas. Existem outras tecnologias, como as cisternas calçadão e de enxurrada, as barragens subterrâneas e os tanques de pedra.

O Projeto Cisternas não é diferente do P1MC e P1+2. Ele tem os mesmos objetivos, que consistem em possibilitar o acesso à água da chuva e fomentar a formação e a capacitação para a convivência sustentável com o Semiárido. É executado sob a forma de transferência de recursos, repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome aos estados, municípios e sociedade civil organizada do Semiárido brasileiro, por meio da celebração de convênios ou termos de parceria, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Edital de Seleção Pública.

Os critérios deste projeto são os mesmos utilizados nos outros, desde o processo de seleção das famílias que é realizado com a participação da sociedade civil organizada, a partir de comissões formadas por sindicatos, igrejas, movimentos sociais e pastorais, entre outros. Essas comissões são conhecidas como comissões municipais ou ASA's municipais. Sem elas seria muito mais difícil executar as atividades do projeto, pois elas conhecem bem os municípios e as localidades que mais necessitam do acesso à água.

Depois dos cadastros efetuados, os animadores, que são técnicos qualificados pela entidade responsável pela sua execução, fazem a vistoria das casas e certificam que as famílias realmente se enquadram como detentoras de direito de acessar ao projeto. Fazem, ainda, a marcação da cisterna da família, explicam todos os detalhes do projeto para que a família se torne ciente do curso de GRH que virá a acontecer e ela aprenderá sobre o manejo da água, os cuidados necessários e sua colaboração na construção de sua própria cisterna. A ASA entende que essa é uma maneira de as próprias famílias se sentirem inseridas no processo de construção e darem mais valor ao benefício.

O P1MC prevê a construção de cisternas de 16 mil litros e também dispõe de reforma e ampliação de telhados das casas das famílias que necessitam de tais reparos. Isso, nos casos das residências terem telhados pequenos ou em casos de serem cobertas com palhas, telhas de amianto ou telhados danificados e impróprios para a coleta da água da chuva.



Nas etapas dos programas citados, as famílias beneficiárias são conscientizadas que o benefício é uma conquista da própria família, não é doação, nem favor, nem presente. É um direito, uma resposta que resulta de anos de organização e luta por garantia de direitos. Nas etapas do processo de inserção das famílias no programa elas passam por vários momentos como: seleção e cadastramento, desenvolvimento dos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos, formação de pedreiros e pedreiras, agricultores e agricultoras, formação de monitores e monitoras para GRH, formação de jovens para a confecção de Bomba Manual, ações de mobilização em nível regional e microrregional. Em todos esses espaços o acesso à água é o elemento que motiva e prepara as pessoas para a mudança de suas vidas.

Estas tecnologias sociais de armazenamento de água da chuva são uma realidade no município de São Felix do Coribe. As comunidades rurais têm se beneficiado das cisternas que muito têm mudado suas vidas. As mulheres que sempre foram as responsáveis por encher seus reservatórios de água se viram libertas dessa atividade cansativa que gerava desgaste físico, quando as mesmas eram submetidas a andar quilômetros em busca de água. Outro impacto importante na vida das famílias foram os resultados escolares das crianças, que passaram a desfrutar de mais saúde e de menos trabalhos domésticos, pois eram submetidas a ajudar na tarefa de carregar a água na cabeça.

Através da construção das cisternas vem também a garantia da segurança alimentar e nutricional. As famílias passam a beber água potável e de boa qualidade, além de poderem plantar verduras e legumes em seu próprio quintal.

Segundo a Rede de Organização em Defesa das Águas (RODA), uma das unidades gestoras da ASA, no município de São Felix do Coribe, oeste da Bahia, já foram construídas mais de 800 cisternas de consumo humano pelo programa P1MC e pelo Projeto Cisternas, que teve atuação no município entre 2010 e 2012, também foram construídas mais de 50 cisternas de produção, nas comunidades rurais deste município. Isso mostra uma nova realidade no município e as possibilidades de se conviver com o Semiárido. Todas as famílias passaram pelo curso de capacitação, puderam aprender sobre o manuseio da cisterna e as questões que a envolvem, e ainda somar forças como comunidade organizada na luta pelos direitos, organizando associações, cooperativas e grupos de base que começam a pressionar os poderes locais para os atendimentos de serviços sociais essenciais em suas comunidades.

Outro fator importante nesse processo de formação acontece no curso de pedreiros, nos quais as próprias comunidades viram escolas coletivas e contextualizadas a céu aberto. Isto é, os próprios beneficiários e moradores das

comunidades são os cursitas, trocam experiências e aprendem passo a passo como se constrói uma cisterna. Deste modo, aprendem uma nova profissão.

Comunidades do município de São Felix do Coribe, como Mozondó, Monte Alegre, Pau Ferrado, Alagoinhas, Caracol, assentamento Boa Sorte e assentamento Bom Sucesso, entre outras, tiveram oportunidades de receber cisternas, mas também de gerar esse movimento de mobilização e formação. É a conquista da água como elemento essencial para o avanço na segurança hídrica e econômica dessas populações, uma esperança de um Semiárido mais justo, igualitário e digno de se viver.

No guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome destaca-se a importância da água na vida das pessoas, conforme segue:

não se faz uma política de segurança alimentar e nutricional sem acesso adequado à água, que é o alimento principal para o corpo. Ao permitirem o acesso à água no próprio domicílio, as cisternas retiram das famílias a tarefa de buscar água em lugares distantes, permitindo a elas aumentar o tempo dedicado à família, ao trabalho familiar e à educação dos filhos. Como as famílias passam a ter água potável, reduz também à incidência de doenças provocadas por água poluída ou contaminada (MDS, 2008, p.12).

Em resposta às demandas da sociedade civil articulada na ASA, hoje o Brasil tem o Programa Água para Todos no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, que visa universalizar as cisternas aos que delas necessitam.

Nessa breve análise se observa outros enfiamentos postos para a ASA como a articulação que reivindica mais recursos para a continuidade de suas ações. O governo federal lançou as cisternas de polietileno (também chamadas de cisternas de plástico) em 2011/2012, com intuito de criar dados e supostamente acelerar o acesso à água no Semiárido. Assim, serão investidos mais de R\$1,5 milhões de reais, na instalação de 300 mil cisternas de plástico. A ASA repudia tal iniciativa porque, além de ser uma tecnologia cara que custa aproximadamente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade, ela não tem durabilidade e o valor gasto pelo governo corresponde a mais que o dobro que a ASA usa para construir uma cisterna de placa. Por meio do P1MC já foram construídas 500 cisternas no Semiárido, com 1.031 municípios atendidos.

A ASA acredita que não se justifica que o Estado brasileiro opte pelas cisternas de polietileno. Além de caras, são adquiridas de multinacionais e podem contribuir para o desvio de recursos públicos, em licitações vantajosas,



enquanto a confecção das cisternas de placas é feita a partir da utilização de produtos adquiridos no mercado local, com tecnologia dominada pelos agricultores e utilização de mão de obra local. Como supracitado, os agricultores aprendem a construir as cisternas em cursos de capacitação para pedreiros, além do que estas saem mais em conta (menos de 50% do custo das outras) e têm eficiência comprovada, diferente das de plástico, muitas das quais não suportaram o calor e derreteram. Enfim, no primeiro ano de utilização muitas delas já se deformaram e ficaram sem condições de serem reutilizadas nos próximos anos.

Diante desses fatores, a ASA lançou uma campanha contra as cisternas de plástico. Alega que além de economicamente inviáveis há outros fatores negativos em relação à distribuição desses equipamentos que já vêm prontos para as famílias. Um deles diz respeito ao não domínio da técnica de construção pelas famílias e pedreiros da região, além do que, com a disseminação das cisternas de plástico, práticas corruptas da “indústria da seca” podem vir a acontecer. Para a ASA a universalização das cisternas não pode acontecer desse modo.

O período de chuvas de 2012 ainda não se encerrou e dados já indicam que poderá haver um período de estiagem bastante longo como não ocorre no Semiárido há, pelo menos, trinta anos. E a situação se agrava, barreiros já secaram, açudes e cisternas estão com pouca água e muitos nem encheram. No estado da Bahia mais de 200 municípios decretaram estado de emergência e os festejos do mês de junho foram cancelados em muitos municípios devido à estiagem. Entretanto, segundo a ASA essa situação de alguma forma já era esperada, e se acredita que se ela tivesse ocorrido há 30 anos com tal intensidade, teria sido uma tragédia social. Mesmo assim, ainda há muito que se avançar no Semiárido. Atualmente as pessoas têm mais acesso às políticas públicas, como a aposentadoria rural, as cisternas, o Bolsa Família, a chegada da energia elétrica, a organização que não existia há trinta anos quando ocorreu uma forte seca que causou grandes tragédias e intensas migrações.

Para Malvezzi (2012) a situação é grave, mas não é mais uma tragédia. Embora possam surgir questionamentos em torno das políticas adotadas até hoje para vencer esse desafio, Malvezzi entende que a grande lógica é a convivência e a prevenção, o armazenamento adequado da água que cai do céu, a fenagem e a silagem para os animais, a difusão e implantação de um leque poderoso de tecnologias sociais que a sociedade e a Embrapa Semiárido já dominam, a educação contextualizada das comunidades para entender melhor a lógica da região na qual vivem, são as melhores soluções encontradas.

Essas alternativas são coerentes e necessitam de mais investimentos por parte do poder público. Para Malvezzi (2012), quando a prevenção não é suficiente é necessário recorrer às medidas de emergência que acontecem em qualquer lugar do mundo. Por conta disso não é necessário fazer loucuras como as cisternas de plástico e obras como a Transposição do rio São Francisco, já orçada em 8,2 bilhões de reais, recursos que seriam suficientes para fazer 90% das adutoras previstas no Atlas do Nordeste.

## Considerações finais

Frente ao exposto fica evidenciado que é impossível construir um grande país sem investimentos do poder público e participação popular. O Semiárido depende de recursos para continuar progredindo dentro de suas inúmeras possibilidades, respeitando sua diversidade ambiental e cultural. É um lugar viável para se viver e seu povo é digno de respeito. A partir de inúmeros estudos e das realidades locais que emergem se confirma que é possível viver no Semiárido de forma digna e humana, romper com as vulnerabilidades sociais a partir do entendimento de que, para isso, é fundamental que haja investimentos em políticas públicas adequadas a cada realidade, como as políticas de convivência com a seca, que através de tecnologias simples e baratas vêm mudando a vida de muitos agricultores dessas regiões.

Outro aspecto relevante que merece menção é o anseio da construção de um Brasil mais desenvolvido, justo, de igualdade, com práticas ambientais corretas. Por este motivo que a continuação de políticas públicas como o P1MC e o P1+2, entre outras, precisa ser fortalecida para reduzir as desigualdades regionais. Essa tarefa é governamental, embora tenha participação de outros setores. Assim, na perspectiva explicitada, as práticas de gestão em recursos hídricos, através de ações emergenciais, devem ser substituídas por ações de planejamento e gestão da água de forma integrada, participativa e descentralizada, em apoio às ações dos órgãos gestores locais, estaduais e de organizações não governamentais.

Por fim, constata-se que há, ainda, um grande segmento da população rural do Semiárido brasileiro que vive em condições precárias, sem as mínimas condições de se manter em seu ambiente natural. Desse modo, a luta justa e necessária se apresenta como um imperativo frente a essa realidade, como um compromisso solidário na construção de outro modelo de sociedade, baseado na cidadania e no enfretamento da miséria.



## Referências

- Agência Nacional de Águas (ANA). *Atlas Nordeste: abastecimento urbano de água*. Brasília, 2005.
- Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Caminhos para a convivência com o semiárido*. 2. ed. Recife: ASACOM, 2008.
- BRASIL. 2000. Ministério da Integração Nacional. *Projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional*. Brasília, 10 vols.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília: MDS, 2 011.
- GNADLINGER, João. *A busca de água no Sertão: Convivendo com o Semiárido*. Juazeiro, BA: IRPPA. 2001.
- MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: Uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Seca furiosa*. Disponível em: <http://www.acessodesterro.com/2012/04/seca-furiosa-por-roberto-malvezzi.html>. Acesso em: 24 jun.2012.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2006.
- \_\_\_\_\_. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 38, n.3, p. 466-485, jul./set. 2007.
- SILVEIRA, Sandra Maria Batista. *O acesso à água como direito das populações do Semiárido: práticas e discursos da Articulação no Semiárido (ASA)*. Recife: UFPE, 2009.







# TRANSFORMAÇÕES E PROTAGONISMO SOCIAL NO SEMIÁRIDO

---

**Mark Luiz Magalhães Silva<sup>I</sup>**  
**Alidéia Oliveira Rodrigues<sup>II</sup>**  
**Suzane Ladeia da Silva<sup>III</sup>**

O Semiárido ocupa parte significativa do território brasileiro e se caracteriza por longos períodos de estiagem. Sua vegetação predominante é a caatinga e é composto por uma ímpar riqueza sociocultural e religiosa de seu povo, com destaque especial em sua resistência ao longo de séculos. Além disso, traz consigo potencialidades historicamente ignoradas ou propositalmente deixadas de lado. O combate à seca sempre foi o ponto de partida para as políticas emergenciais em todos os níveis, como também serviu para justificar a desigualdade social que persiste até os dias de hoje.

Em paralelo a esta realidade, os oprimidos forjaram a sua sobrevivência por meio de lutas criando alternativas de convivência com a realidade. Fruto dessa resistência e, ao mesmo tempo, da criatividade e da pressão popular, começam a ser desenvolvidas na região políticas públicas de convivência, as quais partem do pressuposto de uma região com potencialidades e não mais de uma região

---

I Graduando em Zootecnia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), facilitador de cursos de formação sobre convivência com o Semiárido, realizados através de Projetos e Programas da ASA. Recentemente atuou como técnico de campo (Animador) na microrregião de Guanambi - BA, pelo Centro de Agroecologia do Semiárido (CASA) no Projeto Cisternas. (markzootecnia@hotmail.com)

II Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com especialização em Políticas Públicas de Juventude Rural pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora de Programas e Projetos da ASA, pela Associação Divina Providência, que desenvolve suas ações na microrregião de Brumado, Bahia. (alideiarodrigues@yahoo.com.br)

III Formada em Magistério e graduanda de Teologia no Instituto de Formação e Educação Tecnológica IFETE. Coordenadora do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da ASA, pela Cáritas Regional Nordeste III, na Microrregião de Caetitê, Bahia. (suzane\_str@hotmail.com)



problema. Isto se deve, sobretudo, à sociedade civil organizada, através de organizações e movimentos sociais que vêm desempenhando um papel estratégico na construção das políticas públicas de convivência com o Semiárido.

## **Semiárido: desmistificando visões**

A região semiárida abriga habitantes desde muito antes da chegada dos brancos e tem características próprias que não podem ser limitadas à sua vegetação e ao seu clima. Nas palavras de Malvezzi (2007 p. 9 -10):

O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol, água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só. Traz consigo uma identidade cultural para além do clima e do bioma. É o Semiárido mais chuvoso do planeta: a pluviosidade é, em média, 750 mm/ano (variando, dentro da região, 250 mm/ano a 800 mm/ano). É também o mais populoso, e em nenhum outro as condições de vida são tão precárias como aqui. O subsolo é formado em 70% por rochas cristalinas, rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade da água, normalmente salinizada. Por isso, a captação de água de chuva é uma das formas mais simples, viáveis e baratas para se viver bem na região.

Diante disso, cabe a pergunta: se a região não pode ser considerada apenas a partir de seu clima e de sua vegetação, por que sempre foi vista a partir de um conceito de região problema, onde o único elemento considerado era o fator clima, cujo princípio de combate à seca sempre orientou as ações voltadas para esta região? A partir da caracterização exposta por Malvezzi fica explícito que a compreensão do Semiárido precisa ser ampla, de modo a considerar as várias dimensões e peculiaridades, desde os aspectos naturais, culturais até sociais e políticos. Cabe considerar o Semiárido somente como região demarcada em sua centralidade por um clima que aponta para a seca, sob a lógica dominante do combate à seca, não seria um reducionismo diante dessa peculiar realidade? Ações focadas no combate à seca não expressam a compreensão desse espaço como problema, a partir de uma visão unilateral, sem considerar as demais dimensões que compõem essa realidade, incluindo suas potencialidades?

Em primeiro lugar é oportuno lembrar que a região herdou grandes concentrações de terras do tempo das sesmarias, as quais serviram a interesses das oligarquias locais e, por conseguinte, também a concentração de água. Sem terra e sem água, elementos fundamentais da sobrevivência, os camponeses são

privados de produzir e ficam em situação de vulnerabilidade social, ampliando cada vez mais a pobreza.

Para justificar a situação de miséria presente na região, as oligarquias locais (coronéis, políticos, dentre outros) passaram a se valer do discurso que a seca era a grande responsável por todas as mazelas da região e que combatê-la seria a “saída”. Saída para que e para quem? Na verdade, o objetivo desses grupos era manter a ordem vigente e, para isso, as ações de combate à seca eram estratégicas, visto que não resolviam o problema, dado o seu caráter emergencial e, paralelamente, garantiam a “dependência” dos mais pobres em relação aos grupos dominantes do ponto de vista político e econômico.

Desse modo, os camponeses continuavam cada vez mais pobres, na condição de mão de obra barata para fazendeiros, usineiros e outros ao longo da história, trocando o voto pela água e por tantos outros “favores” ou quinquilharias, no tempo de eleições. Assim, a partir da legitimação da compreensão de Semiárido como região problema, se firmaram interesses locais que conseguiram impregnar em nível nacional uma visão distorcida de Semiárido, a qual, além de garantir mão de obra barata quase escrava para as fazendas locais, também garantiu essa mesma mão de obra para construir Brasília, São Paulo, outras capitais e grandes centros do país.

A visão de região problema é constante e se evidencia na historiografia, fazendo com que o processo de educação reafirmasse a desigualdade como algo dado pela natureza, imutável e eterno. Por outro lado, essa mesma compreensão ocultou a história de luta e resistência, que, a custo de muito suor e sangue, manteve vivo o caminho de construção de melhores dias, a própria sobrevivência de camponesas e camponeses ao longo de séculos. No contexto do discurso de combate à seca para a manutenção da ordem vigente, se escondeu, distorceu ou tentou soterrar histórias como a de Canudos. Mas o povo do Semiárido, também para além de Canudos, construiu outras histórias que não podem ser ignoradas, nas quais a sobrevivência é forjada e veio a desembocar no que hoje se define como convivência com o Semiárido brasileiro.

## **Do combate à seca para a convivência com o Semiárido**

Conforme Malvezzi, para entender e lembrar o que é a convivência e em que ela implica:

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando



as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes (Malvezzi, 2007, p. 12).

O que parece óbvio ainda na atualidade é uma novidade para muitos, inclusive e principalmente para os gestores públicos, cuja política de “combate à seca” ainda constitui o ponto de partida para muitas ações. Por outro lado, a sociedade civil organizada tem é propulsora de ações que partem do princípio da convivência. Para Malvezzi,

O segredo da convivência com o Semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuvas. O principal bem a ser destacado é a própria água. Parece contraditório falar disso, pois dizem que ali não chove. Mas como vimos, o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta (Malvezzi, 2007, p. 12).

Um exemplo de tecnologia social apropriada à convivência já popularizado na região é a cisterna de placas, criada por um pedreiro. Forjada da necessidade de armazenar água, ela representa um conjunto de avanços, dentre os quais, a garantia de água suficiente para o consumo humano durante o período de estiagem, a diminuição do tempo usado, sobretudo, por mulheres e crianças para buscar água e a liberdade de uso dela, sem precisar trocar um balde de água para beber, por um voto.

As políticas de combate à seca ainda estão longe de desaparecer. Continuam e ressurgem com muita força a cada estiagem mais prolongada, como esta deste ano. Como exemplo, poderíamos citar a entrega de água por meio de carros-pipa, cestas básicas, frentes de serviço, distribuição de víveres, dentre outras tantas práticas típicas, embutidas no conceito de combate à seca. Estas práticas geralmente vêm atreladas “ao compromisso do voto”, em troca de “boas ações” que trazem meros efeitos imediatos, com vistas a garantir a condição de domínio dos políticos da região. Como são ações imediatistas, os problemas persistem. O conceito de convivência provoca o debate sobre a ineficácia dessas políticas, no que tange a resolver problemas sérios das populações da região e chamar atenção para a necessidade de se investir em políticas de convivência, nas quais o direito seja a centralidade da efetivação de políticas que concebam a região a curto, médio e logo prazo, a partir de suas potencialidades.

A transição das políticas de combate à seca para as políticas de convivência com o Semiárido se caracteriza como um processo em movimento, ainda longe de ser concluído. Este é resultado da atuação perseverante e diversificada da sociedade civil organizada, através de movimentos, organizações não governamentais

e organizações sociais que aprimoram, multiplicam, sistematizam e estimulam a reaplicação das diversas tecnologias apropriadas à convivência com o semiárido. A partir da visão da convivência com o Semiárido como categoria orientadora dessas práticas de convivência, a sociedade civil organizada, além de dinamizar a vida de agricultores com a implantação dessas tecnologias, assumiu o papel estratégico no sentido de pleitear junto ao Estado brasileiro a adoção (financiamento) destas tecnologias como ponto de partida para a construção de políticas públicas de convivência. Deste modo elas podem assegurar direitos como o acesso à água e outros como um contraponto às políticas de combate à seca que chegam como “socorros” ou “favores” de gestores e políticos da região.

### **Políticas públicas de convivência: processos em construção**

A cisterna vem a ser uma das primeiras tecnologias apropriadas à região semiárida, resultantes de uma compreensão da região na perspectiva da convivência, a se tornar política pública contextualizada a ser implantada na região.

Cabe destacar que as políticas públicas se diferem de políticas governamentais. Estas últimas geralmente não levam em conta o contexto no qual serão efetivadas e o conjunto do público atendido geralmente não tem participação. Por sua vez, as políticas públicas estão situadas em outra dimensão. Conforme a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR-BA), elas são “ações do poder público voltadas para o bem comum ou interesse público (...) medidas e intervenções sociais impulsionadas pelo Estado visando melhorar a qualidade de vida da população, garantir e ampliar direitos.” (AATR, 2002, p. 21-22).

Nessa acepção, as políticas públicas devem partir da realidade na qual irão incidir, considerando a dimensão do direito dos sujeitos a serem “beneficiários”. Mais que isto: para que uma política seja ‘pública’ é necessário não apenas que ela tenha por objetivo o bem comum de todos, da população, mas também, que o processo de elaboração seja submetido a debate e considerações daqueles que serão beneficiados. Com base nisso pode-se dizer que, apesar dos avanços ainda há muito a crescer, pois são poucas as políticas que de fato são “públicas”. Para a AATR (2002, p. 21-22):

Assim, podemos distinguir políticas governamentais (aquelas feitas unicamente pelos técnicos e burocratas do Estado) de políticas públicas (aquelas elaboradas a partir de um amplo processo de discussão e diálogo com a população). Tal processo de diálogo, quer dizer, de participação popular é fundamental já que as políticas públicas se realizam num campo extremamente contraditório onde



se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação.

Deste modo, pode-se afirmar que não há política pública sem a participação dos cidadãos, do público beneficiário. O primeiro passo para que haja uma política pública para determinado segmento é de fato conhecê-lo e tratá-lo como protagonista social de todo o processo. Conforme Dayrell, citado Charlot (2000, p. 33 e 51), “o sujeito (...) é um ser singular, que tem uma história (...) é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere”. Para estes autores todo ser humano é sujeito, mas “temos que levar em consideração que existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização (...) eles se constroem como tais na especificidade dos recursos que dispõem”(Dayrell, *apud* Charlot, 2003, p. 45).

Assim, pode-se dizer que as ações de convivência com o Semiárido, em contraposição às políticas de combate à seca, foram e estão sendo construídas a partir de um exercício de vários seres humanos que assumiram a sua condição de sujeitos a partir da necessidade de forjar a própria sobrevivência, mas também pela sua capacidade de criar alternativas nesses contextos “desumanizados”. A criação de uma rede, em 1999, denominada Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) passou a dar voz a muitos sujeitos dessa região e constituiu-se na grande responsável pela construção coletiva e o protagonismo desses sujeitos, desembocando na defesa e pressão popular pela elaboração, implementação e efetivação de políticas públicas de convivência.

As políticas públicas de convivência com Semiárido são ainda certa novidade na região e decorrem dessa mobilização social. Segundo Henrique (2005, p. 8), considera-se “mobilização social como a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma determinada causa que possa ser considerada de interesse público”. Essas políticas passaram a ser construídas e executadas, sobretudo, a partir de 2003, em diálogo da ASA com o governo federal, especialmente com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

As políticas de convivência com o Semiárido se diferem essencialmente das velhas políticas de combate à seca. Estas últimas “são políticas que estavam e estão voltadas para grandes obras, normalmente destinados aos mais ricos e que vinham unidas a processos assistencialistas, voltados para os mais pobres, como doações, esmolas, distribuição de víveres, carros-pipa e processos semelhantes” (Baptista e Campos, 2012, p. 54). Na verdade, partem do princípio de

que a região é pobre e inviável, e sustentam que sempre foi e sempre será assim, com o objetivo de manter a realidade como está, favorecendo os políticos que têm compromisso apenas com os seus próprios interesses. Segundo Baptista e Campos (2012, p. 46), as políticas de combate à seca

nunca tiveram e não têm interesse de resolver as questões e os problemas. As ações de combate à seca sempre aparecem como “atos de bondade”, mas propositalmente são criadas e mantidas para garantir que o Semiárido e seu povo permaneçam sem vez e sem voz, dependentes.

As políticas públicas de convivência com o Semiárido, por sua vez, partem do princípio da convivência com a região, levando em conta as alternativas construídas pelo seu próprio povo, em parceria entre Estado e sociedade civil, para executar um conjunto de ações a partir da dimensão do direito das pessoas e do dever do Estado, agora, não mais como um favor, oportunizando que as pessoas exerçam sua condição de protagonistas das transformações de suas próprias vidas.

As políticas de convivência vêm sendo construídas à medida que o Estado assume o seu dever, mas a partir de proposições das organizações da sociedade civil. Isso é fruto de lutas do povo da região que ganharam uma identidade comum com o surgimento da rede ASA. Vale ressaltar que a ASA - um fórum permanente que congrega entidades que defendem as mais variadas causas, mas que concordam em vários pontos acerca das políticas de convivência com o Semiárido - tem sido a grande protagonista dessa transformação, dando voz às pessoas até então ignoradas em relação aos seus direitos.

## **Convivência e cidadania: direito à água e autonomia**

A política pública de acesso à água potável para o consumo humano tem sido o carro chefe do processo de construção das políticas de convivência em contraposição às políticas de combate à seca. Junto à política pública de acesso à água para o consumo humano emergiram novas demandas como a água para produção e ações de assessoria técnica, entre outras. O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), juntamente com outros programas e projetos em âmbito estadual, são exemplos de políticas públicas de convivência que têm transformado a vida de muitas pessoas.

O primeiro impacto é a garantia do direito de acesso à água potável para o consumo humano, resultado de dois elementos: a construção de uma cisterna



para a captação de água de chuva para cada família e a capacitação para a convivência com a região e para o cuidado da cisterna e da água. Outra mudança significativa é o tempo que, sobretudo, mulheres e crianças ganharam ao não terem que ir tão longe para buscar água de beber. O reflexo na saúde das pessoas, sem dúvida, é outro avanço fundamental, especialmente para as crianças.

Além desses impactos existem dois que merecem destaque especial: a autonomia das famílias, que não precisam mais trocar o voto pela água, algo muito corriqueiro em toda a região; e o despertar e ou aprimoramento de diversas alternativas de convivência pela descoberta ou redescoberta das potencialidades dessa região tão rica e tão singular.

Vale ressaltar que além das políticas públicas protagonizadas pela ASA em parceria com o governo, outras ações governamentais, como o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Luz para Todos e mais recentemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que deve comprar no mínimo 30% dos alimentos de agricultores familiares, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como os vários editais para assessoria técnica e infraestrutura voltados para agricultores familiares e comunidades tradicionais da região, têm contribuído para avanços significativos na qualidade de vida do povo sertanejo.

Desse modo, pode-se dizer que os avanços ocorridos, especialmente na última década, estão na contramão das políticas executadas ao longo de séculos na região e ao mesmo tempo vão ao encontro das alternativas construídas pelo próprio povo, perpetuadas através da resistência popular, recheada de criatividade peculiar dos povos da região.

No atual contexto, fruto das ações efetivadas ainda no governo Lula e agora do governo da presidenta Dilma, a realidade acena para a universalização de algumas dessas políticas, para a consolidação de outras, bem como para a transformação de algumas ações que vêm dando certo, também em políticas públicas. O lançamento do Plano Brasil sem Miséria, trazendo o programa Água para Todos, a perspectiva de garantia de renda, de inclusão produtiva e da economia popular solidária são sinais importantes que atendem a reivindicações históricas do povo do semiárido e sinalizam para o comprometimento do Estado brasileiro com a transformação efetiva da realidade sociopolítica dos povos da região.

## Considerações finais

Frente ao exposto visualiza-se a continuação de avanços importantes a partir das políticas públicas de convivência com o Semiárido. Por outro lado,



não se pode negar os desafios que permeiam esta realidade. A pressão popular deve ser contínua junto ao Estado brasileiro, a fim de que esta continuidade seja assegurada e que se garanta a dimensão do protagonismo dos sujeitos sociais envolvidos, elemento diferencial num processo de transformação, na superação da miséria e da fome, injustiças ainda presentes. Neste sentido, a mobilização social popular é caminho indispensável na transformação da realidade e consolidação das políticas de convivência, visto que o Estado brasileiro em seus diversos segmentos ainda não reconhece e nem garante os direitos fundamentais da população dessa região.

Dentre as demandas da sociedade civil na região também está a de discutir, no âmbito das gestões municipais, com enfoque no Executivo e no Legislativo, a criação e implantação de leis afins e de políticas públicas de convivência com o Semiárido. Isso se caracteriza devido à resistência em relação a estes avanços emergir justamente da classe política e de gestores e legisladores municipais, uma vez que a autonomia do povo significa dificuldade para a reeleição de muitos deles que continuam arrancando votos às custas da negação de direitos da população. Se, por um lado, há a resistência desses grupos, por outro, há a fragilidade da sociedade civil no que tange à sua capacidade de mobilização social e pressão popular em relação às mais diversas questões que vão desde a urgência da implantação da educação contextualizada até o controle social das ações emergenciais feitas por administrações municipais em períodos de estiagem mais prolongados.

Não obstante aos desafios existentes, o povo que acredita em um Semiárido mais justo e feliz e precisa manter a capacidade de indignação perante todas as injustiças, dentre elas a negação de direitos, como água, ou ainda diante da má distribuição de renda, da não reforma agrária, da falta de assessoria técnica continuada e que respeite as especificidades locais e, por outro lado, a esperança que deve ser o combustível para a mobilização social e a pressão popular em prol da construção de um semiárido mais justo, digno e feliz.

Sentimo-nos felizes e orgulhosos por fazermos parte desta transformação em curso no Semiárido, ao mesmo tempo em que somos desafiados a manter a autonomia, sem deixar de exercer o papel de cidadãos. Como agentes no processo de execução de algumas dessas políticas, somos testemunhas de que o semiárido é viável e que vale a pena continuar lutando pela efetivação das políticas de convivência e dando nossa humilde contribuição para a efetivação dessas mudanças necessárias, possíveis e que devem trazer no seu bojo, em primeiro lugar, o respeito à vida, em todas as suas dimensões e, portanto, também a dimensão do direito da pessoa humana.



## Referências

- Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR). *Programa Políticas Públicas*. Salvador: AATR, 2002.
- BAPTISTA, Naidison de Quintella. CAMPOS, Carlos Humberto. Conhecendo o Semiárido e as razões dos seus problemas. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. In: *Revista Brasileira de Educação*: 2033: Nº 24. São Paulo. Dez. 2003.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. *Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro, 2005.
- MALVEZZI, Roberto. *Semi-Árido: uma visão holística*. Brasília: CONFEA, 2007.





# ACESSO À ÁGUA NO MEIO RURAL

---

Igor da Costa Arsky<sup>I</sup>  
Vitor Leal Santana<sup>II</sup>

A má distribuição espacial e temporal dos recursos hídricos, conjugada com a oferta de soluções inadequadas, faz com que diversas áreas sofram permanentemente por falta de água, com um grande contingente de pessoas tendo que acessar água por meio de poços e nascentes desprotegidas, diretamente de águas superficiais contaminadas (rios, lagos, represas, igarapés) ou carros-pipa. A crescente demanda e a má gestão desses recursos têm ocasionado problemas de diversas ordens que interferem diretamente na qualidade, na disponibilidade e no acesso à água.

A situação é particularmente crítica na zona rural das regiões áridas e semi-áridas, uma vez que, além da desigualdade na distribuição dos recursos hídricos, há escassez crônica em diversas localidades. Nesse contexto, este artigo busca apresentar alguns elementos sobre o acesso à água na zona rural e em especial no Semiárido brasileiro, tendo em vista a identificação de alternativas viáveis e eficazes para o atendimento da demanda hídrica dessa população.

## Parâmetros sobre acesso à água

Estima-se que aproximadamente 884 milhões de pessoas carecem de acesso sustentável e seguro à água potável,<sup>1</sup> sendo que aproximadamente 84% dessas pessoas estão localizadas na zona rural (JMP, 2008).

---

I Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Coordenador Geral de Acesso à Água, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Foi professor nos cursos de formação da Rede-SAN/FAURGS/UFRGS. (igor.arsky@mds.gov.br)

II Graduado em Sociologia, membro da Equipe Técnica da Cáritas Brasileira – Regional do Piauí e membro da Coordenação Nacional da ASA. (carloshumberto@caritas.org)

1 Por acesso seguro entende-se uma água sem microrganismos, substâncias químicas ou contaminantes radiológicos.



A constatação desta realidade motivou a Organização das Nações Unidas (ONU) a estabelecer o acesso à água como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), tendo como referência um suprimento mínimo *per capita* de 20 litros por habitante por dia.

Este parâmetro utilizado tem como referência os estudos de Howard e Bartram (2003), que estabelecem que ocorre acesso à água quando a fonte de abastecimento está situada a até 1 km de distância e o tempo gasto para atingi-la é de, no máximo, 30 minutos. O Quadro abaixo ilustra a classificação proposta por esses autores.

Quadro 2: Nível de acesso à água, necessidades atendidas e grau de efeitos à saúde

Nível de acesso	Distância percorrida e tempo gasto	Provável volume coletado	Demanda atendida	Grau de efeitos nocivos à saúde
Sem acesso	>1 km e >30 min	Muito baixo (em torno de 5 L <i>per capita</i> por dia)	Consumo não assegurado, o que compromete a higiene básica e dos alimentos	Muito alto
Acesso básico	<1 km e <30 min	Média não excede a 20 L <i>per capita</i> por dia	Consumo pode ser assegurado e deve-se possibilitar a higiene básica e dos alimentos. Há dificuldade de se garantir a lavagem de roupa e banho, atividades que podem ocorrer fora dos domínios do domicílio	Alto
Acesso intermediário	Água fornecida por torneira pública (à distância de 100 m ou 5 min para coleta)	Média aproximada de 50 L <i>per capita</i> por dia	Consumo assegurado. Não há comprometimento da higiene básica e dos alimentos. É possível garantir a lavagem da roupa e o banho, que provavelmente ocorrem dentro do domicílio	Baixo
Acesso ótimo	O suprimento de água ocorre mediante múltiplas torneiras	Média aproximada de 100L a 200L <i>per capita</i> por dia	Consumo assegurado. Práticas de higiene não comprometidas. Lavagem da roupa e banho ocorrem dentro do domicílio	Muito baixo

Fonte: Howard; Bartram, 2003 *apud* Razzolini; Günther, 2008.

Nesta perspectiva, o estabelecimento do grau de acesso à água deve considerar vários fatores, cujo entendimento é essencial na avaliação de possíveis intervenções para a promoção da saúde e ampliação da qualidade de vida da população exposta a situações de escassez de água.

De acordo com estudo de Howard e Bartram (2003), a depender da distância percorrida e do tempo gasto, além do nível de água coletado pela família, define-se um nível de acesso que é determinante para o tipo de demanda atendida (volume coletado) e para o grau de efeitos nocivos à saúde.

## Acesso à água nas áreas rurais do Brasil

No Brasil a situação não é diferente em relação a boa parte do resto do mundo, com cerca de 70% dos domicílios rurais não atendidos pela rede pública de abastecimento conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 1: Distribuição percentual de domicílios particulares por tipo de abastecimento de água, por região.

Brasil e Regiões	Urbana			Rural		
	Rede Geral	Poço ou Nascente	Outro	Rede Geral	Poço ou Nascente	Outro
Brasil	91,9%	7,1%	1,0%	27,3%	53,9%	18,8%
Norte	70,1%	28,6%	1,2%	17,5%	56,2%	26,2%
Nordeste	93,0%	4,5%	2,5%	33,8%	36,4%	29,9%
Sudeste	96,1%	3,3%	0,6%	19,3%	75,2%	5,5%
Sul	95,7%	4,0%	0,3%	30,4%	68,3%	1,3%
Centro Oeste	90,8%	8,8%	0,4%	14,9%	77,5%	7,6%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Este déficit de atendimento relaciona-se, especialmente, à forma de expansão dos serviços durante o Regime Militar (1964 - 1985). O Plano Nacional de Saneamento Básico (Planasa) da época priorizou o atendimento da população urbana. A meta era atender 80% dela com serviços de abastecimento de água e 50% com serviços de esgoto até 1980. As responsáveis por cumpri-las eram as Companhias Estaduais de Saneamento (CESBs), que operavam nos municípios por meio da delegação de titularidade.

As CESBs se expandiram com dinheiro emprestado do governo federal. Mas esse dinheiro só podia ser gasto na construção dos sistemas produtores de água; o setor de operações não era financiado. Isso resultou, mais tarde, na



degradação dos sistemas e num índice bastante elevado de perdas de água. O Brasil encerrou a década de 1980, portanto: (i) com elevado atendimento dos serviços nas grandes cidades; (ii) com atendimento restrito ou inexistente dos serviços de saneamento nos municípios rurais; e (iii) com desestruturação do aparato nacional de financiamento do setor.

Uma nova diretriz nacional para o saneamento básico só veio surgir em 2007, com a Lei nº 11.445. Mas apesar de todos os seus avanços, ele ofereceu pouco ao rural brasileiro ao não apontar com clareza como serão planejados, executados, monitorados e avaliados os serviços públicos de saneamento adequados às populações rurais dispersas. Adicione-se a esse vácuo legislativo a reticência das CESBs sobre o atendimento das populações rurais e, sobretudo, dispersas.

Para a zona rural do Semiárido, tampouco resultaram efetivas as políticas públicas dirigidas ao investimento em infraestruturas hídricas de grande porte, por meio da construção de grandes açudes e barragens. Apesar do grande potencial de armazenamento de água da ordem de 37 bilhões de metros cúbicos, o que se observa hoje é um elevado déficit de abastecimento de água na zona rural do Semiárido, especialmente para as famílias de baixa renda, que muitas vezes não dispõem de recursos suficientes para a aquisição de água ou de soluções de abastecimento individuais adequados.

A experiência mostrou que ofertas concentradas de água só têm vocação para atender demandas concentradas como a das cidades, indústrias e perímetros irrigados. Nessa realidade, permaneceram os graves problemas de distribuição e gestão da água na zona rural do Semiárido brasileiro.

## **Alternativas de acesso à água na zona rural: a experiência do Programa Cisternas**

A despeito dos equívocos ou até mesmo inexistência de políticas de acesso à água direcionadas à zona rural do Semiárido, sua população desenvolveu saberes e estratégias para a convivência com o regime de escassez de água, na qual a premissa básica consistia em guardar água no período chuvoso para o suprimento no período de estiagem.

Essas experiências motivaram um conjunto de organizações da sociedade, reunidas em torno da rede Articulação no Semi-Árido (ASA) a elaborar e propor ao governo federal uma estratégia de acesso a água a partir da construção de cisternas de placas de armazenamento de água de chuva de uso familiar, voltadas para o consumo humano.



A partir de 2003 o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, começou a apoiar fortemente a construção de cisternas de placas no semiárido brasileiro, apoiando a sociedade civil e os governos estaduais por meio do Programa Cisternas.

Os resultados efetivos desta política motivaram a crescente incorporação do acesso à água como componente efetivo da política nacional de segurança alimentar e nutricional. A primeira iniciativa foi a incorporação do acesso à água na concepção legal de segurança alimentar e nutricional que

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente (...) abrangendo a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização (...) do abastecimento e da distribuição de alimentos, *incluindo-se a água*, bem como da geração de emprego e da redistribuição de renda (Brasil, 2006, art.3º e 4º).

Posteriormente, o acesso à água ficou explícita nas diretrizes da política nacional de segurança alimentar e nutricional (Decreto nº 7.272/2010) que requerem que o Estado deve atuar na promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos na agricultura familiar e da pesca e aquicultura<sup>2</sup>.

Nesse mesmo sentido foi a articulação do MDS junto ao Ministério das Cidades para inclusão de artigos específicos sobre o acesso difuso à água à população de baixa renda no Decreto que regulamenta a Política de Saneamento Básico no Brasil. Dentre as diretrizes dessa política, estabelecidas no inciso VII, do artigo 54 e no artigo 68 do Decreto nº 7.217/2010, está a garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.

## Considerações finais

No tema do acesso à água uma das alternativas que tem sido amplamente adotada é a captação e armazenamento de água de chuva, que tem sido

---

2 Outras diretrizes apresentadas incluem: promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável; promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados; instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional; fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde (Art.3º, Decreto nº 7.272/2010).



considerada um novo paradigma no âmbito do desenvolvimento rural do Semiárido, “centrado na população local, sendo econômica e tecnologicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável” (Gnadlinger, 2001). Trata-se de uma solução já amplamente difundida na região, principalmente por meio de parcerias do poder público com a sociedade civil.

Diante disso, o atendimento da demanda hídrica no meio rural do semiárido, de acordo com Gnadlinger (2001), pode ser realizado a partir da utilização de diferentes fontes para os diferentes usos. Por exemplo, barragens subterrâneas podem fornecer água para a produção agroalimentar; açudes, cacimbas de areia e poços rasos de caráter coletivo podem fornecer água para atividades cotidianas e a dessedentação animal; e as cisternas de placas para armazenamento de água da chuva podem fornecer água potável para o consumo de cada família.

Neste sentido, a aposta do MDS na descentralização do atendimento e da gestão dos recursos hídricos tem sido estratégia fundamental de acesso à água para a população rural do Semiárido, permitindo livrar essa população da dependência política e do clientelismo, conferindo autonomia e maiores níveis de desenvolvimento social e econômico. É preciso ir além da concepção internacional de acesso à água, muito focada no uso doméstico. A confluência de diversas fontes hídricas e tecnologias deve ofertar água em quantidade e qualidade suficientes para a garantia da saúde, da segurança alimentar e nutricional e possibilitar, ainda, a produção agroalimentar para o autoconsumo e para a geração de renda.

A consolidação desta estratégia ganha dimensões importantes para todo o Brasil com o lançamento recente do Plano Brasil Sem Miséria e, mais especificamente, do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água Para Todos, que materializou o compromisso assumido pelo governo federal de universalizar o acesso à água para as populações rurais, principalmente para aquelas em situação de extrema pobreza, cujo atendimento seria realizado principalmente por meio da “utilização de tecnologias, infraestrutura e equipamentos de captação e armazenamento de águas pluviais” (inciso II, do art.2º, Decreto nº 7.535/2011).

A institucionalização dessas ações governamentais corrobora o entendimento mais amplo sobre a importância de que sejam pensadas estruturas descentralizadas de abastecimento, que utilizem diversas fontes para os distintos usos da água e adensem, ao máximo, a oferta hídrica, possibilitando que essa população realize as atividades cotidianas imprescindíveis para a garantia de sua saúde, segurança alimentar e nutricional e, sobretudo, de seu bem estar social.

## Referências

Agência Nacional de Águas (ANA). *Cuidando das águas*: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Brasília: ANA, 2011.

\_\_\_\_\_. *Atlas Brasil: abastecimento urbano de água*: panorama nacional. Brasília: ANA; Engecorps; Cobrape, 2010. Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas>. Acesso em: 10 jun. 2011.

GNADLINGER, J. A contribuição da captação de água de chuva para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro – uma abordagem focalizando o povo. In: *Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva no Semi-Árido*, 3, 2001. Campina Grande-PB. Anais eletrônicos. Campina Grande, 2001.

HOWARD, G.; BARTRAM, J. *Domestic water quantity, service and health*. Geneva: World Health Organization, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico, 2010*. Disponível em: [www.ibge.br](http://www.ibge.br). Acesso em: 12. ago. 2012.

RAZZOLINI, M. T. P.; GUNTHER, W. M. R. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. *Saúde soc.* [online]. 2008, vol.17, n. 1, pp. 21- 32.

World Health Organization and United Nations Children's Fund Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation (JMP). *Progress on drinking water and sanitation: Special focus on sanitation*. UNICEF, New York and WHO, Geneva, 2008.





# ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO E GESTÃO DAS ÁGUAS NO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA, OCARA-CE

---

**Danielle Leite Cordeiro<sup>1</sup>**

Este estudo tem como objetivo analisar a gestão da água no assentamento São José II, mais conhecido como Che Guevara, localizado no município de Ocara, no Ceará, em vista de compreender os mecanismos de gestão e as estratégias políticas, econômicas e sociais criadas pelas famílias assentadas para lidar com os problemas da escassez das águas no Semiárido cearense.

A captação das águas das chuvas se configura como o principal meio utilizado na acumulação de águas no Semiárido nordestino. É sabido que essa região sofre historicamente com o déficit hídrico, porém, segundo Malvezzi (2007), é o Semiárido mais chuvoso do mundo, onde as chuvas caem de forma variável no tempo e no espaço, com uma pluviosidade média que varia entre 250 mm/ano a 800 mm/ano. As estratégias de captação das águas das chuvas surgem historicamente com a finalidade de aplacar os problemas da escassez desse recurso. A questão da água e da terra na região semiárida se configura como um problema social, político e econômico que evidencia a importância do controle e da posse dos recursos naturais pelos povos do campo.

Segundo Porto-Gonçalves (2004), as oligarquias latifundiárias ou os chamados 'políticos de bica d'água' inauguraram na região nordeste a 'indústria da seca' que os alimentou política e economicamente por várias décadas à custa da 'miséria dos sem água'. Contribuiu, portanto, para consolidar vários grupos políticos locais no poder e reforçar a concentração fundiária nessa região. Tanto

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ocupou o cargo de Gerente Administrativa Financeira do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) na ONG Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria, entre os anos de 2008 e 2011. (daniellecordeirodc@gmail.com)



a indústria da seca como as formas mais modernas de acumulação e expansão de mercados agrícolas capitalistas prescindem da participação do Estado como mediador na implantação de políticas de águas.

O controle e o poder do Estado e da iniciativa privada sobre os recursos naturais são relativos. Ante as contradições que se desenrolam no processo de acumulação capitalista, outras racionalidades podem ser criadas diante da apropriação coletiva e autônoma dos recursos naturais, o que configura formas diferenciadas de controle e de poder sobre estes. O controle dos recursos água e terra não pode ser visto de forma dissociada das estratégias de sobrevivência das populações do Semiárido porque elas dependem desses recursos para a manutenção de seu modo de vida.

A luta pelo controle, uso e posse do assentamento Che Guevara se efetivou em 1999, fruto da ocupação de uma área de aproximadamente 1.500 ha, na qual residem 50 famílias. Destas, 43 famílias (86%) são oriundas dos municípios de Ocara, Aracoiaba, Chorozinho, Baturité, Pacajús, Quixadá e Quixeramobim, duas famílias (4%) já eram moradoras do imóvel rural e cinco famílias (10%) foram agregadas ao território do assentamento, que acomoda em torno de 250 pessoas.

O assentamento possui três vilas, cuja denominação faz referência à quantidade de casas projetadas inicialmente para cada uma delas. A vila Teresa Cristina ou Vila dos 30 concentra a maior quantidade de casas, 34, sendo que quatro casas foram construídas com o intuito de agregar parentes (idosos ou filhos que se casaram) que não participaram do processo inicial de ocupação e controle do território do assentamento. A Vila Nova Esperança ou vila dos 10, agrega, de fato, 10 famílias e a Vila Boa Vista ou vila dos 5, possui seis casas, uma delas é de uma agregada idosa.

A estrutura física do assentamento é composta de uma Cooperativa Agroindustrial de Beneficiamento de Cajuína (COPAC), uma mini-fábrica de beneficiamento de castanha de caju (COPACAJU) e uma fábrica de ração de caju, além de um armazém de castanha. Possui, ainda, quatro casas que servem para a sede, a farinha, o mel e as reuniões, além de estábulos para o criatório coletivo de cavalos e ovelhas. As principais atividades produtivas são a produção de mel e as plantações de caju, algodão, mandioca, arroz, milho e feijão. Também se destacam as criações bovina, suína, ovina e avícola.

A estrutura hídrica do assentamento é composta de quatro açudes denominados de São José, Pedrical, Recanto e Água Doce. Há três lagoas: Lagoa do Velho, Lagoa do Jucá e Lagoa da Frente e alguns pequenos riachos. Além desses, cada família possui duas cisternas que são utilizadas para armazenar a água para beber e cozinhar, o que possibilita o acesso e a utilização de água de boa qualidade para o consumo humano.

A experiência de luta pela terra, o uso, a posse e o controle dos recursos naturais vivenciadas pelo assentamento Che Guevara possibilitou a organização das famílias voltadas para uma gestão da água, que está imbricada à própria trajetória da luta pela terra. Os açudes e as lagoas disponíveis no terreno compõem o primeiro mecanismo de gestão interna da água. Esse mecanismo faz parte desde o início da formação do assentamento. Outro mecanismo foi possibilitado pela construção de cisternas que dinamizam e reforçam a gestão da água.

Assim, os açudes e as lagoas e, por outro lado, as cisternas, funcionam como estratégias de captação e manejo das águas das chuvas voltadas para uma gestão alternativa e coletiva da água, influenciando e sendo influenciados pelos processos organizativos das famílias assentadas no que diz respeito ao acesso às políticas públicas e ao desenvolvimento de atividades produtivas.

## **Organização sociopolítica e gestão da água**

A organização sociopolítica que levou ao poder, uso e controle do território do assentamento Che Guevara iniciou bem antes do processo de sua ocupação e é fruto da organização de base impulsionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Primeiramente, o trabalho de base impulsionado pelo MST levou à ocupação de uma área no município de Chorozinho, em 19 de março de 1998. Após esse processo organizativo inicial, entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passaram a fazer parte dessa organização sociopolítica da luta pela terra.

Nessa área, as famílias avaliaram que a terra não era muito boa para o desenvolvimento da agricultura, principalmente pelo fato de ter pouca água. Existia apenas um poço com água em condições ruins para o consumo humano em uma comunidade próxima chamada Cedro, distante seis km do local do acampamento. Além disso, a presença da polícia e a demora na vistoria da área intensificaram as difíceis condições de sobrevivência no acampamento, afinal, com a terra ruim e com as dificuldades de acesso à água, o plantio para a subsistência estava comprometido.

Esse conjunto de fatores desmotivou a continuidade da ocupação naquele município e levou as famílias acampadas a procurarem outra área. Para tanto, foi solicitado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) um levantamento das propriedades rurais na região. Fez-se um estudo das melhores terras e disponibilidades hídricas dessas áreas e posteriores visitas àquelas consideradas melhores. Ao findo, foi decidido coletivamente pela ocupação da



Fazenda São José, localizada no município de Ocara. A informação de que o proprietário da mesma teria tido intenção de vendê-la, tendo-a disponibilizado para ser vistoriada pelo INCRA, motivou ainda mais sua ocupação.

Após 11 meses fazendo parte da ocupação em Chorozinho, em torno de 70 famílias chegaram à Fazenda São José na madrugada do dia seis de janeiro de 1999. O imóvel rural era ocupado por algumas cabeças de gado e ovelhas e por alguns cajueiros. Na área viviam sete famílias, duas delas resolveram se unir à ocupação e hoje são moradoras do assentamento. Os antigos moradores não tinham direito ao gado e às ovelhas e nem aos dividendos com a venda do caju, muito embora a pequena produção nos roçados fosse repartida pela metade com o proprietário.

A água disponível no terreno para a manutenção da ocupação era bastante escassa. Apesar da existência de cinco açudes e três lagoas, a ocupação foi marcada pela estiagem das chuvas, o que deixou os mesmos com pouco volume de água. As famílias tiveram que contar com o apoio e a solidariedade das comunidades vizinhas, como a Seringueira, que disponibilizou uma cacimba para a manutenção do acampamento. Embora de qualidade ruim, servia com água para beber e cozinhar, após a fervura da mesma. A coleta dessa água era organizada coletivamente por meio de grupos de cinco a seis pessoas que percorriam duas vezes ao dia em torno de sete km, utilizando animais, carroças e bicicletas. Existia também um poço na fazenda, cuja água era salgada, porém servia para a lavagem de roupas.

Após o mês de março, as chuvas começaram a cair e as famílias decidiram aproveitar uma cisterna que existia na casa sede. A cisterna, embora com grande capacidade de acumulação de água, era antiga e apresentava rachaduras. As famílias organizaram um mutirão para tapar as rachaduras e limpar o telhado para a captação e acumulação da água da chuva. Assim, reduziram um pouco o trabalho e o tempo que era destinado à coleta da água.

O documento de desapropriação da terra foi expedido em 27 de agosto de 1999. Durante o período de oito meses de ocupação foram dados os primeiros passos para uma gestão autônoma e coletiva da água, influenciando e sendo influenciada pela organização política e social dos assentados. Dessa forma, as primeiras vias de acesso à água no assentamento se restringiram: aos açudes e lagoas, que se encontravam secos devido à escassez de chuvas naquele ano; uma cisterna velha e danificada na sede do assentamento, mas que ajudou na acumulação da água da chuva; um poço de água salgada; e a água de uma cacimba.

Mesmo sendo precárias as vias iniciais de abastecimento de água, elas possibilitaram as alterações necessárias à manutenção das famílias. Porém, as famílias precisavam gerenciar os recursos hídricos que tinham até o momento, no sentido de sua preservação, porque tinham consciência de que o cuidado com



os corpos hídricos permitiria que a água não faltasse, principalmente diante da escassez de chuvas. A discussão sobre os cuidados e a preservação com a água visaram à preservação da natureza. Como os recursos eram poucos, precisaram planejar e organizar o atendimento das necessidades das famílias.

Com a conquista da terra por meio de sua desapropriação legal, algumas medidas mais efetivas foram tomadas no sentido de expandir e efetivar a gestão da água, o que levou à definição mais clara das funções de cada via de abastecimento de água disponível no assentamento. O Estatuto e o Regimento Interno passaram a orientar as novas regras sobre o trato e o uso com a água. Cada açude e lagoa passou a ter uma função no assentamento que orienta a gestão de suas águas.

O Açude São José, juntamente com o Açude Pedrical, são os dois maiores e mais importantes que abastecem todo o assentamento. As águas desses açudes abastecem também as comunidades vizinhas da Seringueira e São José, desde quando a fazenda ainda pertencia ao seu antigo proprietário. As famílias assentadas não tiveram objeção à continuidade da retirada de sua água, entretanto, agora mediante algumas regras que visam sua preservação e evitam o desperdício das águas. No Açude São José, por ter uma água considerada de boa qualidade, não pode ser feita a prática da pesca e a lavagem de roupas ou de animais.

Em 2008 o INCRA financiou a expansão do Açude Pedrical, o que o tornou mais extenso. Este é utilizado para o trato de animais, lavagem de roupas, para o laser e a prática da pesca, pois suas águas são consideradas de qualidade inferior. As comunidades vizinhas também podem pescar e tomar banho nele, desde que tenham autorização do assentamento.

O açude de Água Doce e a Lagoa do Velho ficam mais distantes da sede do assentamento e são usados para os animais. Também abastecem outras comunidades como a Lagoa do Capim, Lagoa do Velho e Bolas. O Açude do Recanto fica dentro da Área de Preservação, muito distante da sede e, portanto, quase não é utilizado pelas famílias assentadas e pelas comunidades vizinhas.

No entorno da Lagoa da Frente, o gado é solto para se alimentar. Porém, nos períodos mais quentes, as famílias evitam o pasto para que o mato cresça e reduza a evaporação da água. O interesse pela preservação dessa lagoa se dá principalmente pelo fato de a mesma ser responsável pelo abastecimento da Vila dos 10 e da Vila dos 5. Para tanto, as famílias improvisaram canos para levar a água diretamente para as casas. Essa água é utilizada para o cuidado da casa, os animais e para irrigar as hortas e quintais produtivos, por meio do gotejamento para evitar o desperdício.

Outros cuidados mais gerais foram tomados igualmente no sentido da preservação dos corpos hídricos. As famílias decidiram evitar a poluição das águas, a partir da queima do plástico e reutilizam as garrafas de plástico para bancos



de sementes e, assim, evitar a poluição por essa via. O lixo é enterrado, pois não existe coleta seletiva no assentamento. Muitas famílias reutilizam as garrafas de vidro para manejar os defensivos naturais e cerca de 90% das delas evita o uso de agrotóxicos na plantação dos roçados e nos quintais produtivos.

A experiência das famílias assentadas no que diz respeito à captação e ao manejo das águas das chuvas por meio dos açudes e das lagoas caracteriza os primeiros mecanismos de gestão da água, reflexo da organização sociopolítica das famílias. A gestão das águas dos açudes e lagoas igualmente inaugurou uma relação de cooperação entre as famílias e difundiu ações de preservação e respeito com os recursos naturais, especialmente com a água, fonte do abastecimento e da sobrevivência coletiva das famílias.

### **As cisternas e a reorganização da gestão das águas no assentamento**

As famílias prescindiam de mais fontes de água que pudessem ampliar a produção do assentamento. Os açudes e as lagoas, além de exigirem muito tempo das famílias para a busca de água, também requeriam a fervura da água antes do consumo, pela sua qualidade duvidosa. Caso contrário, poderia trazer sérias doenças, o que de fato aconteceu. Muitas crianças sofriam de diarreia e adultos de problemas renais.

As primeiras cisternas só foram construídas no assentamento em 2002 e trouxeram outros elementos que dinamizaram a gestão das águas. As cisternas são capazes de armazenar 16 mil litros de água das chuvas para o abastecimento de uma família de cinco pessoas durante o período de secas, em geral oito meses. Ao mesmo tempo elas materializam uma política voltada para a descentralização do acesso à água e para o desenvolvimento de ações que levem ao convívio com a região semiárida.

No Brasil, a convivência com o Semiárido é um paradigma que vem sendo construído desde a década de 1990 e faz parte de um processo de reorganização dos movimentos sociais articulados nacionalmente em um projeto político comum para essa região, o que representou a grande força no momento para a criação da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA, 2009). A ASA é uma articulação que reúne mais de 1.200 organizações como sindicatos de trabalhadores rurais, entidades religiosas e associações comunitárias. Seu projeto político e seus parceiros se pautam na implantação de cisternas, firmando-se como uma proposta alternativa a uma política tradicionalista implantada no Semiárido brasileiro desde a década de 1970, chamada de combate à seca. A convivência com o Semiárido propõe o desenvolvimento da região semiárida através de parcerias

com a sociedade civil organizada, valorizando as potencialidades desse território, os saberes tradicionais, o desenvolvimento local e a produção e conservação dos recursos naturais como fatores de enraizamento das populações.

As primeiras quinze cisternas construídas no assentamento foram organizadas pela CPT, comprometida nacionalmente com o projeto político de convivência com o Semiárido. Ela passou, então, a acompanhar as experiências de construção de cisternas e a divulgar sua tecnologia para as regiões em que atuava. O assentamento Che Guevara fez parte dessa realidade e recebeu suas primeiras capacitações para a construção de cisternas, o que desembocou na formação de um grupo de jovens que se especializou como pedreiros de cisternas e que trabalham em vários municípios do Estado. O restante das cisternas foi financiado pelo P1MC, entre 2003 e 2004, que foi responsável pela garantia das primeiras cisternas para todas as famílias.

Em 2005, o INCRA propôs-se a financiar a construção de caixas de água para o assentamento. Contudo, as famílias assentadas preferiram a construção de uma segunda cisterna, afinal, sabiam que somente uma cisterna não seria capaz de suprir as necessidades das famílias. Ao mesmo tempo, os açudes e as lagoas nem sempre possuíam um volume de água suficiente para manter as famílias em todas as suas funções e necessidades durante todo o ano.

As cisternas provocaram um impacto sobre a organização social das mulheres, uma vez que estas passam a ter um melhor domínio sobre seu tempo e utilizá-lo em funções políticas e econômicas, melhorando sua renda e sua qualidade de vida. Elas contribuem, simbolicamente, para que as mulheres detenham o “poder da água”, afinal são elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. O tempo das mulheres que era gasto com a busca de água foi revertido para o trabalho produtivo, especialmente ligado à Cooperativa Agroindustrial do assentamento Che Guevara, que gera 40 empregos diretos, a maioria deles ocupados por mulheres.

No que tange à gestão da água, as cisternas reduziram a dependência das famílias com relação aos açudes e lagoas, uma vez que as duas cisternas as abastecem com água para o consumo humano. Ao mesmo tempo, reforçaram a função dos açudes e lagoas quanto ao abastecimento e o trato das casas, auxiliando na lavagem de louças, banho e para o consumo de animais domésticos.

As cisternas incentivaram, igualmente, o desenvolvimento de quintais produtivos e hortas. As famílias passaram a manejar a produção de legumes, frutas e plantas medicinais que são importantes para garantir a segurança alimentar e nutricional. Também passaram a utilizar o adubo natural, a partir do esterco de



animais, e fazem uso de cobertura morta, aproveitando material orgânico das sobras do plantio de outras culturas. As famílias decidiram substituir defensivos químicos pelos naturais, como o alho e o nim, para lidar com pragas agrícolas, o que mantém o ecossistema equilibrado.

Embora as cisternas sejam de cada família, o manejo e gestão de suas águas têm um caráter coletivo. Muito embora todas as casas tenham duas cisternas, muitas delas estão rachadas por causa do terreno que é bastante arenoso. Algumas famílias possuem as duas cisternas rachadas ou têm apenas uma funcionando, o que reduz o abastecimento de água para o consumo humano. Por isso, os vizinhos dividem a água das cisternas com as famílias que necessitam.

Dessa forma, as cisternas alteraram a relação dos assentados com os açudes e as cisternas, uma vez que interferiram nas suas funções de abastecimento. A captação e o manejo das águas das chuvas realizadas a partir das cisternas contribuíram para dinamizar a gestão da água realizada pelas famílias, o que intensificou as relações de cooperação e solidariedade no assentamento.

## Considerações finais

O controle e o poder descentralizados sobre a água e sobre a terra em benefício da sobrevivência das populações do Semiárido prescindem do uso livre e autônomo desses recursos. Deste modo, são capazes de promover o desenvolvimento das atividades dessas populações e a preservação dos recursos associadas ao uso sustentável dos mesmos. A luta pela desconcentração fundiária e pelo uso autônomo e coletivo dos recursos naturais impulsionada no assentamento Che Guevara possibilitou um controle dos seus recursos e levou a uma gestão coletiva dos mesmos.

A organização sociopolítica das famílias assentadas igualmente contribuiu para uma melhor otimização hídrica que se voltou para a manutenção das famílias desde a organização inicial no acampamento e encaminhou-se de forma ainda mais organizada no decorrer da consolidação do assentamento. As vivências e saberes desenvolvidos no assentamento Che Guevara estimulam o desenvolvimento de ações que fortalecem a reforma agrária e a agricultura familiar, assim como validam estratégias de captação e manejo das águas das chuvas, a partir do respeito aos valores culturais e pelas experiências de gestão participativa dos recursos naturais.

Finalmente, a gestão das águas realizada no assentamento interage com a organização sociopolítica dos assentados, afinal, está vinculada não só à proposta de convivência com o Semiárido, que envolve o desenvolvimento político e

social da região semiárida, mas também com as parcerias com a sociedade civil organizada e com as políticas públicas que envolvem o acesso à água.

## Referências

Articulação do Semi-Árido. *Construindo o futuro e cidadania no semiárido*. ASA: Recife, 2009.

\_\_\_\_\_. *Carta de princípios*. ASA: Recife, 2000.

MALVEZZI, Roberto. *Semi-Árido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial*. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.





# ACORDO DE PESCA: UMA ESTRATÉGIA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

**Debora Barroso dos Santos<sup>I</sup>**  
**Tânia Chantel Freire<sup>II</sup>**

Este artigo apresenta a experiência popular no complexo de lagos do Rio Arari em Itacoatiara, Amazonas. Trata-se de um esforço coletivo de estudo e pesquisa com olhar focado na realidade social dos ribeirinhos e ribeirinhas, camponeses e camponesas, na perspectiva da sustentabilidade de seus modos de vida. Este exercício reflexivo visa explicitar como os Acordos de Pesca contribuem para o bem viver dos ribeirinhos e das ribeirinhas da região.

O Acordo de Pesca é como um conjunto de regras criadas pelas comunidades, com a ajuda dos órgãos de fiscalização para o controle da pesca predatória em uma localidade. Essas definições são feitas em reuniões, assembleias e discussões entre os usuários de uma região ou localidade, a fim de criarem mecanismos para que os mesmos possam utilizar esses recursos com responsabilidade ambiental, evitando as extinções das espécies pesqueiras e aumentando a quantidade e a qualidade do pescado. Neste trabalho se analisa o Acordo de Pesca em 14 comunidades do município de Itacoatiara, no Amazonas.

As normas que fazem parte do acordo<sup>1</sup> e regulam a pesca devem contemplar os interesses de todos e todas que utilizam esses recursos para a sobrevivência. Assim, o acordo não pode, em hipótese alguma, atender interesses particulares. Segundo a Instrução Normativa nº 29/2002, do Instituto Brasileiro do

I Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Coordenadora Municipal do Movimento de Mulheres Camponesas – AM. (deb\_barroso@hotmail.com)

II Técnica em Agropecuária Ecológica pela Escola de Educação Profissional Terra de Educar, Ronda Alta – RS. Bacharel em Teologia com Complementação em Pedagogia pela Faculdade de Teologia do Amazonas (FATEAMA), Pós-graduanda no Curso de Capacitação em Educação do Campo com ênfase em Projovem - Campo Saberes da Terra (UEA/FNDE/SECAD – MEC). Coordenadora Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/AM). (taniachantel@yahoo.com.com)

1 Daqui em diante se utilizará com frequência somente o termo acordo, mas ele significa o Acordo de Pesca.



Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, entende-se por Acordo de Pesca um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre diversos usuários e os órgãos gestores dos recursos pesqueiros em uma área definida geograficamente (Oviedo *et al.* 2005).

## **Emergência dos Acordos de Pesca**

Em paralelo ao movimento dos seringueiros para protegerem suas florestas e seu modo de vida, várias comunidades do Amazonas vêm utilizando a prática dos Acordos de Pesca como estratégias de preservação de lagos que na década de 1980 sofreram com o aumento da pesca comercial.

Pantoja (2005) refere que o padrão de consumo alimentar valoriza a ingestão diária da farinha e do peixe. Consequentemente, a pesca é uma atividade econômica relevante para a subsistência e menos frequente para o comércio. Diante disso, a busca pelos recursos pesqueiros gerou conflitos em várias partes dos rios e lagos da Amazônia. Para dirimir tais conflitos buscaram-se metodologias de proteção dos lagos, contra a pressão da pesca predatória, contribuindo para a conservação das matas ciliares e de igapós a fim de que haja abundância em alimentação e abrigo aos peixes.

Anteriormente chamava-se este processo de movimento de preservação de lagos, oriundo do paralelismo da luta dos seringueiros. Com a ampliação da discussão, este foi gradualmente incorporado às normativas institucionais, o que lhe valeu o status de legislação específica. Hoje se percebe que os Acordos de Pesca estão se transformando em políticas ambientais sustentáveis que ajudam a garantir a soberania alimentar.

Ao longo dos últimos anos, as bases da economia ribeirinha sofreram modificações com a intensificação da pesca comercial, o declínio da agricultura e a expansão da pecuária. A grande transferência da mão de obra da agricultura para a pesca comercial, somada à demanda crescente do pescado pelos mercados nacionais e internacionais e à introdução de novas tecnologias de pesca (barcos motorizados e caixas de gelo) resultou no aumento da exploração dos estoques pesqueiros da região, prejudicando os pescadores residentes nas comunidades.

A pesca se caracteriza pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado em lagos, rios, igapós e igarapés e constitui uma das principais bases das atividades econômicas e grande parte da necessidade de proteínas é suprida pelo pescado que é o principal alimento das famílias ribeirinhas. A atividade pesqueira também é responsável pelo fornecimento de alimentos para o meio urbano e pela permanência das populações em seus locais de origem.



A partir de nova compreensão sobre as estratégias dos Acordos de Pesca, as comunidades ribeirinhas não se limitaram somente à preservação e à conservação dos recursos pesqueiros. Iniciaram um processo educativo contínuo vinculado aos conhecimentos próprios da comunidade e acadêmicos, culminando em uma administração participativa para o acesso e uso da fauna, da flora e dos recursos hídricos. A água é um recurso natural e estratégico para a manutenção dos valores sociais, econômicos e ecológicos, ao mesmo tempo que é fonte de vida e de desenvolvimento. É um recurso mineral que deve ser compartilhado com as gerações atuais e futuras que habitam no planeta terra. Nessa perspectiva, as comunidades estão desenvolvendo uma nova forma de utilizar seus recursos pesqueiros por meio de alternativas metodológicas ao processo tradicional, que representa um novo cenário a estas comunidades.

## **Fatores sociais e econômicos do município de Itacoatiara**

De acordo com o IBGE (2010), em decorrência do crescimento demográfico de Itacoatiara, que atualmente ostenta a posição da terceira cidade mais populosa do Amazonas e uma das mais populosas da região Norte, o município foi incluído à região metropolitana de Manaus em 2008. Possui atualmente 8.991 km e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,711 (IBGE 2010).

A região com maior índice de concentração de pobreza é a região oeste da cidade, devido a uma estrutura socioeconômica frágil, o que tem sido utilizado para fins eleitorais e oportunistas. Contrariamente ao senso comum, os dois bairros com maior índice de riqueza e mais nobres localizam-se nessa região. Porém, a pobreza existente é pequena se comparada aos índices das grandes cidades do país na forma de subúrbios e favelas, comunidades pobres das cidades grandes.

Itacoatiara possui o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os municípios amazonenses e a agricultura é uma de suas principais fontes de renda. O valor total do PIB da agricultura é de R\$ 273.929,00 e o município é considerado o maior polo agropecuário da Região Norte do Brasil (IBGE 2010). As espécies de peixes mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies oriundos de água doce.

## **Organização social e estratégias de subsistência das comunidades ribeirinhas do Complexo Lacustre Rio Arari, Itacoatiara - AM**

As comunidades estão localizadas em uma área de transição entre terra firme e várzea no município de Itacoatiara, à margem direita do Rio Amazonas.



Durante o período de cheia o acesso às comunidades é feito pelo furo do Cavado e em seguida pelo canal do Miratuba, e na seca ele ocorre pela estrada que liga até o rio Amazonas com 29 km até o lago do Itapaiuna.

A maioria das casas está situada próximo dos lagos que dão acesso ao rio Amazonas. A renda mensal varia em torno de R\$ 100,00 e R\$ 2.000,00 por família. As comunidades são envolvidas em várias formas de organização social, com destaque aos grupos de jovens, associações, igrejas, movimento de mulheres, grêmios esportivos, nos quais se reúnem para melhorar o seu desenvolvimento.

Os principais meios de comunicação são as emissoras de rádios que estão instaladas na sede do município de Itacoatiara, telefones celulares e os recados locais. A televisão também é um meio de comunicação muito importante desde que se instalou o Programa Luz para Todos. Vale ressaltar que nem todas as comunidades foram beneficiadas pelo programa de tal forma que onde ele ainda não chegou a energia é produzida e fornecida por geradores.

O lugar central de assistência à saúde é o hospital de Itacoatiara. Não há posto de saúde nas comunidades. Nos últimos anos foi implantado nas comunidades o SOS Ribeirinho para transportar as pessoas que necessitam de atendimentos urgentes.

As comunidades têm santos padroeiros, conforme a tradição de fé da Igreja Católica, comemorados em festas religiosas de acordo com cada santo. Mesmo recebendo fortes influências de outras culturas é bem caracterizada a cultura ribeirinha, pois estes moram entre terra firme e várzea e possuem uma diversidade grande de alimentos e de economias.

No que tange à educação, até 2002, as salas de aulas funcionavam nas dependências das comunidades como centros sociais, igrejas e cozinhas comunitárias. Em algumas havia escolas de madeira. A partir de 2003 houve uma transição no sistema de ensino e se estruturaram as escolas de alvenaria, com serviços gerais e professores e professoras capacitados, em sua maioria com ensino superior e capacitados para dinamizar a qualidade do ensino da 1ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.

As estratégias de sobrevivência das comunidades são diversificadas. A agricultura, principal fonte de renda, é realizada utilizando vários tipos de plantas cultivadas como banana, mandioca e cupuaçu. A extração vegetal em menor escala é importante é utilizada principalmente para o consumo interno e o excedente é comercializado. A principal criação comercial é de bovinos. A venda desses animais é responsável pela maior parte da renda obtida na criação de animais domésticos. Os pequenos animais (porcos, galinhas, patos e carneiros), não são frequentemente comercializados, servem principalmente como reserva

de proteína animal para substituir o peixe na alimentação diária, ou em ocasiões especiais.

## Acordo de Pesca do Complexo Lacustre Rio Arari – Itacoatiara

Na década de 1980 iniciou a ameaça à existência das comunidades ribeirinhas com a chegada de frotas pesqueiras. Com o crescimento da população cresceu a necessidade de alimentos, principalmente para a população mais pobre.

Essas invasões constantes levaram à diminuição do pescado e as comunidades ribeirinhas foram os principais alvos por terem lagos conservados. Consequentemente, houve problemas porque a principal alimentação estava sendo comercializada para fora da região e do Estado, o pescado tornou-se mais escasso e as águas poluídas, com a grande mortalidade de peixes. Isso levou os ribeirinhos e as ribeirinhas a se reunirem para criar mecanismos de preservação dos lagos.

Foi assim que, a partir de uma necessidade concreta, surgiu um Acordo de Pesca para proteger as comunidades e proibir ou limitar o uso de aparelhos de pesca como malhadeira, lanterna de carbureto, tamanho das malhas, técnicas de pescar que pudessem prejudicar o ambiente, período que os peixes estivessem se reproduzindo, ou seja, durante o “defeso” (de 01 de janeiro a 28 de fevereiro), limitação na quantidade de pescado que se pode capturar por cada pescaria, tamanho da caixa de gelo, proibição de pesca em lagos onde os peixes se reproduzem. Nesse caso estabeleceram zonas de pesca que são:

- **Área de uso:** também denominada de área de comercialização ou área livre para a pesca. Local onde é permitida a pesca comercial desde que seja respeitada a legislação vigente.
- **Área de manutenção:** também denominada de área de subsistência, onde a pesca é permitida apenas para o consumo dos moradores das comunidades, nos limites necessários para a alimentação familiar. O pirarucu, por exemplo, desde que apresente potencial para seu manejo, mediante aprovação dos órgãos competentes poderá ser manejado.
- **Área de manejo:** também denominada de área de desenvolvimento das espécies. Nessas áreas são permitidas despescas temporárias autorizadas pelos órgãos competentes.

O primeiro acordo foi consolidado em 1993, feito verbalmente pelas famílias da comunidade de São João do Araçá. No entanto, não houve grande êxito porque os conflitos continuavam e os órgãos credenciados para a realização desse



trabalho, tais como o IBAMA e a Secretaria do Meio Ambiente não apoiaram, muito menos desenvolveram estratégias para a conservação não só dos recursos pesqueiros, mas da natureza como um todo. Houve um fracasso na luta, mas nunca desistência. Para os ribeirinhos a vontade de conservar para não faltar era tanta, que mesmo com as ameaças que recebiam, continuavam fazendo conscientização nas bases, que na década de 1980 teve a Comissão Pastoral da Terra (CPT) como a principal estimuladora do trabalho de fortalecimento comunitário.

Em 2004, com a aglutinação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Ribeirinhas (MMTR) e a comunidade começaram a fazer várias discussões em âmbito municipal, estadual e nacional sobre a situação dos ribeirinhos e das ribeirinhas, camponeses e camponesas e indígenas. A luta se fortaleceu e teve maior potencial para as discussões. No mesmo ano começaram a ocorrer reuniões envolvendo várias comunidades e em cada reunião eram convidados representantes de entidades como IBAMA, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e outros para esclarecer mais o Acordo de Pesca, pois estes tinham a consciência que iria ser mudada toda uma estrutura de vida (Freire, 2008).

Feitas as parcerias, o INPA e a UFAM começaram a realizar o estudo nas comunidades por meio de dois projetos bases para o monitoramento do manejo comunitário de pesca extrativista em lagos de várzea da Amazônia Central (CNPq – INPA) e Validação do manejo comunitário de pesca extrativista em lagos no município de Itacoatiara, Amazonas (FAPEAM - INPA) e os resultados indicaram existir uma alteração na composição e abundância de peixes de pequeno e médio porte.

A partir do contato estabelecido com as comunidades, o IBAMA vem aceitando estes acordos de pesca, em formato de portaria específica, visando diminuir os conflitos e ordenar a pesca conforme a realidade local, dentro da gestão participativa da pesca, onde usuários e o poder público são responsáveis pela gestão dos recursos pesqueiros através da tomada de decisões em conjunto.

As discussões em torno da experiência para proteger os lagos levaram a organizar a atividade pesqueira, pois o acordo obrigou os moradores que também tinham na pesca uma atividade complementar na sua renda familiar a desenvolver outras atividades, para compensar as perdas devido à proibição de lagos. A iniciativa da comunidade foi um poderoso instrumento para a unificação de outras comunidades na experiência que levou a criação do Acordo de Pesca, não só na comunidade, mas para a região do Rio Arari.

Na região do rio Arari estão envolvidas 14 comunidades no Acordo de Pesca, porém somente as comunidades de São João do Araçá e Nossa Senhora

do Livramento – Chocolateira têm lago em condições legais para realizar o manejo, sendo a despesca do pirarucu. A implementação do acordo vem possibilitando a exploração sustentável dos recursos pesqueiros, a valorização da atividade de pesca e do pescador e da pescadora. Isso significa que o acordo criado por esses usuários prevê regras de manejo da pesca que garantam, também para o futuro, a produção de peixes nos lagos, rios e igarapés.

Dessa forma, o Acordo de Pesca permite a essas populações a apropriação de conhecimentos que elas dificilmente teriam condições de construir sem o apoio do método científico. O uso consensual dos recursos pesqueiros e hídricos melhora seus métodos de distribuição, quantidade e qualidade, além de assegurar o direito das comunidades estarem protegidas contra a fome. Conforme a legislação brasileira,

a segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (LOSAN, art. 3º, 2006).

As ações do Acordo de Pesca apresentam em suas políticas um instrumento de soberania e segurança alimentar e nutricional que possibilita certa autonomia aos ribeirinhos e ribeirinhas, num processo de cogestão dos recursos pesqueiros e hídricos de forma racional e sustentável.

Essas ações fazem parte de um processo de transformação social, mas têm suas limitações no que diz respeito ao acesso à água de qualidade pelos ribeirinhos e ribeirinhas. A escassez desse bem se dá principalmente no período de transição entre a seca e a cheia e vice-versa. Nesses períodos a água fica completamente inviável para o consumo em virtude da degradação de sua qualidade pela poluição, causada pelo apodrecimento de arroz d'água e espécies de capim e de ovas de animais sobre ela, entre outros.

Cabral (1999) destaca a importância da qualidade da água estabelecida na Política Nacional de Recursos Hídricos que define, entre seus objetivos, “assegurar a atual e as futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos” (art. 2º, cap. II, tit.I, Lei 9.433). Contudo, mesmo que o acordo preveja o trabalho para melhorar o gerenciamento dos recursos pesqueiros e hídricos é preciso haver estratégias de cuidado da água (filtrar, ferver...) para garantir o uso de sua potabilidade pela população ribeirinha e evitar problemas sociais e de saúde.



Assim, os usuários do recurso pesqueiro e defensores assíduos da conservação dos ambientes aquáticos e terrestres nas comunidades são responsáveis diretos no desenvolvimento deste novo modelo de gestão dos recursos pesqueiros.

## Considerações finais

É fundamental considerar, nos conjuntos dos saberes historicamente produzidos, aqueles gerados pelos atores em suas vivências produtivas e políticas. Igualmente é importante respeitar as especificidades que emergem em virtude das diversificadas condições de vida e trabalho, bem como das diferentes formas de organização que expressam variadas visões de mundo.

Apesar de algumas deficiências na implementação do Acordo de Pesca, os resultados são relevantes para a convenção do novo jeito de utilizar os recursos naturais. Além de evidenciar a importância de conservar os recursos pesqueiros, recuperar as espécies de peixes que estão ameaçadas de extinção e criar estratégias para a conservação das matas ciliares e de igapós. Entre as dificuldades para se avançar nesse processo pode-se destacar a forma de incluir as famílias no processo de vigilância dos lagos, a falta de interação entre pescadores profissionais e indivíduos que vivem nas comunidades na tomada de decisões sobre a utilização dos recursos pesqueiros, o acompanhamento técnico para dar assistência diretamente à atividade e o cumprimento integral das regras criadas no Acordo de Pesca.

Frente ao exposto, é notável que este novo modo de utilizar os recursos pesqueiros confronta-se com os projetos de padronização de alimentos, pois possibilita o aumento e a diversidade de espécies alimentares. Nas áreas trabalhadas os ribeirinhos e as ribeirinhas podem escolher as espécies que irão capturar para seu alimento. A importância do Acordo de Pesca na perspectiva da conservação dos recursos pesqueiros é notável e cada um e cada uma são partícipes ativos no processo de inovação e na geração de conhecimentos. Isso despertou a necessidade de romper com a lógica de 'vender o que é melhor para fora'. Hoje a política interna das comunidades que fazem o manejo do pirarucu é a venda direta na comunidade por um preço que todos tenham acesso. A comercialização só é praticada em outros locais (sede do município) se não há mercado na localidade.

Portanto, o Acordo de Pesca visa desenvolver um trabalho de forma sistêmica, em vista de estimular e fortalecer os valores, posturas e hábitos ressignificados e resgatados nos e pelos indivíduos. Isso solidifica a organização, o respeito, a solidariedade, o conhecimento e favorece a soberania alimentar, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social para o bem viver das comunidades ribeirinhas.

## Referências

- BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm). Acesso em: 09 ago. 2012.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília, 2006.
- CABRAL, B. *Recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável*. Ed. Senado Federal. 1999. Brasília.
- FREIRE, T. C. *A organização da atividade pesqueira da comunidade de São João do Araçá dentro do Acordo de Pesca do Complexo Lacustre do Rio Arari – Município de Itacoatiara – AM*. Monografia. FUNDEP: Ronda Alta – RS, 2008
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php). Acesso em: 02 ago. 2012.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA. *Instrução Normativa IBAMA nº 29, de 31 de dezembro de 2002*. Disponível em: [www.ibama.gov.br/category/40?download](http://www.ibama.gov.br/category/40?download). p. Acesso em: 07 ago. 2012.
- PANTOJA, M. C. A várzea do Médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida. In: Lima, D. *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rio Amazonas e Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. ProVarzea/Ibama. Manaus, 2005.
- OVIEDO, A. et al. *Acordos de pesca: a comunidade é quem faz*. WWF – ProVarzea/Ibama. Brasília, 2005.
- SOARES, G. Comunidades na Amazônia aprendem manejo dos lagos. *Amazonas faz Ciência*. N.7 ano 3. FAPEAM. Manaus. P14-20.







# IMPACTOS DAS CISTERNAS EM SERRINHA-BA

---

**Gilberto Ferreira da Silva Neto<sup>1</sup>**

Este estudo aborda o contexto do Semiárido brasileiro focando o processo de desenvolvimento de políticas públicas em vista de sanar problemas e dificuldades das populações em âmbito social, político, econômico e ambiental. O propósito central consiste em diagnosticar as mudanças ocorridas na vida das famílias que foram contempladas com a construção de cisternas de captação de água da chuva para o consumo humano com capacidade de armazenamento de 16.000 litros de água, assim como identificar as dificuldades das comunidades que ainda não obtiveram este tipo de tecnologia social de captação de água no município de Serrinha, Bahia. Além disso, também se busca avaliar as mudanças ocorridas nas comunidades que já obtiveram a construção de cisternas e as melhorias ocorridas na vida de cada família.

Há séculos a população do Semiárido brasileiro vem buscando meios de atenuar a escassez de água com a qual está obrigada a conviver. A disponibilidade de água na região é caracterizada pela marcante diferença entre o período chuvoso, com precipitações concentradas entre três a quatro meses do ano, e o seco, prolongado e com alta taxa de evapotranspiração. A acumulação de águas de chuvas em cisternas se enquadra nas chamadas soluções alternativas de abastecimento e destina-se ao uso coletivo ou individual, sendo uma opção dentro do conjunto de fontes opcionais de água para o consumo (Brasil, 2004). Destaca-se que a legislação brasileira estabelece que qualquer água destinada ao consumo humano deve ter sua qualidade dentro dos parâmetros aceitáveis de potabilidade (Brasil, 2004).

O Nordeste brasileiro representa um terço do território brasileiro com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,792, o mais baixo do país,

---

<sup>1</sup> Especialista em Ecologia e Intervenções Ambientais pelo Centro Universitário Jorge Amado. Coordenador Microrregional do Projeto Cisternas pela Associação do Semiárido da Microrregião de Livramento - ASAMIL. (neto.gfs@gmail.com)



configurando-se assim, como uma das regiões com índice elevado de pobreza (PNUD, 2006). A região é caracterizada por desigualdades sociais, com índices de mortalidade infantil, analfabetismo, subnutrição e baixa expectativa de vida que refletem as condições da população que vive na região (Sacco, 2005).

A captação da água de chuva consiste em uma forma milenar de utilização da água pelo homem e sua utilização vem obtendo destaque ao longo dos tempos. É uma prática difundida em países como Alemanha, Japão e Austrália, possibilitando a captação de água com boa qualidade de maneira simples e bastante efetiva em termos de custo-benefício (Jaques et al, 2005). Resultados demonstram que a água da chuva captada com equipamentos seguros de armazenamento apresenta uma qualidade elevada ao ser comparada com outras fontes de abastecimento de água tradicionais (Albuquerque, 2004; Gould; Mcpherson, 1987).

No Nordeste brasileiro existem ações de educação para captação de águas pluviais voltadas para as estratégias de convivência com o Semiárido. Entre as iniciativas de políticas públicas voltadas às questões hídricas no Semiárido destaca-se a iniciativa da sociedade civil mobilizada e organizada em rede, constituída por mais de 1.200 entidades, denominada Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). Para isso, a ASA concebeu, desenvolveu e vem gerenciando o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido, com a finalidade de contribuir, através de um processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania (ASA, 2002). As ações incluem a utilização de equipamentos simples e baseados em técnicas populares de armazenamento de água, de custo acessível e de nível tecnológico apropriado para pequena escala de consumo, com capacidade de produzir resultados imediatos de disponibilidade de água e de melhorias de saúde (Albuquerque, 2004).

## Método de abordagem

Esta pesquisa foi realizada no município de Serrinha, Bahia, no território do Sisal, localizado na região do Semiárido do Nordeste brasileiro, com população estimada em 76.762 habitantes e extensão territorial de 658 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Localiza-se a uma latitude 11°39'51" S, longitude 39°00'27" O e está a 379 metros de altitude. Este território apresenta características de períodos de chuvas irregulares e pluviosidade entre 500 a 800 mm/ano (SEI, 1997). É um município que sofre com períodos de estiagens como também pela falta de equipamentos e tecnologias para o armazenamento da água de chuva nos períodos em que ocorre um bom volume de chuvas.

Para facilitar esta abordagem foram definidos alguns objetivos específicos que orientaram sua metodologia, entre os quais: identificar as dificuldades presentes em comunidades que não possuem cisternas como forma de captação e armazenamento da água de chuva; analisar se o armazenamento da água está ocorrendo de maneira correta, com todos os requisitos para que não venham trazer problemas de saúde para as famílias; diagnosticar e propor ações que vissem um melhor gerenciamento da captação da água de chuva; e verificar os hábitos e costumes da população rural do município de Serrinha. Pretendeu-se diagnosticar o panorama de forma minuciosa, focando uma comunidade em vista de analisar até que ponto as políticas públicas são realizadas de forma adequada e em vista dos que estão inseridos no processo.

Dessa forma, averiguar quais as dificuldades encontradas por cada família que necessitam de alguma forma obter uma das principais fontes de vida, que é a água potável, os seus anseios, sobretudo durante o período de seca, traz para a sociedade em geral a urgência da implementação de alternativas estratégicas que possibilitem maximizar a utilização dos recursos pluviais disponíveis no Semiárido nordestino.

Na perspectiva de trazer tecnologias de armazenamento, o município de Serrinha, até o ano de 2010, possuía em torno de 1.400 cisternas distribuídas em 45 comunidades, tendo como financiadores o Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), em parceria entre a ASA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Entre as comunidades que possuem cisternas foram escolhidas quatro comunidades, sendo estas próximas e na região Sul do município, para fazer-se uma análise das mudanças ocorridas nas famílias que possuem cisternas em comparação com outras famílias que não possuem este tipo de benefício, para identificar quais são as diferenças e dificuldades das famílias que não possuem cisternas em relação às que as possuem.

Os dados foram coletados através da observação direta, registro fotográfico e aplicação de questionários em formulários pré-estabelecidos, com perguntas relacionadas às principais dificuldades enfrentadas pelas famílias. Entre as questões perguntou-se, se a água é buscada a uma longa distância da casa, sobre os problemas relacionados à saúde, as dificuldades no período de seca, se existem outros meios de obtenção da água e outros aspectos do contexto socioeconômico e ambiental. A amostragem foi constituída a partir de procedimentos feitos com 25 famílias que não possuem cisternas e outras 25 que já



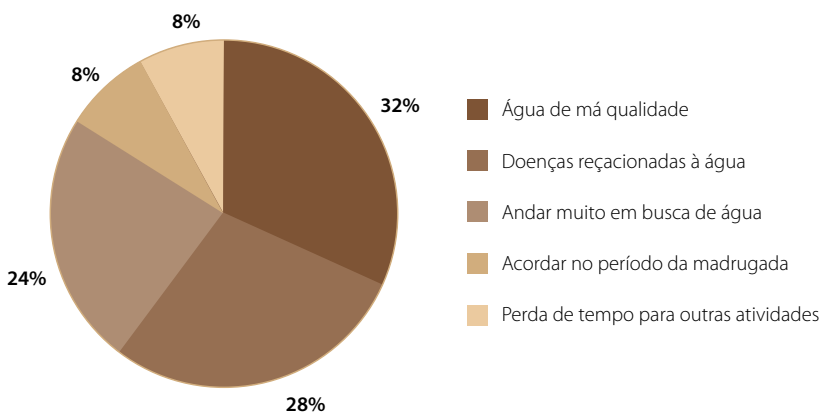
obtiveram as cisternas, cujas informações foram analisadas separadamente de acordo com cada um desses grupos.

## Resultados e elementos de análise

Na análise sobre as famílias que ainda não foram contempladas com as cisternas, os relatos detectam um contexto de entraves, sofrimento e dificuldades vividas com a falta de água, sendo às vezes até repetitivos os relatos dos moradores quando questionados sobre os principais problemas que passam em suas vidas. À medida que as fontes habituais de água vão se esgotando, as famílias passam a utilizar as fontes não habituais, geralmente partilhadas com animais, agravando a situação devido à péssima qualidade da água, que contribui para maior incidência de doenças no meio rural, conforme mostra o gráfico 01.

Gráfico 1: Respostas das famílias que não possuem cisternas em casa.

### Problemas relacionados às famílias que não foram beneficiadas com cisternas



Fonte: Pesquisa de campo, Neto, 2010.

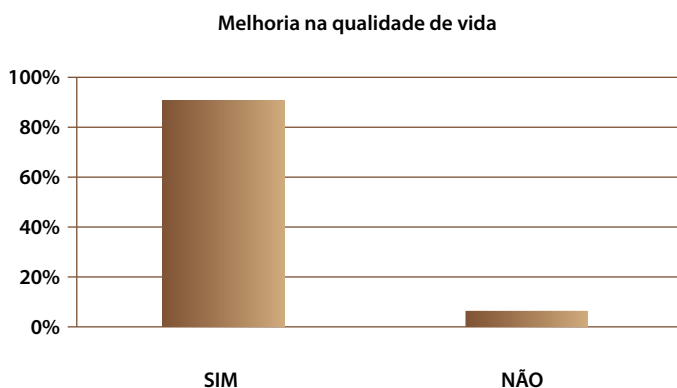
O gráfico 1 mostra que são vários os problemas relatados pelas famílias, entre eles 60% estão diretamente ligados à qualidade da água que as famílias consomem, já que 32% dos entrevistados afirmam que a água de má qualidade é o principal problema. Muito próximo deste percentual, 28% deles dizem que doenças relacionadas à água são outro grave problema. Isso pode ser justificado, muitas vezes, pela localização e o armazenamento dessas águas, normalmente em tanques e barreiros, às vezes localizados próximos a chiqueiros, currais,

próximo de animais, com água barrenta, algumas vezes até com mais lama do que água, o que contribui para a contaminação desses meios hídricos.

Outros problemas que foram mencionados pelas famílias estão relacionados às grandes distâncias para encontrar água de melhor qualidade, tendo que percorrerem entre 1Km e 5Km em busca dessa água. Destes, 24% mencionaram que isto é mais um grande problema. Com uma proporção menor 8% dos entrevistados apontaram duas outras dificuldades: a perda de tempo para outras atividades, já que, quando não saem de madrugada em busca de água, fazem isso no período em que estariam realizando outra tarefa em sua casa ou na roça; e acordar de madrugada para evitar temperaturas mais elevadas na busca de água. O depoimento da entrevistada Maria da Silva\* ratifica essa informação: “A nossa vida era um verdadeiro inferno. A gente não dormia, tinha que ir pegar água na madrugada, quando voltava o dia já estava claro e aí não dava mais para dormir, já era hora de começar os trabalhos”.

Esta avaliação ajuda a perceber a importância das cisternas em vista de uma nova esperança para o Semiárido, como observado nas entrevistas com as famílias que possuem cisternas, pois quando perguntadas se houve melhorias para as famílias e comunidades, 92% responderam que sim, de acordo com o gráfico 2.

**Gráfico 2: Representação das respostas dos entrevistados.**



Fonte: Pesquisa de campo, Neto, 2010.

Observa-se que somente 8%, o que equivale a duas famílias, não tinha opinião formada sobre as melhorias obtidas a partir das cisternas. Uma delas respondeu que, mesmo com a cisterna, ela continua sofrendo alguns problemas. Isto pode ser contemplado pelo estilo de vida da família, com os cuidados a serem tomados com a cisterna e também com o gerenciamento feito com a água, pois a



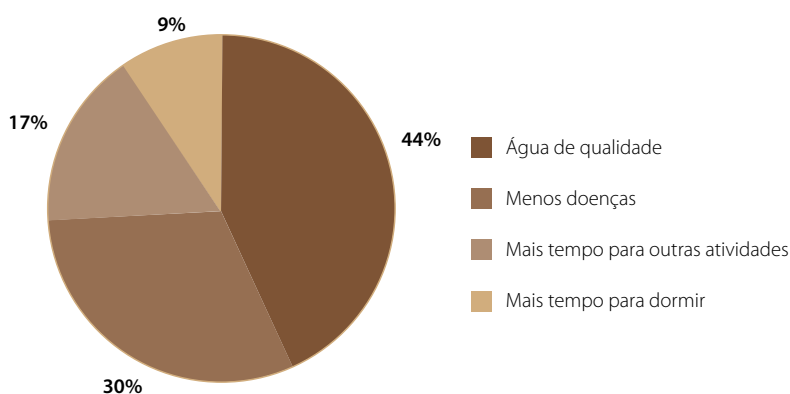
família citou que não usa a água da cisterna apenas para o consumo humano, mas faz uso desta para outros fins como lavagem de roupa e para os animais.

Entre as famílias que responderam afirmativamente que as cisternas contribuem para melhorias nas suas vidas, 23 delas (92%) mencionaram algumas destas melhorias, como se pode observar no gráfico 3.

Entre as respostas positivas (n=23), uma grande parcela das famílias (44%) afirma que houve uma mudança significativa em suas vidas, que reside, justamente, no fato de terem água de qualidade. Isso é de fundamental importância porque tendo água de qualidade as famílias passam a ter melhor qualidade de vida e a cisterna, quando bem gerida, garante a qualidade da água. Outros entrevistados (30%) mostraram-se satisfeitos com as cisternas porque passaram a ter menos doenças relacionadas ao consumo da água, como diarreia, esquistossomose, verminoses, dengue, ameba, giárdia e gripe. Além destas, elas também destacaram doenças decorrentes do árduo transporte da água, feito em baldes e galões sobre a cabeça, que causa problemas na coluna vertebral, dores de cabeça e nas articulações, entre outros. Isso é relatado por João Brasileiro \*, ao afirmar que “todos sofriam muito e até as crianças traziam galão de água na cabeça; meu filho mesmo vivia se queixando de dor de cabeça e tudo isso para beber água com lama, porque do mês de outubro em diante a gente bebia lama”.

Gráfico 3: Respostas das famílias nas quais houve alguma melhoria.

**Mudanças ocorridas na vida das famílias que foram beneficiadas com cisternas**



Fonte: Pesquisa de campo, Neto, 2010.

Estas duas mudanças estão diretamente relacionadas com a qualidade da gestão da água, onde esta questão é extremamente importante no semiárido,

devido a escassez do líquido de boa qualidade, que faz com que o recurso seja altamente valorizado. O papel de homens e mulheres, nas questões relacionadas à gestão da água é igualmente importante, todavia as atividades desenvolvidas pelas mulheres são ignoradas. O papel das mulheres, relacionado ao uso dos recursos hídricos inclui a participação na coleta, transporte e gestão da água. Também são elas as que mais utilizam a água em casa diariamente. Uma vez que elas se identificam como domésticas, elas têm um entendimento vasto e íntimo com o uso da água e seu relacionamento com o meio ambiente. O papel de responsável pela saúde da família, na maioria das vezes, fica com a mulher, requerendo tratamento, sabedoria e cuidados especiais com a água.

Os dois outros fatores destacados estão relacionados ao aproveitamento do tempo. Com a cisterna próxima da casa não há mais a necessidade das famílias fazerem grandes caminhadas e nem acordarem de madrugada para buscar água. Elas passam a dispor de mais tempo para outras atividades (17%) e também para dormir mais (9%), conforme observa Rosa dos Santos\*: “Agora, com água do lado de casa, tenho tempo prá fazer várias coisas, posso fazer um docinho, dormir, fazer crochê, assistir televisão; o marido tem mais tempo prá ir prá roça, os meninos agora podem estudar mais tranquilos e sem se cansar.”

Outra questão abordada com as famílias relacionou-se aos requisitos de se ter água de qualidade, fator importante e debatido nas comunidades que estão prestes a receber cisternas. A importância que estas famílias atribuem hoje ao fato de terem água de boa qualidade em suas casas está associada à maneira como está sendo conduzida a construção das cisternas, que vem sempre integrada aos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesses espaços, o ponto forte de discussão direciona a importância do cuidado com o tratamento da água para a saúde da família e a gestão da água (uso racional). Como a maioria dos participantes dos cursos são mulheres, elas desempenham um papel fundamental na condição de difusoras desses conhecimentos nas famílias. Nesse âmbito, alguns questionamentos foram feitos às famílias com relação aos cuidados que são tomados com a água da cisterna e organizados no gráfico 4.

No que tange aos requisitos sobre os cuidados com a água, perguntou-se sobre o desvio das primeiras águas da chuva como um fator importante porque nas primeiras chuvas ocorre a limpeza dos telhados e das calhas que captam a água para a cisterna. Alto índice de entrevistados (92%) respondeu que fazem esse processo de desvio das primeiras águas da chuva.

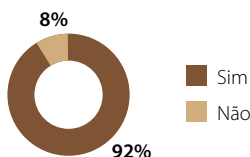
No segundo requisito perguntou-se como é feita a retirada da água da cisterna. Mais de 3/4 ou 76% das famílias tiram a água com bomba-gude, um utensílio criado para se retirar a água de dentro da cisterna sem que haja contato com a



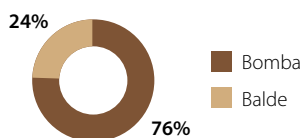
parte interna da cisterna. O mecanismo é feito através de bombeamento manual por meio de um cano que sai do fundo da cisterna até a tampa do lado de fora, através da sucção a água é puxada para a parte exterior da cisterna, evitando a contaminação da água com algum objeto externo. Os outros 24% retiram a água com o balde, o que causa o contato direto com a parte interna da cisterna e com frequência esses baldes ficam no chão ou próximos de algo que pode contaminar a água da cisterna, por isso, esta forma de retirada da água não é recomendada. Mesmo que todas as cisternas sejam munidas da bomba-gude ou bomba manual, nem sempre as famílias seguem as orientações mais adequadas de uso da cisterna.

**Gráfico 4: Requisitos básicos para a obtenção de água de qualidade.**

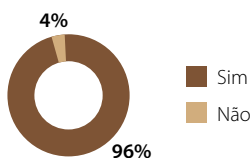
**1. Fazem o desvio nas primeiras chuvas?**



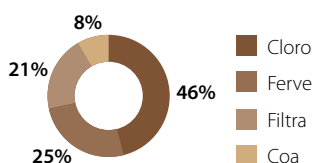
**2. Como retiram água da cisterna?**



**3. Tratam a água após a retirada?**



**4. Qual o tipo de tratamento da água**



Fonte: Pesquisa de campo, Neto, 2010.

O terceiro e quarto requisitos estão relacionados ao tratamento da água após a sua retirada da cisterna. Com relação a efetuar ou não o tratamento da água, apenas uma família afirmou que não fazia nenhum tratamento com a água que consome. Por outro lado, 96% das famílias afirmaram que fazem tratamento, o que demonstra que o trabalho feito nos cursos com as famílias vem surtindo efeito. Assim, com os que fazem tratamento (n=24), quase a metade (48%) dos entrevistados põe cloro para tratar a água, 24% ferve a água, 20% filtra e 8% delas dizem coar a água retirada da cisterna antes de consumi-la. Isso é importante, já que não adianta apenas se ter um local adequado para armazenar a água, mas é fundamental que todas as etapas recomendadas para a obtenção da água potável sejam seguidas para que as famílias tenham garantia de vida saudável.



## Considerações finais

As cisternas se configuram como recursos e instrumentos apropriados para se conviver, de forma permanente, com a realidade semiárida e, em particular, com os efeitos da seca. São sistemas simples, ao alcance da maior parte da população, cujos benefícios se evidenciam ao longo deste estudo.

A construção das cisternas aliviou o sofrimento de todas as famílias pesquisadas e muitos foram seus benefícios mencionados: água limpa, diminuição das doenças, melhoria da vida das donas de casa, tempo livre para desenvolver outras atividades e até para o descanso; e, especialmente, mais saúde para todos.

A mulher desempenha importante papel na questão dos recursos hídricos, pois ela é quem se preocupa com a obtenção da água, a forma racional de seu uso e os cuidados necessários para mantê-la limpa. Portanto, a mulher é uma educadora que contribui para as soluções de manejo adequado dos recursos hídricos e na economia da água disponível.

Por fim, vale salientar a importância das parcerias entre os governos federal e da Bahia, em parceria com a sociedade civil e suas múltiplas organizações na execução de políticas públicas e na luta por melhorias no sertão brasileiro. Oxalá, que isso se estenda por todo o Semiárido, dada a importância de todas as famílias terem uma cisterna em suas casas.

## Referências

ALBUQUERQUE, T. M. A. *Seleção multicriterial de alternativas para o gerenciamento de demanda de água na escala de bairro*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2004. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil.

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semiárido Brasileiro: Um Milhão de Cisternas Rurais*. ASA:Recife, 2002. (Cartilha).

Brasil. Ministério da Saúde. *Portaria nº 518, de 23 de março de 2004*. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativas ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/sitefunasa/legis/pdf.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_)



populacao/default\_caracteristicas\_da\_populacao.shtm. Acesso em: 10 ago. 2010.

GOULD, J.E.; MCPHERSON, H. J. Bacteriological quality of rainwater in roof and ground catchment systems in Botswana. *Water International*. Vol. 12, nº. 3, p.135-138, 1987. Disponível em: <http://md1.csa.com/partners/viewrecord.php?> Acesso em: 21 jul. 2010.

JQUES, R.C.; RIBEIRO, L. F.; LAPOLLI, F. R. Avaliação da qualidade da água de chuva na cidade de Florianópolis – SC. In: 23º Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2005, Campo Grande-MS. *Anais de Resumo*, Campo Grande: ABES, 2005.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). Acesso em: 19 jul. 2010.

SACCO, Denise. *A esperança nacional*. Cad. Diplô. São Paulo, n. 3. 2005.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Disponível em: [http://www.sei.ba.ba.gov.br/side/frame\\_tabela.wsp?tmp](http://www.sei.ba.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp). Acesso em: 11 jun. 2010.





# CISTERNAS NAS ESCOLAS: PORTAS DE ENTRADA PARA UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SEMIÁRIDO

---

Rafael Santos Neves<sup>I</sup>  
Clara Marinho Pereira<sup>II</sup>

Tudo em nossa vida se desenrola dentro de certo contexto político e socioeconômico. Assim, torna-se fundamental estudarmos o contexto que tem desencadeado a implementação de cisternas nas escolas do Semiárido brasileiro. Esse exercício nos permitirá compreender que isso não aconteceu de uma hora para outra. É, sim, resultado de um conjunto de lutas e buscas pela efetivação de direitos humanos fundamentais e pela afirmação do Semiárido como um lugar de bem viver.

Neste artigo discutiremos a implementação de cisternas nas escolas como uma estratégia que busca contribuir com a garantia do direito à água e à alimentação adequada às crianças e adolescentes do Semiárido. A partir daí o seu avanço nas escolas e municípios representa uma porta de entrada para uma educação contextualizada na região. Para cumprir com este objetivo retomaremos o caminho histórico que levou a esta experiência, alguns elementos de avaliação e os desafios enfrentados na execução deste trabalho.

## O direito à água e à alimentação adequada nas escolas

A Constituição Federal de 1988 afirma que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar à criança e ao adolescente “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, art. 6º). Essas

---

I Pedagogo, assessor técnico do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) na Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC). Foi professor e tutor nos cursos de formação da RedeSAN/FAURGS/UFRGS. (rafael@asabrazil.org.br)

II Mestre em Desenvolvimento Econômico, com concentração em Economia Social e do Trabalho.



instituições devem, ainda, “colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, art. 227).

Com objetivo de materializar esse conjunto de direitos, foi instituído em 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A implementação de cisternas nas escolas relaciona-se, portanto, com a luta política para fazer valer, no Semiárido, os direitos das crianças e dos adolescentes. Muito ainda há por ser feito, mas é importante reconhecermos as ações orientadas pelo ECA que já se materializam, tais como:

- A implantação dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes em âmbito federal (CONANDA), estadual (CEDCA ou CONDECA) e municipal (CMDCA);
- As conferências municipais, regionais, estaduais e nacionais de direitos das crianças e dos adolescentes, espaço de debate sobre políticas relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes.
- A aprovação da nova redação do inciso XXXIII do art. 7º da CF 88, que afirma textualmente a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.
- Desde 2000 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) articula um conjunto de ações visando a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos do trabalho explorado mediante a concessão de bolsa auxílio, geração de renda e formação para as famílias.
- O Pacto Nacional “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido”, promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desde 2004, é uma iniciativa de solidariedade, cidadania e compromisso com a melhoria das condições de vida de crianças e dos adolescentes.

Todos estes processos sociais e políticos centram-se na dimensão dos direitos das crianças e dos adolescentes. Elas têm direito, não como cidadãos do futuro, mas sim como cidadãos de hoje, como atuais sujeitos de direitos.

O relatório “O Direito de Aprender”, publicado pela UNICEF no ano de 2009, evidenciou os dados levantados pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Agência Nacional das Águas (ANA) no âmbito do Censo Escolar de 2007<sup>1</sup>. Eles apontavam

---

1 O Censo Escolar é uma pesquisa anual realizada pelo Ministério da Educação (MEC) desde 1991, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

para a situação de escolas que funcionam precariamente ou deixam de funcionar por falta de água, num desrespeito frontal aos direitos das crianças e dos adolescentes. Segundo o relatório, das 37,6 mil escolas da zona rural da região semiárida, 28,3 mil não eram abastecidas pela rede pública de abastecimento de água. Dessas, 387 não tinham qualquer abastecimento de água. Há, no entanto, evidências de que muitas das escolas contabilizadas com alguma forma de abastecimento de água potável têm irregularidade no abastecimento ou são providas de água sem qualidade para o consumo humano, devido ao abastecimento precário.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) tem se dedicado, entre outras questões, à alimentação escolar, à nutrição infantil e à água potável para o consumo das famílias e das crianças, especialmente aquelas do Semiárido rural disperso. Inclusive, a constatação de que inúmeras escolas na região semiárida e fora dela deixam de funcionar por falta de água levou a Plenária deste Conselho<sup>2</sup> a pautar a necessidade de uma política regular de abastecimento de água nas escolas públicas rurais e acentuar a necessidade dos órgãos públicos solucionarem este problema mediante a implementação de cisternas nas escolas.

## **Cisternas nas escolas públicas rurais**

Impulsionado pelo Pacto Nacional “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido”, ainda em 2008, o MDS, em conjunto com o MEC e em parceria com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e o Governo do Estado da Bahia, iniciou a ação “Água de Educar” em 43 escolas naquele Estado, viabilizando cisternas para o consumo e cisternas para a produção de hortas escolares.

O projeto foi ampliado no ano seguinte, a partir de uma experiência com o governo do estado do Ceará em parceria com a ASA, podendo vir a alcançar todos os estados do Semiárido brasileiro, com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Nessa perspectiva de ampliação, a tecnologia social que vem sendo mais implementada no atendimento à comunidade escolar é a cisterna de placas com capacidade de armazenar 52 mil litros. Esta ação visa a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, oportunizando melhores condições para o ensino-aprendizagem. E vem sendo gestada em um processo de mobilização social que articula sociedade civil e

---

2 Em julho de 2009 o CONSEA realizou uma sessão solene para celebrar a memória do centenário de Josué de Castro, patrono do CONSEA, oportunidade em que tratou da importância do abastecimento de água nas escolas públicas rurais brasileiras.



poder público e que promove a formação no sentido de multiplicar o conhecimento acerca do abastecimento de água para o consumo humano e das estratégias de convivência com o Semiárido com as comunidades escolares.

O primeiro passo neste trabalho é procurar as escolas públicas rurais que não têm nenhuma forma de abastecimento de água, mais aquelas que possuem fontes precárias de abastecimento de água potável. A SESAN/MDS define como acesso precário ao abastecimento de água no semiárido aquele que é feito por carros-pipa, rios, açudes, lagos, igarapés, poços e nascentes dentro e fora das propriedades. Esses últimos estão incluídos na lista por conta da baixa qualidade da água subterrânea para o consumo humano, que quase sempre é salina ou salobra.

Até o presente momento, a referência para a busca das escolas tem sido o Censo Escolar da Educação Básica de 2007. Esta base de dados é comparada com a realidade, seja em conversas com as comissões municipais, seja com visitas às escolas *in loco*. Como o levantamento foi realizado há alguns anos, algumas escolas já solucionaram o problema de falta de abastecimento. Abaixo, uma síntese das instituições e do público diretamente envolvido com a implementação de cisternas. Estes sujeitos são aqueles envolvidos no processo de educação formal e por isso devem ser inseridos na ação de implementação de cisternas escolares.

**Quadro 3: Instituições, agentes envolvidos e suas atribuições.**

Instituições	Agentes envolvidos	Atribuições
Poder Público Federal	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS.	Estimar a demanda de escolas públicas rurais sem acesso à rede pública de abastecimento de água potável ou com acesso precário às fontes de água potável. Prover financiamento público à implantação de cisternas nas escolas a partir de recursos do orçamento geral da União e articular a sua implementação com outros Ministérios (Educação e Saúde, especialmente).
Sociedade Civil Organizada	ASA - Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido.	Articular a mobilização, dar visibilidade às ações, capacitar os envolvidos, organizar as demandas e fazer o controle social dos recursos investidos e da qualidade das ações implementadas.



Instituições	Agentes envolvidos	Atribuições
Comunidade Escolar	Professores, pais, estudantes, merendeiras, zeladores e coordenadores pedagógicos.	Participar do processo de capacitação, zelar pela cisterna e a qualidade da água e todo o processo de captação da água da chuva e/ou toda forma de abastecimento do reservatório. Tornar a cisterna um elemento didático que permita aos alunos conhecerem melhor a região onde vivem.
Comunidade Local	População residente no em torno da escola	Apoiar todas as etapas, negociar com o poder público as melhorias para as escolas, envolver-se na capacitação e no processo de construção do conhecimento e apoiar os pedreiros na construção das cisternas.
Poder Público Local	Prefeitura Municipal, Secretarias de Educação, Saúde e outras.	Autorizar o trabalho da ASA/AP1MC junto às escolas para a construção das cisternas e para as atividades de professores e funcionários. Comprometer-se com o reabastecimento das cisternas - visto que os 52 mil litros das cisternas não suportam toda a estiagem -, garantindo água em quantidade e qualidade para toda a comunidade escolar. Estimular o debate sobre a educação contextualizada e sobre formas criativas e didáticas de trabalhar a educação ambiental e o gerenciamento de recursos hídricos nas escolas, tendo a cisterna como elemento mediador da aprendizagem. Acompanhar a coordenação pedagógica do município no processo de implementação das cisternas.
Proprietário de Terra	Donos de terras vizinhas às escolas que sejam necessárias para a construção das cisternas	Em determinadas escolas o terreno não é suficientemente grande para a implementação de cisternas. No sentido de garantir o direito à água busca-se os proprietários dos terrenos vizinhos das escolas e solicita-se a autorização ou anuência para a construção das cisternas. Nestes casos, a Prefeitura também é requisitada a promover o diálogo com os proprietários lindeiros para efetivar os termos de anuência.

Fonte: Levantamento de campo, Neves e Pereira, 2010.



Esta identificação de instituições e atribuições é uma proposta sistematizada a partir das experiências em curso, que levam em conta a importância de mobilizar a população em torno da escola e destacar o caráter público do espaço escolar. É fundamental que este seja um processo que envolva pais, professores, alunos, comunidade e que todos sintam a escola como sua, com os direitos e deveres que esta apropriação envolve. Mudar a escola é levar a sociedade para dentro dela e tirá-la dos limites dos seus muros. Nos processos que envolvem a construção de cisternas é interessante que se preveja a realização de reuniões com todos os atores envolvidos nas quais se definem e pactuam publicamente as responsabilidades de cada um, isto é, o que cabe à Unidade Gestora Microrregional (UGM), o que cabe à comunidade, o que cabe à escola, o que é responsabilidade do poder público e de outros atores. Com as responsabilidades pactuadas deve-se organizar as atividades no tempo, para que cada ator se agende, dentro de sua organização.

A capacitação do pessoal é uma ação fundamental em todo processo. Durante as primeiras experiências de cisternas nas escolas, diferentes estratégias têm sido usadas para se trabalhar com os diferentes públicos envolvidos: professores, pais, alunos, merendeiras, zeladores e gestores públicos. Mesmo trabalhando com essa diversidade, as equipes que vêm executando a ação de cisternas nas escolas concordam que três eixos principais não podem deixar de ser refletidos durante o processo de formação:

a) A cisterna na escola como um instrumento de conquista de direitos

A implementação desta tecnologia dá à comunidade escolar a possibilidade dela consumir água de qualidade e de o ano letivo escolar funcionar sem interrupções. É preciso que a comunidade beneficiada compreenda que água é um direito universal, e que a cisterna é uma conquista e não uma dívida de algum político ou mesmo do governo. Igualmente é importante que ela conheça o histórico de mobilização popular que levou diversas entidades do Semiárido brasileiro a lutarem e exigirem uma política de armazenamento de água autônomo que viabilize a convivência da população com a região.

b) A cisterna é um instrumento de convivência com o Semiárido

Para além do armazenamento da água para saciar a sede das crianças é importante que os professores utilizem a cisterna e a água como elementos didáticos e políticos nas escolas. Ao debater o contexto a partir do

qual surgiu a cisterna na escola se reflete sobre uma forma de pensar que vê o Semiárido como um lugar inviável, que seu povo não é inteligente e que quem quer viver bem e melhor tem que sair daquela localidade. E, se então refletirmos que as famílias das crianças vivem há séculos na região e a replicação de suas estratégias de vida, tais como a cisterna, vêm transformando essa realidade, podemos fazer na escola um debate diferente, com a produção e difusão de um conhecimento que ajude a mudar a realidade do Semiárido a partir da valorização do chão da vida.

c) Gestão da água para o consumo humano é essencial à saúde

A gestão da água vem desde a sua captação, passando pelo seu manejo, tratamento e conservação até seu consumo. Se não há manutenção da higiene do telhado da escola, se a água não for tratada com hipoclorito e se não houver monitoramento do reabastecimento de água feito pela prefeitura, ao invés de uma solução, a água se tornará um problema ainda maior, afetando o bem estar de toda a comunidade escolar.

No caso das cisternas para o consumo humano, uma atenção nos processos de mobilização e formação é o cuidado com o telhado da escola. Ele deve estar limpo para que a água captada não se torne uma água contaminada. Tendo em vista que as pessoas não moram nas escolas e que estas passam um período de pelo menos três meses por ano sem receber muita gente, devido às férias escolares, é comum haver morcegos e pardais que habitam as escolas e seus telhados. Assim, é fundamental adotar mecanismos limpos (sem veneno) para eliminá-los dos telhados para evitar que contaminem a água da cisterna. É um desafio criar uma sistemática através da qual a comunidade local, a comunidade escolar e o próprio poder público mantenham o telhado das escolas sempre limpos.

Outra questão fundamental é que diversas escolas onde tem sido implementadas as cisternas possuem um número grande de estudantes, de modo que as cisternas não são suficientes para o abastecimento de água durante todo o período de seca. É importante, então, que haja um sistema de abastecimento, e, por conseguinte, que se estabeleça um sistema de controle sobre a qualidade da água que o carro-pipa disponibilizará à escola. Esse trabalho deverá ser de responsabilidade da comunidade e da comunidade escolar, devendo contar com a contribuição dos agentes de saúde, para informarem acerca da procedência da água e para realizar coletas periódicas da água e o envio da mesma para análise.



## Vitórias e pedras no caminho

As equipes que têm estado à frente do trabalho de construção de cisternas nas escolas analisam que a experiência é um primeiro passo para que as crianças do Semiárido tenham aulas de qualidade, que não cessem por falta de água, e que as cisternas, mais do que uma estrutura de armazenamento de água, possam ser também um elemento que estimule os estudantes a conhecerem melhor a sua região.

A articulação conjunta do poder público local e as comunidades mexe em relações políticas personificadas que não contribuem com o bem estar da população. A escola é, por vezes, percebida como um espaço do prefeito, e não um espaço público, o que leva a equívocos que dizem respeito aos deveres e direitos das comunidades e do poder público. As ações chegam à escola através de decisões externas às comunidades. Assim, estas se isentam de responsabilidades e também dos direitos para com a escola, já que compreendem o espaço como sendo do prefeito, logo, também é dele a responsabilidade com tudo o que diz respeito à instituição. Essas questões são ainda potencializadas em momentos de eleições municipais.

Todavia, onde se conseguiu traçar acordos entre prefeituras, comunidade escolar e comunidade local, deixando claro suas próprias responsabilidades, bem como as de todos os parceiros, pode se vivenciar experiências de como deve se dar a vida política, com o envolvimento de todas e todos.

O processo de formação já apresenta bons resultados e é amplamente reconhecido por professores e gestores públicos da área de educação, mas ainda há muito a ser melhorado, inclusive ampliar o tempo dos cursos para se trabalhar mais amplamente os conteúdos que envolvem o projeto. As equipes também puderam observar precariedade no atendimento à alimentação dos alunos. É importante que haja a articulação com outras políticas acerca da alimentação, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ainda mais agora que o PNAE precisa adquirir, no mínimo, 30% dos produtos para a alimentação escolar diretamente da agricultura familiar.

## Referências

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Cisternas nas escolas: uma conquista do povo do semiárido*. Recife: ASA, 2010.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1998.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). *O direito de aprender: potencializar avanços e reduzir desigualdades*. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/siab\\_resumo\\_pt.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/siab_resumo_pt.pdf). Acesso em: 12 ago. 2012.





# MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

---

Eugênia da Silva Pereira<sup>I</sup>  
Leidjane Fernandes Baleeiro<sup>II</sup>

O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só (Malvezzi).

A história do nosso país é marcada por muitas discriminações, exclusões e preconceitos. No Semiárido brasileiro (SAB), a situação é mais grave, pois além daquelas pessoas em situação de vulnerabilidade, houve (e ainda há) muito des-caso e discriminação com a população do campo, que teve historicamente seus direitos negados ou ofertados de forma assistencialista. Este assistencialismo se efetivou como “política de combate à seca” ou “indústria da seca”, com benefícios para os mais ricos e aumento da desigualdade.

A referida política foi marcada por desvio de dinheiro e aplicação de recursos públicos em terras de fazendeiros, o que justifica a concentração de terra e água na mão de poucos no SAB. Essa política, de acordo Pimentel (2002, p. 40), “foi e ainda tem sido um marco na elaboração das políticas públicas para o semi-árido nordestino, uma idéia presente em ações governamentais desde o Brasil-colônia”. Por outro lado, a política de combate à seca contribuía para a construção de uma ideia negativa sobre o Semiárido, “um lugar apenas de terra

---

I Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela UFGM, Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Guanambi, FG, Pedagoga pela UNEB Campus XII e colaboradora do Centro de Agroecologia no Semi-Árido (CASA). (eniagbi@hotmail.com)

II Pós-graduanda em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela UFGM, Pós-graduanda em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial pela UFRB e Licenciada em Letras pela UNIMONTES. Presidenta do STTR de Urandi/BA; membro da Comissão Municipal da ASA. (leidy\_janne@hotmail.com)



seca e rachada, onde são encontradas carcaças de gado morto, crianças desnutridas, uma agricultura improdutiva e de subsistência” (ASA, 2009, p. 4).

Dessa forma, a concentração não se dava apenas em relação à água e à terra, mas principalmente de poder nas mãos dos mais ricos. O conhecimento dos direitos não chegava à população desfavorecida, que em sua maioria, não teve acesso à escolarização e, portanto, era analfabeta. É nesse contexto que se afirma a importância desta temática, pois se entende que a educação e a mobilização são mecanismos que favorecem o desenvolvimento do SAB a partir do momento que utilizam e valorizam os saberes e as experiências do povo da região.

Arroyo (2011, p. 53), ao criticar a escolarização formal afirma que “ao lado dessa escolarização elementar, lenta e pobre para os coletivos populares subcidadãos, podemos encontrar em nossa história social, política e cultural processos densos de educação popular”. O autor destaca, ainda, que há uma dimensão educativa no aprendizado dos direitos. É neste sentido que se quer compreender de que forma a educação e a mobilização oferecem possibilidades de transformação no SAB, especialmente quando a sociedade civil participa da gestão das políticas públicas nessa região.

Dessa forma, busca-se refletir sobre a participação da sociedade civil nas políticas públicas que contribuem para a convivência com o Semiárido e para isso, se apresentam algumas ações dos diversos movimentos e organizações da sociedade civil que têm garantido o acesso à água e à segurança alimentar e nutricional de muitas famílias que vivem no SAB.

## **A educação no contexto do Semiárido**

A visão que a sociedade, principalmente a urbana, criou das pessoas do campo é que eram pessoas matutas, incapazes, ignorantes, que não tinham inteligência. Esta visão negativa influenciou nas políticas públicas e foi reforçada pela educação formal, uma vez que se limitou a oferecer aos educandos apenas o mero *kit* de primeiros socorros que, segundo Arroyo (2004) seria o domínio das habilidades e competências primárias para a sobrevivência. Na verdade, um *kit* dos “primeiros primários socorros”. Em muitos casos, nem esse *kit* foi ofertado porque os educandos se sentiam rejeitados no processo educacional e acabavam abandonando a educação formal. Conforme Arroyo (2011) era uma escola pobre para os pobres e rica para as elites, que reproduzia as desigualdades socioeconômicas, políticas e cidadãs.

No SAB essa realidade ainda é mais acentuada, pois a região sempre foi vista como lugar de pobreza e atraso. Na educação desenvolvida no Semiárido



existe uma visível separação entre o que é ensinado na escola e o que as crianças, os jovens e os adultos precisam aprender, sendo construída sobre valores e concepções equivocadas em relação à realidade da região. Uma educação que, de acordo Mattos citado por Lima (2006, p. 38), “produz em seu currículo uma ideologia carregada de preconceitos e estereótipos que reforçam a representação negativa do semiárido, omitindo todo o potencial dessa região e do seu povo”. Currículo esse, que está distante da realidade do campo e do Semiárido, pois não leva em consideração a quem se destina e o contexto no qual a escola está situada. O que se percebe é que os currículos são elaborados para outra realidade (urbana), reproduzem uma ideologia preconceituosa e que reforça a representação do Semiárido como espaço de pobreza, miséria e improdutividade, subestimando o potencial da região e do seu povo.

Desse modo, o currículo das escolas é desarticulado da realidade local, fato que contribui para que as pessoas que vivem na região procurem os grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Porém, acabam colaborando para o aumento da miséria e das periferias, em função da falta de infraestrutura dos centros urbanos. Tudo isso gera as desigualdades sociais e a desvalorização do campo e culmina no abandono da escola pelo aluno e no abandono do campo pelas próprias famílias, devido à falta de perspectivas e de qualidade de vida no campo.

Diante do abandono e da falta de investimentos da qual é marcada a trajetória das escolas do campo, as entidades e movimentos sociais que atuam no SAB, a exemplo da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), propõem e lutam por uma educação contextualizada que possibilite a convivência com o clima e a permanência dos agricultores e agricultoras no campo.

A educação no contexto do Semiárido visa desenvolver um novo olhar sobre a região, ressignificando o papel da escola, para que esta seja apropriada às diversidades regionais e promova o conhecimento que contribua para a valorização das experiências dos sertanejos e das sertanejas e para o desenvolvimento humano e sustentável da região, estabelecendo uma relação entre o que se aprende na escola e o que se vive no dia a dia.

Desse modo, a educação contextualizada, no entendimento de Lima (2006, p. 39),

deve buscar contextualizar o ensino-aprendizagem com a cultura local, considerando as potencialidades e limitações do semiárido, num espaço de promoção do conhecimento, de produção de novos valores e divulgação de tecnologias apropriadas à realidade semiárida.



Assim, se faz necessária a construção de um currículo contextualizado com a realidade do Semiárido, que possibilite aos alunos e alunas conhecerem melhor sua realidade, que contemple os conhecimentos universais e “também leve os jovens a conhecerem a vegetação, a fauna, [...] os processos históricos da região, que influenciaram na formação da sociedade [...] dos padrões culturais, dos hábitos e costumes que são vivenciados cotidianamente pelas pessoas (Lima, 2006, p. 45).

A educação escolar no decorrer de sua existência não tem buscado relacionar as práticas cotidianas dos sujeitos em seu processo educativo e tem perdido de aprender e educar a partir das experiências dos mesmos. Segundo Arroyo (2011), é preciso estar atentos, como educadores populares ou professores da educação formal, às vivências e aos questionamentos culturais e existenciais que os coletivos em movimento nos trazem de seus cotidianos. Conforme Arroyo (2011, p. 79), essas experiências que eles trazem, “partem de suas necessidades, do direito à terra, ao teto, à moradia, à sua cultura e identidade coletiva”. E é neste contexto que a ASA busca trabalhar com esses sujeitos, valorizando seus saberes e suas experiências e ajudando-os a lutarem pela garantia dos direitos negados ao longo da história. Segundo Braga (2007, p. 43), organizar a educação na perspectiva da convivência implica em “mudar a visão a respeito da região, que precisa ser olhada não como *locus* de miséria, fome e seca, mas como um ecossistema rico e estético que guarda potenciais, como todas as outras regiões do país”.

Diante disso, o grande desafio para a educação contextualizada é superar a prática de pensar projetos de educação descontextualizados do sentido e da vida do povo do Semiárido. Este tem sido um vício bastante comum ao longo da história da educação. Desse modo, verifica-se a necessidade de uma educação que valorize as peculiaridades do Semiárido, pois o mesmo precisa de uma escola que desenvolva desde cedo, nas crianças, o senso de participação, de crítica à realidade, de valorização do trabalho do campo e convivência com o Semiárido.

## **A sociedade civil e a luta por um Semiárido sustentável**

A luta por um Semiárido viável é das pessoas que nele vivem. Elas demonstram em suas práticas diárias que é possível colher a água da chuva, armazená-la e, a partir disso, viver bem no Semiárido durante o período de estiagem da chuva. Com a água da chuva armazenada em casa, nas cisternas, toda família sacia a sede e prepara os alimentos. E com a água dos demais reservatórios ela produz seus alimentos e mata a sede dos animais.

O povo do Semiárido cria, recria, inventa e reinventa seu saber fazer cotidianamente e nos mostra que é forte e resistente mesmo diante de um imaginário

social que o coloca em uma situação de 'região inviável' e 'povo incapaz'. Esse povo também tem lutado por uma vida melhor e pela garantia de seus direitos, inspirado por lutas históricas que marcaram nosso país, como o Quilombo dos Palmares e Canudos, dentre outras lutas em busca de justiça social (Baptista; Campos, 2012).

Na compreensão de que a conquista dos direitos das pessoas mais vulnerabilizadas no Brasil só se dá a partir da luta e da reivindicação, a sociedade civil organizada passou a tomar iniciativas de contraposição à política de combate à seca no SAB, ocupando espaços de participação em eventos nacionais referentes às questões de acesso à água, à terra, à educação, entre outras bandeiras de luta do povo da região. Houve também manifestações, a exemplo dos movimentos como o Fórum Seca em 1991 e da ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1993. Naquele contexto, em 1999, na cidade de Recife, surgiu a ASA, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), em um Fórum paralelo da sociedade civil organizada (Asacom, s.d.).

As ações da ASA estão presentes em nove estados nordestinos, no Norte de Minas Gerais e no Espírito Santo e atualmente articulam cerca de 1.200 (mil e duzentas) organizações da sociedade civil. Atualmente a ASA tem representação em instâncias importantes de decisão e participação, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), entre outros. Sua atuação tem buscado disseminar um projeto de desenvolvimento sustentável para o SAB de forma que contemple o acesso à água, à educação contextualizada, a conservação e reprodução de sementes crioulas, a democratização da comunicação, a igualdade de gênero, a soberania e segurança alimentar e nutricional, o combate à desertificação, o acesso à terra, ao crédito, ao financiamento e à assistência técnica para os agricultores e agricultoras familiares.

Algumas dessas ações se tornaram políticas públicas, como o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Estes programas se consolidaram pelo caráter de formação, uma vez que além da implementação da tecnologia, a família tem a oportunidade de receber capacitações para fazer uso do benefício recebido. As capacitações incluem práticas de convivência com o clima, formas de gestão das águas, cuidados fundamentais com as tecnologias, entre outros conteúdos.

Desse modo, o objetivo maior dessas ações é mobilizar a população e apontar alguns caminhos possíveis de convivência com a região semiárida,



concretizadas a partir da educação popular nessas capacitações que são embasadas nas experiências dos agricultores e agricultoras. De acordo Henriques (2011, p. 42), “podemos compreender a mobilização social como a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público”. E é isso que a ASA propõe através do P1MC, a convocação e união de vontades para atuarem em busca da construção de um Semiárido viável, igualitário e mais justo.

É neste contexto de mobilização e reivindicação dos direitos que se entende como se deram as conquistas do povo do Semiárido, através da participação política dos cidadãos. E é isso que sugere Matos (2011, p. 44), em relação ao momento crítico que vive a cidadania social e política, cuja resolução “deve orientar-se na direção de uma participação política dos cidadãos ainda maior e do máximo de controle social e político sobre o Estado e suas políticas públicas”.

Outro aspecto relevante é a convicção que as ações da ASA, especialmente o P1MC, têm sido uma das iniciativas que integram um novo quadro no Brasil, como pontua Marta Farah citada por Matos (2011, p. 47), “uma nova relação entre Estado e Sociedade e a redefinição da esfera pública”, movimento esse que integra a democratização da gestão das políticas públicas no país. Além disso, este programa também tem como característica a dimensão participativa, como enfatiza Matos (2011, p. 49), trata-se de uma dimensão que vem de “baixo para cima” e contribui “para uma renovação de arranjos institucionais e padrões de gestão, o Estado brasileiro inicia sua trajetória de resgate da cidadania para milhões de brasileiros alijados e brasileiras alijadas, historicamente, deste processo”.

Neste sentido, Baptista (2012, p. 168), nos faz refletir sobre um aspecto importante na construção dessas políticas e no enfrentamento da negação dos direitos, pontuando que “a construção das políticas não se dá sem luta, sem confrontos de propostas, sem negociações. As políticas, num processo como o do Brasil, se constroem numa correlação de forças”. Desse modo, é preciso se organizar e se mobilizar em vista da construção de políticas no rumo que se deseja. Essa luta pelos direitos e pela cidadania exige das cidadãs e dos cidadãos a participação ativa, tendo em vista que a cidadania é processual e multidimensional.

## **A ASA e a convivência com o Semiárido**

A política de convivência com o Semiárido foi disseminada pelas organizações da sociedade civil que compõem a ASA a partir da constatação de ações dos agricultores e agricultoras caracterizadas como práticas populares. O foco dessa política é favorecer o desenvolvimento da região com o uso de

tecnologias sociais simples de captação de água da chuva e de baixo custo, a exemplo das cisternas de placas, dos barreiros, barragens sucessivas, tanques de pedra, dentre outras tecnologias que contemplam a produção e armazenamento de alimentos para as pessoas e os animais.

De acordo Baptista e Campos (2012), conviver com o Semiárido significa organizar um modo de vida e de produção em conformidade com uma mentalidade que valorize e promova a desconcentração de bens e a partilha, a justiça e a equidade. Neste sentido, a convivência abrange uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Semiárido e coloca no centro do processo as pessoas com suas especificidades e as potencialidades próprias da região. Dessa forma, os programas desenvolvidos pela ASA atualmente não se configuram por si só na política de convivência com o clima, mas como ações que integram essa proposta maior de sustentabilidade e de exercício da cidadania por parte dos camponeses e das camponesas, com autonomia e liberdade.

Na verdade, as ações da ASA são processos educativos que buscam valorizar o que há de melhor no SAB, que é a experiência e a sabedoria do seu povo. Para Freire (1996, p. 47), “a experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar ‘virgem’ do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção”. O trabalho da ASA tem buscado fomentar os fazeres de homens e mulheres do Semiárido, mas provocando-os a enfrentarem e desconstruírem o imaginário social criado para esta região por forças dominantes.

### *Programa Um Milhão de Cisternas Rurais: P1MC*

O P1MC foi elaborado pela sociedade civil com o diferencial de não apenas construir uma tecnologia de cimento e concreto, mas envolver toda comunidade num processo de formação e mobilização visando à promoção de uma prática educativa de forma contextualizada. O propósito do programa é desenvolver uma metodologia participativa que empodere os sujeitos envolvidos no processo, especialmente as famílias e os membros das Comissões Municipais da ASA.

Os componentes do programa contemplam a mobilização, cadastramento e seleção das famílias, os cursos de formação, o controle social, o fortalecimento da sociedade civil, a comunicação e a construção das cisternas de consumo humano. Todo esse processo é instigado por uma metodologia democrática, objetivando garantir o controle social e a gestão pela própria comunidade local, a partir da corresponsabilidade da família (ASA, 2003).



## *Programa Uma Terra e Duas Águas: P1+2*

A água de consumo (água de beber) é viabilizada através do P1MC e a água de “comer”, para produção de alimentos é garantida pelo P1+2. O significado do 1 é terra, enquanto o 2 representa água para consumo e água para a produção. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido e visa garantir água para a produção de alimentos, contribuindo para a soberania e a segurança alimentar das famílias do SAB. A metodologia deste programa é semelhante a do P1MC, pois pauta-se na participação, mobilização e formação das famílias. Acrescentem-se ainda, intercâmbios, sistematizações e trocas de experiências entre os sujeitos. É preciso ressaltar que este programa beneficia exclusivamente a família que já foi contemplada com a cisterna de consumo ou que tenha acesso à água potável.

O P1+2 procura respeitar a cultura e os saberes locais. Para construir a cisterna que tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água é preciso uma área maior de terra. Sabe-se que a terra no país, assim como a água, historicamente, foi concentrada na mão de poucos e muitas pessoas no Semiárido ainda não têm terra suficiente sequer para construir a própria moradia. Conforme Malvezzi (2007, p. 127), nas comunidades onde as terras já foram conquistadas, o projeto pode ganhar qualidade, “por outro lado, pode ficar reduzido a uma segunda água nas áreas onde pequenos agricultores e criadores, além das comunidades tradicionais, têm pouca terra para viver com dignidade”. É por isso que o acesso à terra também faz parte das lutas da ASA, pois não adianta descentralizar a água se as famílias continuarem sem terra para produzir e sobreviver.

## *Projeto Cisternas nas Escolas*

Este projeto é uma ação mais recente da ASA e surgiu com o objetivo de garantir o direito à água potável às crianças e adolescentes do SAB, em suas escolas, já que muitas delas funcionavam em condições precárias por falta de água. Por outro lado, as crianças estavam ingerindo água potável em casa, mas chegavam à escola o que encontravam era água de má qualidade. No entanto, a finalidade maior é, sobretudo, instigar um debate e prática de educação contextualizada nas escolas do campo. O projeto faz parte do Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido, estimulado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), como iniciativa de compromisso, solidariedade e cidadania com o desenvolvimento da região semiárida do Brasil (ASA, 2011).

O caráter pedagógico desse projeto emerge da necessidade de se intervir na educação formal que é oferecida aos educandos do campo do SAB. O objetivo é que a cisterna que tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água, seja utilizada como um elemento pedagógico pelos educadores a fim de promover uma educação que parta da realidade e da necessidade dos alunos e das alunas.

As estratégias de execução deste projeto seguem a mesma linha do P1MC e do P1+2, garantindo mobilização e formação aos envolvidos. Todavia, neste projeto surgem novos elementos e desafios, como a parceria com o poder público local, que até então a ASA não havia trabalhado. A mobilização inicial começa com os gestores locais e secretários de educação dos municípios e posteriormente com a comunidade escolar e local.

Os desafios em relação à mobilização são mais notórios, pois a população ainda não compreendeu que o público é de todos e não do 'prefeito'. Diferentemente do processo de construção das cisternas de consumo nas quais as famílias assumem a coparticipação, quando se trata das cisternas nas escolas, em muitas comunidades, as famílias compreendem que a contrapartida deve ser exclusivamente da prefeitura. Percebe-se que muitas vezes a noção de espaço público (de todos) é confundido com espaço privado (do prefeito), assim a comunidade se isenta de interferir em determinado local, por entender que essa não é sua responsabilidade. Em se tratando das escolas, isso dificulta não só o processo de construção das cisternas, mas também nota-se que a comunidade não compartilha das decisões tomadas pela escola, deixando essa competência apenas para os órgãos externos, como a Secretaria de Educação e a prefeitura. Isso reflete como as relações políticas têm interferido, ao longo da história, na educação formal.

É neste contexto que se percebe a necessidade da mobilização e da educação, pois é preciso que a população entenda a importância da sua participação na gestão das políticas públicas que visam beneficiá-la de forma coletiva. Outro aspecto a ser destacado é que nesse momento a educação formal se encontra com a educação não formal, com a educação popular da própria comunidade que deve participar e dizer o que seus filhos e filhas precisam aprender. Esse encontro, nada mais é que a prática da educação contextualizada, ou pelo menos, o início dela. Baptista e Campos (2012), sinalizam que embora ainda seja difícil de se falar em educação contextualizada já implantada como também de um processo de convivência com o semiárido implementado, mas já se evidenciam diversos sinais que mostram que este é o caminho. E este projeto é um indício disso, uma vez que possibilita a interação entre a escola e a comunidade, numa retroalimentação contínua, considerando o contexto local.



## Considerações finais

No decorrer do percurso da história do SAB é possível perceber que a convivência com o clima e um outro olhar sobre esta região só ocorrerá a partir das lutas travadas pela sociedade civil, a partir do momento que a voz dos sujeitos que vivem na região ecoar mais longe. O momento é muito propício, visto que a sociedade civil tem entendido que a mobilização e a participação impulsionam a população a querer gerir as políticas públicas que lhe interessem e, principalmente, que lhe beneficiem coletivamente.

O povo do Semiárido sabe o que precisa e como precisa. Além disso, tem muito a ensinar com suas pedagogias. Pedagogias estas que trazem o aprendizado a partir da exclusão, mas acima de tudo, da luta pelos direitos humanos coletivos. Estas reflexões fazem com que se repense a função da educação, uma vez que ela pode estar a serviço da humanização ou da desumanização. A pedagogia dos movimentos sociais mostra que é possível colocá-la a serviço da humanização e, para isso, basta observar os processos educativos dos movimentos sociais e entender que o conhecimento vai além daqueles que o currículo formal apresenta, que os saberes populares falam por si.

Desta forma, há que se destacar a convicção que a pedagogia da ASA tem contemplado um processo de humanização e, acima de tudo, de construção da cidadania, de formação e de educação. A imagem do SAB hoje está sendo fotografada de um ângulo multidimensional que retrata uma vida sustentável, com muitas riquezas e potencialidades e com muito sorriso e esperança. Essa nova fotografia é obra de arte da participação da sociedade civil que tem protagonizado a liderança do rumo das políticas públicas para o semiárido. Políticas estas que enterram de vez a política de combate à seca. Aqui cabe retomar a sábia epígrafe de Malvezzi, destacada no início desta reflexão, para lembrar que o Semiárido não se pode compreender de um ângulo só, porque ele é povo, é festa é música...

## Referências

ARROYO. Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Sociedade Civil e Participação*. Módulo 4 do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. Educandos, sujeitos de direitos. In: *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004.



Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Cisternas nas escolas: uma conquista do povo do semiárido*. Recife: Asacom, 2011. (Cartilha).

\_\_\_\_\_. *Programa Uma Terra e Duas Águas*. Recife: ASA, 2010.

\_\_\_\_\_. *Caminhos para a convivência com o Semiárido*. Recife: ASA, 2009.

\_\_\_\_\_. *Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC*. Acordo de cooperação técnica e financeira. Recife: AP1MC, 2003.

ASACOM. ASA: Articulação no Semiárido Brasileiro. Recife: Asacom, s.d. (Cartilha).

BAPTISTA, Naidison de Quintela;. Processo de construção de políticas públicas de acesso à água. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BAPTISTA, Naidison de Quintela; CAMPOS, Carlos Humberto Desafios, problemas e possibilidades do semiárido – a cultura histórica da resistência: fatores históricos, sociais, culturais e políticos do semiárido brasileiro. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. A convivência no semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. A construção da educação contextualizada no Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BRAGA, Osmar Rufino. Educação e convivência com o semi-árido: Uma introdução aos fundamentos do trabalho politico-educativo no semi-árido brasileiro. In KUSTER, Angela et al. *Educação no contexto do semi-árido brasileiro*. Juazeiro-BA: Fundação Konrad Adenauer: Selo editorial RESAB, 2007. p. 27- 46.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HENRIQUES, Márcio S. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Sociedade civil e participação*. Módulo 4 do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.



LIMA, Elmo de Souza. Educação Contextualizada no Semiárido: reconstruindo saberes, tecendo sonhos. In: RESAB. *Educação e convivência no campo: analisando saídas e propondo direções*. Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2006. p. 35-48.

MALVEZZI, Roberto. *Semi-árido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

MATOS, Marlise. "Cidadania porque, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusiva". In.: MATOS, Marlise; LINO, Nilma; DAYRELL, Juares. *Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais*. Belo Horizonte, UFMG, 2011 (texto do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, p. 9 - 58).

PIMENTEL, Álamo. *O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semiárido brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.





# EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO

---

**Adriana de Oliveira Ribeiro<sup>I</sup>**  
**Maria Madalena Pereira de Jesus<sup>II</sup>**  
**Vandré Francisco Xavier<sup>III</sup>**

O tema deste artigo surgiu a partir das leituras, debates sobre os saberes e a vida cotidiana de homens e mulheres que vivem no e do Semiárido, das trocas de experiências entre colegas e tutores ao longo do Curso de Formação em Gestão Pública, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido.

Ao lermos sobre a agricultura familiar e a resistência das pessoas com relação à monocultura percebemos que há participação significativa das mulheres camponesas na preparação da terra, na separação das sementes e no cultivo da lavoura. Ao aprofundarmos um pouco nossa leitura compreendemos que essas mulheres almejam garantir uma propriedade na qual possam desenvolver seus ideais (o cultivo do próprio alimento sem agrotóxicos, o plantio diversificado) adquiridos por meio da educação não formal, através de palestras e debates nos movimentos sociais do campo. Por isso optamos por escrever sobre o engajamento das mulheres na luta pela terra e pela soberania alimentar.

Optamos por realizar um trabalho que consiste em analisar documentos como atas de reuniões e encontros de mulheres que participam do Sindicato de Trabalhadores Rurais dos municípios de Guanambi e Caetitê, na Bahia, materiais impressos como revistas, cartilhas e folhetos, pelo fato desses abordarem

---

I Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e auxiliar administrativa do Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA), Guanambi, Bahia. (adrianaribeiro.gbi@hotmail.com)

II Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e auxiliar administrativa do Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA), Guanambi, Bahia. (marioa.madalena@gmail.com)

III Ensino Médio completo em Magistério e animador do Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA), Guanambi, Bahia. (xaviercte@hotmail.com)



assuntos relacionados às reivindicações e conquistas das trabalhadoras rurais em vários espaços de lutas coletivas e práticas de formação.

Esta abordagem visa analisar como as trabalhadoras rurais reivindicam seus direitos de acesso à terra e à água na agricultura familiar. Por se tratar de um tema diretamente relacionado às pessoas envolvidas em fatos sociais que se expressam por meio de ações e crenças no desejo de mudar a realidade, optamos pela abordagem qualitativa que possibilita enunciar as análises com base na aprendizagem educativa não formal.

A segurança alimentar e nutricional não está ligada somente ao combate à fome, mas também à alimentação de boa qualidade. Está diretamente relacionada ao cultivo de alimentos sem o uso de agrotóxicos e inseticidas. Já, a segurança nutricional diz respeito à saúde das pessoas. Com base nela são feitas análises para constatar se uma pessoa está bem alimentada ou não, comparando sua altura e seu peso. Em outras palavras, a segurança alimentar e nutricional tem como objetivo garantir a todas as pessoas uma alimentação saudável, que apresente uma variedade de frutas, verduras e legumes livres de venenos.

Ao falarmos de cultivo de alimentos, preparo de hortas ou no cuidado com a alimentação da família, imediatamente nos lembramos das mulheres, pois são elas as responsáveis por todas essas atividades. Por este motivo, talvez seja a mulher aquela que mais se preocupa em garantir à família uma alimentação saudável e farta e, em vista disso, começa a reivindicar seus direitos, tornando-se integrante de movimentos sociais. Neste sentido, Giuliani destaca:

As mulheres têm contribuído para que algumas transformações importantes possam ser postas em prática: a politização do cotidiano doméstico; o fim do isolamento das mulheres no seio da família; a abertura de caminhada para que se considere importante a reflexão coletiva; a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura sindical (Giuliani, 2001, p. 649).

Um fator relevante para a valorização da educação do campo e provavelmente no desenvolvimento da instrução das mulheres camponesas foi o surgimento das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), agregadas à Pedagogia da Alternância, no final da década de 1960. Essa iniciativa foi um salto para que na década de 1980 ressurgissem novas formas de educação por meio da educação popular ou educação não formal, mobilizadas por grupos de pessoas organizadas em associações e movimentos sociais. Além disso, nasceu uma

nova consciência política que as impulsiona na efetivação de seus direitos que antes eram restritos a uma pequena parcela da população. Salienta Giuliani (2001, p. 645):

Grupos de mulheres conseguem criar um novo estilo de reflexão, de mobilização, de debate frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical. Conseguem também, aos poucos, penetrar nos vértices das estruturas de representação tradicionalmente ocupados por homens, nas diretorias das organizações sindicais, partidos políticos, associações, comitês etc.

A educação popular é uma modalidade educativa dinâmica que enfatiza o diálogo e incentiva a aprendizagem política sobre os direitos, visando à preparação para a transformação social. Com esse pressuposto ela se desenvolve numa ótica participativa e comprometida com o objetivo de formar consciência crítica e não apenas conhecimento teórico metodológico. Arroyo (2003 p. 07) aborda que “a teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta aos processos de sua própria formação humana”. Nesse caso, podemos afirmar que a educação popular se configura na realidade e dá destaque à cultura do indivíduo e às experiências vivenciadas por ele dentro de sua comunidade.

## **O movimento social sob o olhar feminino**

A participação feminina sempre se fez presente nos momentos de luta contra as mais variadas formas de exploração, tanto à classe trabalhadora rural como às mulheres. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) faz uma releitura da trajetória das mulheres trabalhadoras rurais nos movimentos sindicais e destaca sua participação nas reivindicações por direitos, inclusive pela documentação da propriedade, que antes continha apenas o nome do marido. Isso ocultou seu engajamento de modo que o campo era entendido como unicamente espaço do masculino. Conforme a Contag,

além de uma participação efetiva nos temas gerais, as mulheres trabalhadoras rurais empenharam as bandeiras em defesa da reforma agrária, da previdência social, da educação e saúde pública, além de incorporar o debate sobre os direitos das mulheres, revelando o lado feminista oculto no universo classista da luta camponesa (Contag, 2002, p. 40).



A educação não formal nos movimentos sociais se sobressai porque está fundada sobre os direitos que cada ser humano possui. “O movimento social avança. O homem, a mulher, a criança ou o jovem no campo estão se constituindo como novos sujeitos sociais e culturais e de direitos” (Arroyo, 1999, p. 18). Essa educação de caráter popular representa um foco importante de resistência e de recriação da cultura rural. A pedagogia desenvolvida pelos movimentos sociais baseia-se em vínculos como saúde, cooperação, justiça, cidadania e direitos dos indivíduos.

A educação desenvolvida nos movimentos sociais do campo contempla as mulheres camponesas de forma positiva. Conforme Arroyo (1999), a primeira a acordar foi a mulher. O movimento camponês não é só de homens. Ele é de todos: mulheres, homens, crianças, jovens, integrados nesse movimento social. E a mulher é a primeira a se mobilizar por ser a mais atingida pelas mazelas que afetam o campo, como a seca ou a escassez de políticas públicas. A falta de apoio governamental leva essas mulheres a buscarem um movimento, ou seja, uma organização na qual elas sejam educadas e conscientizadas, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros. Conforme Gohn (2001), esses espaços são formuladores de consciência política e uma via não formal para a educação na qual as mulheres são motivadas para os seus direitos e deveres de cidadãs.

As limitações às mulheres camponesas, geradas pelo preconceito machista que ainda define a mulher como o sexo frágil, incapaz de realizar atividades típicas do labor masculino, ou que demarca o espaço de trabalho feminino apenas aos limites do lar fazem com que elas reflitam sobre as condições nas quais vivem. A partir disso, realizam reuniões em pequenos grupos ligados às igrejas ou outros agrupamentos, como os grupos de resistência à expulsão de fazendas ocupadas. Isso deixa claro que as motivações que despertam as mulheres rurais para as causas que desfavorecem as questões de gênero não se encontram, necessariamente, no exercício sindical, mas nas discussões ocorridas nos grupos já mencionados que permitem refletir sobre a maneira como elas estão vivendo. Isso põe em questão a situação na qual elas se encontram e o que pode ser feito em conjunto para impedir que determinada circunstância se agrave, ou mesmo para amenizar a situação já instalada.

Conforme Giuliani (2001), nos anos 1980 as trabalhadoras rurais tornaram-se sindicalistas e não se unificaram como trabalhadoras rurais, mas como pessoas que não tiveram acesso aos serviços públicos fundamentais, reivindicando “direitos e não favores”. No meio rural, a divisão do trabalho entre mulheres e homens é bem mais visível, pois os últimos são tidos como os responsáveis pelo



trabalho produtivo. Já, para mulher fica a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, representado pelos afazeres domésticos, a criação de pequenos animais, o cultivo de hortaliças, entre outros, considerados como continuação do trabalho doméstico.

No entanto, a participação das mulheres é de fundamental importância na produção familiar apesar de, até pouco tempo elas quase não terem tido acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa barreira causada pela carência de documentos pessoais e título da terra tornou-se um dos principais pontos de pauta de suas reivindicações pela obtenção de linha de crédito específico para as mulheres rurais. Isso mostra o potencial crítico e político das trabalhadoras rurais ao discutirem políticas públicas em prol das questões de gênero e ao demonstrarem que não é preciso ter um grau de escolaridade elevado para saber quais são seus direitos e que atitudes devem tomar para que os mesmos sejam postos em prática.

## **Reivindicações e conquistas alcançadas pelas mulheres trabalhadoras rurais**

A Pastoral da Terra foi uma entidade relevante na mobilização e conscientização de grupos de mulheres sobre a fragilidade e a precariedade de seu vínculo com a terra. A partir das mobilizações femininas ocorridas na década de 1970 iniciaram-se as solicitações aos sindicatos para que defendessem com mais empenho o vínculo com a terra. No período das grandes secas do Nordeste, entre 1978 e 1982, grupos de mulheres rurais reivindicaram seus direitos, motivadas pelo descalço das autoridades políticas que demoraram para implementar programas das frentes de emergência “contra a seca”. Elas também exigiam acesso aos empregos nas frentes de trabalho. Nas eclosões de ocupações de terra que se iniciaram na década de 1980 a participação das mulheres se fez presente e atuante.

Atualmente as reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais giram em torno de melhores condições de acesso à terra, saúde, educação e linhas de crédito diferenciadas, caracterizando seu reconhecimento como trabalhadoras rurais (agricultoras). Conforme Carneiro (1994, p. 15):

Sem dúvida, a cidadania não se limita à conquista de direitos sociais do indivíduo como trabalhador(a). No entanto, numa sociedade extremamente desigualitária, quer seja nas relações entre as classes, quer seja nas relações entre sexos, a construção da cidadania começa pelo direito ao trabalho e os consequentes direitos sociais a ele relacionados.



Se hoje as trabalhadoras rurais possuem aposentadoria por idade diferenciada, contratação individual e sindicalização como trabalhadoras rurais, isso é resultado de muitas lutas e reivindicações. As conquistas também são visíveis no espaço sindical. Em 1998, no 7º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foi aprovada a cota de, no mínimo, 30% de mulheres na direção da Contag. Essa conquista garantiu às mulheres o direito de participarem dos espaços de decisões sindicais em âmbito nacional. Se historicamente o trabalho das mulheres do campo era considerado como uma ajuda ao trabalho dos homens, hoje muitas mulheres lutam para serem identificadas, reconhecidas e valorizadas em seu trabalho.

## **Práticas de formação nos movimentos de mulheres do campo<sup>1</sup>**

Selecionamos os impressos distribuídos e utilizados em alguns espaços formativos realizados pelos movimentos de mulheres do campo e os agrupamos em duas categorias: cuidar da vida e da natureza e reivindicações pelo fim da violência contra as mulheres.

No que se refere ao cuidado da vida e da natureza, os impressos produzidos pelos movimentos de trabalhadoras rurais são elaborados com ideias que permitem às mulheres compreenderem e lutarem pelos seus direitos. Os folhetos também orientam maneiras de cuidar melhor da saúde e meios de cultivar alimentos saudáveis, sem agredir a natureza. Os movimentos de mulheres camponesas realizam campanhas pela produção de alimentos saudáveis, que incentivam a agricultura ecológica e fortalecem a defesa da vida.

A questão ambiental é apresentada nos impressos com a preocupação de debater, informar e conscientizar as mulheres sobre a necessidade de preservar e cuidar do meio ambiente, pois somos parte do imenso universo, pertencemos ao sistema solar, onde o espírito do cuidado humanitário e a sensibilidade profunda devem nos comprometer com o cuidado de nossa mãe natureza. Cuidar da ecologia significa ter ações estruturais, com parceria entre governos e sociedade, que levem a enfrentar a poluição da atmosfera, o aquecimento global, o desmatamento, o desaparecimento da água, problemas que precisamos enfrentar em um plano mundial, a médio e longo prazo, com compromisso e envolvimento dos governos, dos movimentos sociais e das instituições preocupadas com o futuro do planeta.

---

1 Com base nos folhetos, folders, cartilhas e subsídios utilizados pelo Movimento de Mulheres Camponesas nos encontros e instâncias de formação.

Em relação às reivindicações pelo fim da violência contra as mulheres, a cartilha que traz por título *Mulheres Camponesas: caminhando rumo à superação da violência* (2009) destaca a violência do agronegócio e suas consequências para as mulheres. Nesse caso, a discussão se desenvolve acerca dos modos de produção que prejudicam os camponeses pobres e beneficiam os grandes produtores que são donos de vastas extensões territoriais e concentram terras e as riquezas naturais. Mostra ainda que eles utilizam agrotóxicos nas lavouras, destroem florestas, poluem rios, se apoderam dos cofres públicos, beneficiando-se dos créditos liberados para a agricultura e quando se endividam as despesas são arcadas pelo governo. No caso dos camponeses, com frequência são expulsos de suas terras e acabam perdendo sua cultura, situação que prejudica principalmente as mulheres.

Entre os impressos analisados destaca-se um intitulado de *08 de março, dia internacional da mulher: fortalecer a luta, em defesa da vida todos os dias*, (2006). Esse chama atenção por fazer uma breve abordagem dos assuntos já citados em outros impressos, mas põe em foco o que foi muito acentuado ao longo do curso, que é a Agroecologia. Propõe uma agricultura diversificada e não a monocultura. Esse impresso visa conscientizar as mulheres pela defesa da agricultura camponesa, na qual sejam cultivadas plantas sem o uso de agrotóxico, baseada no desenvolvimento sustentável e em equilíbrio com a natureza e voltada ao autosustento das famílias e garantia da sua permanência no campo. A Agroecologia defende a autonomia do produtor e da produtora rural em relação às sementes a serem plantadas, a valorização da terra, a sabedoria popular, as águas, os alimentos, a cultura camponesa e o cultivo de plantas medicinais, realizado principalmente pelas mulheres e pouco valorizado, devido aos avanços tecnológicos em prol da medicina convencional.

## Considerações finais

É de fundamental importância reconhecer a existência e o valor da educação não formal na sociedade e suas contribuições para torná-la mais democrática e mais justa, principalmente ao tratar as questões de gênero. Foi nos movimentos sociais que as trabalhadoras rurais despertaram seu senso crítico relativo aos seus direitos e é nesses espaços que elas podem expressar suas ideias sem receios de serem punidas ou criticadas pela sua forma de expressão, como ocorria até pouco tempo.

Outro aspecto essencial na perspectiva da educação não formal nos movimentos sociais refere-se à sua potencialidade de dar condições de conscientização



e reconhecimento da identidade das trabalhadoras e sua emancipação social. Tudo isso remete às temáticas discutidas acerca dos direitos políticos e civis, econômicos, sociais e culturais como a posse da terra, a aposentadoria, o salário maternidade, a luta pelo fim da violência contra a mulher, o combate ao uso de agrotóxicos na agricultura e o reconhecimento da trabalhadora mulher.

A educação não formal possibilita um processo formativo eficaz, haja vista não requerer horários e nem lugares para se desenvolver. Não separa os sujeitos por faixa etária, sexo, situação financeira, religião, demarcação territorial, raça ou grau de escolaridade para ser desenvolvida. Percebemos que educação e vida se fundem no itinerário das mulheres camponesas, o que as faz desenvolver o conhecimento de forma imbricada com a execução do caráter político do saber.

## Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. *A educação básica e o movimento social do campo*. Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/944.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2010.
- \_\_\_\_\_. *PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?* Currículo sem Fronteiras, v. 3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3/arroyo.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2010.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos sociedade e agricultura*, Julho, 1994, p. 11-22. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 28/06/2010.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *A mulher e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais trajetória de lutas*. Brasília: Contag, 2002.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIULIANI, Paola Cappellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. (org.) 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil – AMTR-SUL. *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de liberdade*. Chapecó: AMTR-SUL, 2007.

\_\_\_\_\_. *Gênero sexualidade e direitos das mulheres*. Chapecó, 2008.





# PROTAGONISMO DAS MULHERES NA COMUNIDADE DE RIACHO DO PAULO, APUIARÉS-CE

---

**Antonia Dilma Silva Marinho<sup>I</sup>  
Renata Paz Cândido Chaves<sup>II</sup>**

A visibilidade da atuação das mulheres nos espaços rurais nos possibilita entender a dinâmica de sua participação em diversas ações no campo não só nas atividades produtivas, mas também nos espaços de liderança e planejamento. O que pretendemos com esse trabalho é apresentar os espaços de atuação da mulher na construção social de sua comunidade e sua contribuição no fortalecimento do processo produtivo e dos espaços políticos.

Para tanto, trazemos a experiência da Comunidade de Riacho do Paulo, localizada na zona rural do município de Apuiarés, distante 111km de Fortaleza, na microrregião do Médio Curú, Ceará. Segundo o IPECE (2010), o município possui cerca de 12.540 habitantes dos quais 5.772 são urbanos e 8.153 são rurais. O trabalho é fruto da atuação nessa comunidade, mediante a participação em reuniões da associação, dias de campo, oficinas, visitas às famílias e entrevistas.

Na comunidade vivem 28 famílias que não têm acesso à escola, posto de saúde e creche. Como local de socialização elas utilizam a igreja que se encontra em fase de construção e é o local escolhido para os encontros de catecismo, novenas e missas, além de funcionar como um salão comunitário que serve como um local para reuniões da associação, rodas de conversas, cursos de apicultura e produtos a base de mel.

---

I Graduada em Economia Domestica (UFC), associada da Agência de Desenvolvimento Econômico Local- ADEL/Pentecoste - CE e integrante do Programa Residência Agrária (UFC) em Pentecoste – CE. Aluna gestora do curso da RedeSAN. (dilmamarinho@gmail.com)

II Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFC e integrante do Programa Residência Agrária (UFC). Fortaleza - CE. Aluna gestora do curso da RedeSAN. (rprenatapaz@gmail.com)



As casas das famílias possuem água encanada de má qualidade que não é tratada de forma adequada para beber e cozinhar. Por isso elas foram beneficiadas pelos programas de convivência com o Semiárido, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), do governo federal, que possibilita mais saúde, qualidade de vida e diversidade alimentar para essas famílias.

As famílias têm como sistema de produção a apicultura e o plantio de culturas consorciadas (milho e feijão), que lhes servem de alimento, e o plantio de capineira para o sustento dos animais. As mulheres possuem atuação importante nesses sistemas de cultivo, através do plantio diversificado de culturas nos quintais produtivos (cebolinha, coentro, abóbora, pimentinha, tomate, batata doce e pimentão), além da criação de pequenos animais (galinha, pato, capote, peru e porco).

Essa jornada cotidiana da mulher no campo é, geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho da roça fica 'oculto' no doméstico, considerado não trabalho, visto como extensão de suas atribuições de mãe, esposa e dona de casa. A jornada de trabalho da mulher rural inclui o cuidado das crianças, dos doentes, dos idosos, o apoio para manter a família unida, o abastecimento de água que muitas vezes supõe seu deslocamento diário até 3 ou 4 quilômetros, e o da lenha, que, além de exigir o esforço físico para cortar a madeira, requer a condução dos feixes pesados até a casa. Tudo isso faz parte do seu trabalho familiar, que, somado ao da roça, perfaz uma superjornada que se inicia geralmente às 4:00 horas da manhã e só termina com a chegada dos filhos da escola noturna. Conforme Fischer (2006, p. 195), "a mulher é a última a deitar-se e a primeira a acordar".

A mulher se divide em uma jornada de trabalho extensa, que combina atividades no comércio, na casa e no trabalho agrícola, pela busca de incremento nos rendimentos familiares e agregação de valor aos produtos agrícolas. Ela faz doces caseiros, artesanato doméstico (fabricação de toalhas de crochês, pinturas em guardanapos, panos de prato, etc) e tem participação ativa em espaços políticos de mobilização na comunidade e dedicação ao pequeno comércio que se localiza junto à unidade produtiva, constituindo formas complementares de renda<sup>1</sup>.

Com base nessa acumulação de atividades da mulher rural e a falta de visibilidade como sujeito nessas ações é que trazemos a experiência vivida pelas mulheres da comunidade de Riacho do Paulo, Apuiarés - CE, para dar visibilidade à atuação nas diversas atividades que vão além de suas responsabilidades no espaço doméstico, como as atividades produtivas e a participação nos espaços políticos.

---

1 Ver: A importância da mulher na agricultura familiar de Rosângela Lima Reis, disponível em: <http://www.acarpa.com.br/noticiasaberta.php?idnot=286>. Acesso em: 17 ago. 2012.



## Um olhar sobre a dinâmica das mulheres na comunidade de Riacho do Paulo

É na agricultura familiar que se verifica uma diversidade na produção agrícola, tendo a maior parte da produção destinada para o consumo familiar. No desenvolvimento das culturas, as mulheres têm participado ativamente, mas têm pouco reconhecimento pelo seu trabalho. “Embora as agricultoras tenham grande participação na produção agrícola, sobretudo na produção de alimentos o seu trabalho tem pouca visibilidade nas estatísticas e são esquecidas pelas políticas públicas.” (Melo; Di Sabbato, 2009, p. 39). “Embora sem o devido reconhecimento econômico e social, inclusive pelas próprias trabalhadoras rurais, este trabalho não contabilizado é o que vem garantindo a reprodução e a sustentabilidade das famílias camponesas e permite a diversificação produtiva na unidade familiar.” (Brasil, 2009, p. 39).

Cabe tornar visível o trabalho feminino rural a partir da importante atuação das mulheres de Riacho do Paulo para o desenvolvimento de sua comunidade. O resultado dessas ações também tem proporcionado algumas mudanças na estrutura de organização política. Essas modificações são resultado das ações proporcionadas pelo trabalho da ASA, em parceria com outras organizações, através da implantação das cisternas de placas e as cisternas calçadão na referida comunidade.

A comunidade se organiza através da Associação Comunitária dos Moradores de Riacho do Paulo, cujas famílias se reúnem para solucionar seus problemas. A produção apícola é a principal atividade da comunidade. Com o intuito de fortalecer o grupo de apicultores e apicultoras e ao mesmo tempo facilitar os processos burocráticos relacionados à produção e à venda dos produtos apícolas, as famílias criaram a Associação dos Apicultores de Riacho do Paulo.

Anualmente a comunidade se reúne para realizar a festa do mel com o objetivo de consolidar a cadeia produtiva dos produtos apícolas num processo de constituição de um espaço privilegiado para o fomento, a discussão e o debate das questões referentes ao fortalecimento da apicultura e assim viabilizar meios para o fortalecimento da agricultura familiar e o incentivo ao desenvolvimento regional.

As famílias apicultoras iniciaram suas atividades através de cursos ministrados por técnicos do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), depois foram aperfeiçoando os conhecimentos através de intercâmbios com as famílias mais experientes. Algumas ONGs também tiveram participação significativa no processo de formação desses apicultores, como o Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA), a Agência de Desenvolvimento Econômico Local de Pentecoste (ADEL), o Instituto de Assessoria e Apoio aos



Povos das Serras, Sertão e Mar (SESEMAR), a Cáritas Diocesana de Itapipoca, e também algumas parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apuiarés (STR) e a Secretaria de Agricultura do Município de Apuiarés.

Os apicultores e apicultoras participam de uma rede que procura unir e fortalecer a cadeia produtiva do mel no município. O grupo conta com a participação ativa das mulheres que estão envolvidas no processo de produção e são elas que presidem a associação e coordenam as ações do grupo. Também são elas as que possuem maior mobilidade e disposição para participar de atividades de intercâmbio e formação fora da comunidade.

O contato com a comunidade surgiu através de uma iniciativa de trabalho da ADEL em Riacho do Paulo, que visava trabalhar a formação política das famílias que desenvolviam atividades apícolas no intuito de sensibilizá-las sobre a importância da organização comunitária e do fortalecimento do processo de produção apícola e da cadeia produtiva de mel na região. O trabalho contribuiu para que a comunidade pudesse fortalecer o grupo e cada apicultor ou apicultora pudesse ampliar seus apiários e ter um maior resultado na sua produção. A organização também facilitou no sentido de comercializar os produtos, pois diante de uma demanda maior de mercado e da dificuldade de a comunidade assumir a venda, através do contato com outras pessoas da rede se tornou possível agregar uma maior quantidade de mel e assim, assegurar a produção e sua comercialização.

Para o processamento da produção, a comunidade dispõe de uma unidade de beneficiamento do mel. O produto é embalado em sachês e em embalagens plásticas. O mel é utilizado no consumo familiar e também é comercializado na própria comunidade, para a alimentação escolar do município e na feira da agricultura familiar de Apuiarés. As mulheres têm atuado no processo produtivo do cultivo de milho e feijão na época do inverno, fazem beneficiamento do mel e vendem na forma de sabonete e xampu, além de fazer uso do mel como substituição do açúcar na alimentação e na produção de bolo para garantir a segurança alimentar das famílias. Além da produção do mel, as mulheres desenvolvem opções de diversificação da agricultura, como o cultivo de hortaliças e frutas nos seus quintais.

Segundo Fischer (2006. p.195):

no cotidiano rural as mulheres estão nas duas pontas da cadeia alimentar: na produção agrícola e na transformação destes produtos [...] o processo envolve os âmbitos da roça e da casa, que se configuram, em princípio, com espaços públicos e privados, respectivamente. Embora interdependentes, a convivência entre essas esferas efetiva-se em uma relação dominação/subordinação.

Uma das mulheres que residem em Riacho do Paulo é dona Maria da Paz<sup>2</sup>, que juntamente com o esposo e seus filhos, desenvolve atividades apícolas. Ela foi presidenta da Associação dos Apicultores de Riacho do Paulo, tem se destacado no grupo devido à sua participação ativa nas reuniões das associações e cursos de formação visando o desenvolvimento de sua comunidade. Através da sua atuação nas associações e movimentos sociais ela tem conseguido uma formação política que tem proporcionado um maior conhecimento de seus direitos e deveres como cidadã. Cordeiro (2006) afirma que, ao sair de casa a mulher conhece pessoas novas, é reconhecida e valorizada fora do espaço da casa e também alcança o reconhecimento do direito de liberdade de forma mais ampla, que inclui andar sozinha e ser livre para sonhar, andar, falar, pensar e viajar.

Devido à sua participação nos encontros do território, dona Maria da Paz teve a oportunidade de participar de um curso sobre práticas agroecológicas. Aliado a este processo sua família foi contemplada com as ações do P1+2 e desde a vinda da cisterna calçadão sua família tem trabalhado com o cultivo agroecológico no quintal.

Como afirmam Silva e Portella (2006, p.135), “o cotidiano das mulheres rurais é marcado por uma situação de trabalho permanente e continuado, com grande diversidade de tarefas”. Assim é o cotidiano de dona Maria da Paz, que iniciou suas atividades na comunidade com as práticas apícolas e hoje possui uma diversidade de atividades que se somam com os afazeres domésticos, como o cultivo no quintal produtivo e o trabalho de formação. Ela também participa da feira da agricultura familiar quinzenalmente na sede do município, expondo seus produtos juntamente com outros produtores e produtoras da zona rural do município.

Parte desse conhecimento adquirido pela apicultora é fruto do trabalho que o Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA), em parceria com a Cáritas Regional Ceará e a Cáritas Diocesana de Itapipoca tem proporcionado aos agricultores do Vale do Curú e Aracatiçú, através de intercâmbios de produtores que socializam seus conhecimentos relacionados à agricultura familiar e à agroecologia. Hoje muitas famílias possuem em seus quintais um plantio diversificado de produtos como alface, cebolinha, coentro, pimentão, acerola, graviola, manga, pimenta de cheiro, feijão e ervas medicinais. A água para molhar as plantas vem das cisternas calçadão e a água para beber é procedente das cisternas de placas que chegaram à comunidade a partir de 2005.

Todo o trabalho nos quintais produtivos só é possível com a chegada das cisternas calçadão que possibilitam o armazenamento de água que era um dos

---

2 Os nomes utilizados são fictícios.



problemas que a comunidade enfrentava. No momento anterior às cisternas, o consumo era mantido por água de cacimba ou “cacimbões” e não era suficiente para molhar as plantas.

Seguindo o exemplo de dona Maria da Paz outras mulheres da comunidade têm conquistado autonomia na participação em diversos espaços e atividades como a participação nas reuniões da associação, atuação direta nas atividades de instalação e manutenção do apiário, extração e beneficiamento do mel, produção de artigos a base de mel (artesanatos para decoração e produtos de beleza), produção e venda de bolos e doces na feira da agricultura familiar do município e também o cultivo de frutas e verduras nos quintais.

O reconhecimento da atuação das mulheres da comunidade de Riacho do Paulo foi possível através dos processos de formação que visibilizaram a presença das mulheres em diversas atividades que vão além do trabalho com os quintais produtivos. A abordagem agroecológica trouxe mudanças na forma das famílias produzirem e se relacionarem com a terra, pois tiveram a oportunidade de conhecer uma alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Os resultados disso se mostram na melhoria da alimentação, pois parte do alimento que vai para a mesa das famílias e também gera excedentes que são comercializados na feira da agricultura familiar do município e contribuem para que outras famílias tenham acesso a alimentos livres de contaminação e de insumos químicos.

## Considerações finais

Através deste estudo constatamos que aliado ao trabalho doméstico as mulheres têm fortalecido sua atuação na comunidade, através da participação ativa na associação e no processo de produção, manejo e venda de produtos apícolas, na criação de pequenos animais e na prática da agricultura nos quintais produtivos.

Essa atuação política e produtiva das mulheres contribui muito para a construção de sua autonomia. Além de garantir a diversidade alimentar para as famílias, elas também ampliam renda para suprir as despesas e fortalecem novas sociabilidades, ancoradas no reconhecimento e na valorização de sua atuação na comunidade.

A iniciativa das mulheres de busca de outras atividades para a geração de renda para o sustento de suas famílias demonstra a capacidade de autonomia e a identificação com os afazeres que vão além dos domésticos. Deste modo elas passam a construir novas relações, baseadas em elementos simbólicos e materiais que ressignificam as diferenças de gênero dentro da família e da

comunidade. Desconstroem ações e hábitos e ocupam espaços antes estigmatizados por diferenças e restrições físicas e culturais sobre a atuação de homens e mulheres na agricultura familiar.

A experiência das mulheres na comunidade de Riacho do Paulo contribui para a reflexão e a desconstrução de limitações habitualmente impostas sobre a atuação das mulheres na sustentabilidade das famílias no Semiárido. Essa visibilidade tem um papel importante na superação da ideia de que a mulher apenas ajuda no trabalho do marido e dos filhos e torna-se um desafio constante à construção da autonomia da mulher inserida em uma sociedade de hábitos e costumes patriarcais.

## Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Cirandas do PRONAF para mulheres*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- CORDEIRO, Rosineide de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Rosineide C. Parry (Org.) *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- FISCHER, Izaura R. Relações de gênero na agricultura familiar no acampamento de sem terra do engenho Prado. In: SCOTT, Rosineide C. Parry (Org.) *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- MELO, Hildete Pereira de. DI SABBATO, Alberto. Trabalho Feminino no Meio Rural: invisibilidade e lutas pelo direito à terra. In: DI SABBATO, Alberto et al. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- SILVA, Carmem. PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste Brasileiro. In: SCOTT, Rosineide C. Parry (Org.) *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.





# EXPERIÊNCIA DA ASA NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

---

**Leandra Pereira da Silva<sup>1</sup>**

Neste estudo serão abordadas e destacadas as ações da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), no sentido de aumentar as possibilidades de convivência com o clima do Semiárido. Com a perspectiva de romper a tradicional concepção de uma região incapaz e inviável, a ASA defende a construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico, humano e ambiental, considerando as particularidades dessa região.

Caracterizada pela persistência das dificuldades e dos problemas, a realidade do Semiárido brasileiro é descrita como um quadro de injustiça social, exploração humana e do meio ambiente que deixa este espaço geográfico em uma região que fica à margem do desenvolvimento. É uma região que carrega profundas marcas da exclusão social, provocadas, em sua grande maioria, pelo alto índice de concentração fundiária e hídrica. Por muito tempo todas as mazelas eram atribuídas às características físicas da região, especialmente ao clima. Essa realidade, propagada e consolidada no imaginário social formado na consciência das pessoas, não é resultado de calamidade originada no clima e na manifestação do fenômeno da seca. Isso é uma imagem criada que estigmatiza o Semiárido dando-lhe uma configuração negativa. Ela é uma construção humana passível, portanto, de ser revertida.

É nesse contexto que surgem os modelos de desenvolvimento adotados na região. Eles se constituem, ou deveriam se constituir, em instrumentos de transformação da realidade do Semiárido a partir de ações de promoção da dignidade humana e de superação dos problemas estruturais da região.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), militante da ASA, Gerente Administrativa no Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), Vitória da Conquista. (leandra.asaconquista@gmail.com)



Historicamente foram adotadas duas vertentes de atuação para a promoção do desenvolvimento da região: a primeira baseia-se na concepção do combate à seca e a segunda tem sua origem na noção de convivência com o Semiárido.

O primeiro sustenta-se na promoção de grandes obras, normalmente, destinadas a beneficiar os mais ricos, aliados às ações assistencialistas destinadas aos mais pobres, como doações, esmolas, distribuição de víveres, carros-pipa e ações semelhantes. Tais políticas não visam resolver os problemas do povo do Semiárido, mas sim mantê-los, evitando seu protagonismo através de sua dependência. As ações realizadas com vistas a acabar com a seca, normalmente, estão ligadas ao voto e à manutenção do poder político dominante por meio da prática da compra de votos.

A segunda visão de desenvolvimento fundamenta suas práticas na perspectiva de construir caminhos concretos para a superação das mazelas sociais vividas pelo povo por meio da convivência com o clima Semiárido. Na prática, a convivência com o Semiárido é proposta por meio de projetos, programas e políticas expressas nas sistematizações de experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras da região, na tentativa de resistir e permanecer vivos, convivendo com o clima, ao invés de combatê-lo.

O Semiárido brasileiro expressa diversas realidades, porém todas as variações se caracterizam climaticamente pela irregularidade da chuva, seja no tempo, na distribuição geográfica, pela evaporação até seis vezes superior à precipitação e pelas altas temperaturas durante o ano todo. A região semiárida é composta por elementos que vão além das concepções físicas e naturais. Conforme Malvezzi (2007, p. 9), "o Semiárido também é povo, música, festa, arte, religião, política, história. É um processo social!". Conceber o Semiárido na sua totalidade consiste em um dos principais desafios a serem vencidos pelas ações do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, como agir para produzir riqueza e gerar bem estar nessa região? A concepção de combate à seca parte do ponto de vista, ao mesmo tempo real e ideológico, que serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos. Ela se sustenta no universo de medidas emergenciais e assistencialistas que geram dependência. Nesse contexto, é possível perceber os interesses das oligarquias rurais na formulação e execução de políticas que atendiam aos interesses econômicos das elites dominantes. Por essas razões, da Silva (2006, p. 54) afirma que "as frentes de emergência foram apropriadas ao enriquecimento e ao fortalecimento do poder político das oligarquias sertanejas".

A adoção da seca como problema estrutural a ser combatido no Semiárido encobre os verdadeiros problemas e reforça as relações de domínio e exploração,



sobretudo dos mais pobres, por meio de doações, esmolas, distribuição de víveres, carros-pipa e ações semelhantes. Tais políticas não visam resolver os problemas do povo do Semiárido, mas sim mantê-los. Como resultado de tais políticas, a seca se institucionalizou contribuindo ainda mais para o quadro de reprodução das condições de miséria do povo. Tal constatação aponta para o desafio principal a ser enfrentado no Semiárido, que consiste em “promover o desenvolvimento fundado na convivência com a semiaridez e criar oportunidades de inserção produtiva eficaz aos seus habitantes” (Carvalho, 2003, p. 14).

A concepção de convivência com o Semiárido é uma proposta que rompe com o imaginário de Semiárido inviável. O Semiárido é visto como um ambiente composto por uma série de dificuldades, mas também há uma série de potencialidades a serem exploradas. É nelas que a proposta de convivência se sustenta baseada em um novo olhar sobre o Semiárido. É a partir dessa concepção de convivência que a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) baseia suas ações e experiências.

Criada em 1999, a ASA está articulada em dez estados brasileiros que possuem o ecossistema Semiárido: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. A ASA reúne cerca de 1.200 organizações dos mais diversos segmentos, como igrejas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais que vêm lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Semiárido brasileiro. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social (ASA, 2011).

Embora as organizações que compõem a ASA tenham bandeiras de lutas diversas, estão mobilizadas pelo interesse comum de promover o desenvolvimento do Semiárido. A busca desse interesse comum se dá a partir de reflexões que favoreçam uma compreensão mais abrangente das características, limitações e possibilidades encontradas na região e que subsidiem o debate sobre as melhores estratégias de convivência com o meio ambiente deste importante espaço geográfico.

A ASA vem discutindo e articulando um conjunto de estratégias e iniciativas que reafirmam a necessidade de um Semiárido com qualidade de vida para o seu povo. Assim, as ações desenvolvidas buscam a valorização das experiências das famílias camponesas, o uso de tecnologias sociais bem como o fortalecimento dos processos de gestão e organização social a partir da articulação de políticas e ações de convivência com o Semiárido. A Carta de Princípios da ASA (2000) prevê



que o trabalho da organização se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial dos agricultores e agricultoras familiares. Esse compromisso tem por base a conservação, o uso sustentável e a recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido, bem como a quebra do monopólio do acesso à terra, à água e outros meios de produção de forma que estes elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano a partir de um novo olhar sobre a região semiárida.

As atividades da ASA são desenvolvidas a partir desse “novo olhar sobre a região semiárida, rompendo com o falso paradigma de combate à seca, para assumir o compromisso de convivência com o Semiárido, com as condições climáticas locais” (Baptista; Campos, 2012, p. 43). Nesse sentido, a missão da ASA é de “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social” (ASA, 2010, p. 01).

A missão da ASA se expressa, sobretudo, por meio da execução do Programa Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), coordenados pela ASA Brasil e com recursos públicos federais. É nessas e em outras iniciativas como os bancos de sementes, as feiras agroecológicas e as associações comunitárias que as famílias agricultoras e as organizações locais participam efetivamente dos processos de decisão e de controle social. Associada aos mecanismos e processos de mobilização da ASA se destaca a ação de assessoria técnica que busca a horizontalidade e a democracia, valorizando os conhecimentos locais e populares e a agroecologia como base de sustentação política e metodológica. As ações da ASA prezam pela formação humana oferecendo mecanismos que permitam que as pessoas acessem a educação, conheçam o meio em que vivem e construam novas relações e novas formas de vida, baseadas em princípios que possam ir ao encontro do paradigma da convivência.

Pelo fato de a região semiárida possuir precipitação hídrica irregular, o armazenamento de água é fundamental para o mecanismo de convivência. Considerada um elemento chave, a água no Semiárido produz riqueza e, conseqüentemente, vem modificando a realidade socioeconômica dessa parcela da população. E não só pela produção de alimentos que excedem ao consumo das famílias e são vendidos diretamente para os consumidores. Mas, sobretudo, pela relação entre a água e uma nova perspectiva de educação que possibilite rediscutir valores e prioridades, com o foco na frequência escolar e no aumento do grau de escolaridade, o que ocasiona um aumento da renda mensal no futuro.

As tecnologias sociais de captação e armazenamento da água desenvolvidas pela ASA baseiam-se numa prática milenar usada pelo povo de Israel desde os tempos bíblicos para captar e armazenar a água das chuvas. Nos dias atuais, as cisternas têm mobilizado organizações, governos, agricultores e agricultoras na luta pela convivência com o Semiárido, ressaltando e incentivando a autonomia das famílias. Além disso, a água, recurso necessário à vida, está mais próxima do cotidiano das famílias.

Com o objetivo de colaborar na elaboração e proposição de experiências de desenvolvimento rural e sustentável do ponto de vista sociocultural, econômico e ecológico, a ASA desenvolve programas e projetos na região semiárida brasileira que visam à convivência, a melhoria da produção, da alimentação e da renda dos agricultores. A ASA executa dois programas fundamentais: o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Iniciado em julho de 2003, o P1MC tem como objetivo beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda a região semiárida brasileira com água potável para beber, cozinhar e escovar os dentes, por meio das cisternas de placas. O P1MC conta com o apoio de diferentes agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Diversos ministérios e instituições governamentais apoiam o projeto, integrado ao Programa Brasil Sem Miséria<sup>1</sup>, fomentado pelo governo federal, com vistas à melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras e à redução da pobreza.

Segundo a ASA Brasil (2007), o P1MC conta com 60 Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs) e 1.121 Unidades Executoras Locais (UEs). Entre 1º de junho de 2000 e 18 de fevereiro de 2010 foram construídas 288.284 cisternas em toda a região semiárida brasileira (ASA, 2010). Cada cisterna de placas tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água captada das chuvas, por meio de calhas instaladas nos telhados. A cisterna é construída por pedreiros capacitados pelo P1MC e pelas próprias famílias. Se a água da cisterna for utilizada de forma adequada (para beber, cozinhar e escovar os dentes), dura aproximadamente oito meses (ASA, 2010).

---

1 O Plano Brasil Sem Miséria é um programa do governo federal direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70 por pessoa, agregando transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o governo federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro (BRASIL, 2012).



A população dispersa do Semiárido necessita de alternativas de captação da água para dar de beber aos animais e para a produção de alimentos que garantam a segurança alimentar e nutricional. Nesse campo se situam as bem sucedidas experiências de pequenas irrigações por gotejamento e microaspersão, as barragens sucessivas, a perenização de rios normalmente secos, a partir da utilização da água de barragens. Ai estão também as cisternas de enxurrada, as cisternas calçadão, os tanques de pedra, as barragens subterrâneas, os barreiros trincheira, as aguadas e outras tecnologias que captam a água das chuvas e a guardam para os períodos secos.

É a partir dessas tecnologias sociais que a ASA propõe a criação de um amplo programa que possa colocar em prática tais experiências. É aí que nasce o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). O P1+2 é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA, mencionado anteriormente. O objetivo do programa é fomentar processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para a produção de alimentos. O 1 significa terra para a produção e o 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para o consumo humano, e a água para a produção de alimentos.

Além da execução de programas importantes para a promoção do desenvolvimento do Semiárido brasileiro, “a ASA também tem debatido e se pronunciado sobre outros temas relativos ao Semiárido, como a desertificação, a reforma agrária, a produção de biodiesel por meio do cultivo de oleaginosas e a transposição do rio São Francisco” (Morais; Borges, 2010, p. 145).

As ações desenvolvidas pela ASA são consideradas estratégicas para a promoção do desenvolvimento do Semiárido, promovendo a sustentabilidade da agricultura familiar segundo os princípios da agroecologia, a economia solidária e equidade de gênero e gerações desde a infância até a fase idosa. Além disso, suas ações abordam a necessidade de fortalecer a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido, o monitoramento da qualidade da água para o uso familiar e comunitário na região, a promoção do protagonismo juvenil e do saneamento ambiental integrado das comunidades da região semiárida.

## Considerações finais

A partir das reflexões aqui apresentadas é possível concluir que as atividades da ASA são desenvolvidas por meio de um novo olhar sobre a região

semiárida, que ajuda a romper com o falso paradigma de combate à seca, para assumir o compromisso de convivência com as condições climáticas locais. O desenvolvimento sustentável do Semiárido, proposto na metodologia e na dinâmica de trabalho da ASA é baseado no respeito ao ecossistema da região e às tradições culturais de seu povo.

A experiência da ASA na construção de um novo paradigma de desenvolvimento no Semiárido é firmada por meio de ações de pessoas e de organizações que atuam na região por meio do acúmulo de experiências, unindo sementes de esperança por uma vida melhor. Nessa caminhada, a ASA vem se consolidando como espaço coletivo agregador de centenas de milhares de experiências, com novas tecnologias de convivência, sonhos e vitórias de uma grande parcela da população brasileira que luta diuturnamente por uma vida digna e melhor para todas as pessoas.

Para alcançar seu objetivo a ASA atua na proposição e implementação de políticas públicas que englobem ações eficazes de um desenvolvimento voltado para a promoção da vida humana, através da superação de problemas estruturais e do respeito ao meio ambiente e à cultura do povo. Trata-se de pensar o Semiárido a partir dele mesmo, de seus problemas, potencialidades e vocações, diferente do outro paradigma que prevê políticas sobre e para o Semiárido.

## Referências

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Carta de princípios*. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 25 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. *Declaração do semiárido brasileiro*. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 25 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 17 set. 2011.

BAPTISTA Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Desafios, problemas e possibilidades do Semiárido - a cultura histórica da resistência. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. Impactos das políticas públicas na convivência com o Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.



- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Brasil Sem Miséria*. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2012.
- CARVALHO, José Otamar de. *Nordeste: desenvolvimento e convivência com a semi-aridez*. Recife: Ministério da Integração Nacional, 2003.
- MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.
- MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano. *Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras*. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2006.







# FÓRUM DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO: UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E INTERVENÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

---

**Francimário Horácio Gomes<sup>I</sup>**  
**Silvana Brito de Lima Lutfi<sup>II</sup>**

O presente trabalho tem por finalidade abordar e descrever a experiência do Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso (FOPP), desde a sua criação até a atualidade e refletir sobre a importância deste espaço como um instrumento de participação e intervenção da sociedade civil no controle e na gestão de políticas públicas.

O FOPP tem como característica a articulação de associações, grupos, sindicatos e entidades que atuam em um determinado município, com a finalidade de lutar pelo desenvolvimento local sustentável. Para isso, reúne-se mensalmente para discutir e planejar sua participação e intervenção de forma organizada nas políticas públicas. Conforme Teixeira (2002, p. 5):

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação.

Durante muitos anos a população dos municípios da região semiárida brasileira ficou à margem dos processos de formulação, gestão e avaliação das políticas públicas locais, deixando assim, que os políticos eleitos pelo povo como

---

I Graduado em Bioquímica e Educador Social pelo Projeto Um Milhão de Cisternas. (mario-horacio@hotmail.com)

II Graduanda em Serviço Social - Estácio/FATERN, Parnamirim - RN. (silvana@lutfi.com)



seus representantes, ditassem os rumos da política na região. Como resultado tem-se na região um expressivo número de pessoas na linha de pobreza, com muitos analfabetos e baixo índice de desenvolvimento.

Assim, faz-se necessário que a sociedade civil se organize em associações, cooperativas, sindicatos, fóruns e redes, unindo forças para lutar por objetivos comuns, por um modelo de desenvolvimento sustentável que considere todos os aspectos e especificidades da região e que seja baseado na redistribuição da terra, da água, do saber e do poder.

## **Processo histórico de São Miguel do Gostoso**

O povoado de Gostoso foi fundado em 29 de setembro de 1884, no dia do Santo São Miguel, pelo missionário Frei João do Amor Divino. O nome dado ao povoado, segundo os moradores mais antigos, refere-se a um vendedor ambulante, considerado bem informado por todos que ali moravam, e que ligava a comunidade a outras regiões com informações e curiosidades. Devido às suas risadas gostosas, ficou conhecido por Seu Gostoso. Desse modo, o povoado passou a ser conhecido como povoado do Gostoso.

No dia 29 de setembro de 1899 o Sr. Miguel Félix Martins, um dos primeiros moradores de Gostoso, inaugurou uma igreja por ele construída em pagamento a uma promessa feita ao santo São Miguel, o qual passou a ser padroeiro da comunidade. Com a presença da igreja e a crescente devoção ao santo padroeiro, o povoado, naturalmente, foi passando a se chamar São Miguel do Gostoso, nome preservado pela população local (Bezerra; Freitas, 2006).

Com uma extensão de 342 Km<sup>2</sup>, o município de São Miguel do Gostoso está localizado na mesorregião Leste Potiguar e microrregião do litoral do Nordeste, conforme a divisão territorial do Brasil. Com exceção da zona urbana, todo o restante do território municipal faz parte do Semiárido brasileiro. Segundo o Censo Demográfico de 2010, o município possui 8.659 habitantes, 4.532 moram na zona rural e 4.127 moram na zona urbana (IBGE, 2010).

## **Participação da sociedade civil nas políticas públicas**

Os primeiros diálogos surgidos sobre políticas públicas envolvendo representantes das comunidades e assentamentos de São Miguel do Gostoso aconteceu em 1999, quando a Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC/RN), que já atuava no município desde 1997, realizou cursos de Gestão do Desenvolvimento Municipal, em parceria com o

Sistema Nacional de Emprego (SINE), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Naquele mesmo ano a AACC/RN passou a atuar na zona rural do município, nas comunidades de Angico de Fora, Baixio, Umburana e nos assentamentos Antônio Conselheiro e Baixinha dos França's.

Foram realizados cursos de Desenvolvimento Local Sustentável, que resultaram na elaboração do diagnóstico da realidade local e na criação dos Grupos de Responsabilidades (GR's), que tinham como objetivo pensar estratégias para solucionar determinados problemas ou aproveitar as potencialidades locais. Para Bezerra e Freitas (2006, p. 53):

Os Grupos de Responsabilidade (GR's) são grupos constituídos espontaneamente ou escolhidos em assembleias, formados por pessoas, em sua maioria jovem, com responsabilidade de protagonizar todo o processo de construção ou gestão do desenvolvimento local, participando ativamente desse processo à medida que intervém em maior ou menor grau nos acontecimentos socio-políticos locais.

Como resultado daquele processo foi realizado a I Mesa de Solidariedade de São Miguel do Gostoso em 2000 e a sociedade civil utilizou esse espaço para apresentar proposições de políticas públicas formuladas durante o projeto, e negociou com os candidatos dos poderes Executivo e Legislativo municipais. No evento participaram mais de 200 pessoas do município, a maioria da zona rural.

Após a realização do evento ocorreu uma reunião de avaliação do mesmo, com a presença de técnicos da AACC, da Cooperativa Terra Viva e do Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS), além de representantes das associações, grupos, sindicato e os GR's. Na oportunidade os presentes sentiram a necessidade de ter um espaço em torno do qual a sociedade civil organizada do município pudesse unir forças para intervir nas políticas públicas locais, na melhoria da qualidade de vida e pelo desenvolvimento sustentável. Nascia naquele momento o Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso (FOPP). Conforme Bezerra e Freitas (2006, p. 55):

O FOPP é um espaço onde a sociedade civil se organiza com o objetivo de compor ou participar do poder local de forma articulada. A sociedade civil, no exercício de sua cidadania e em indiscutível desvantagem na composição do poder local, sente a necessidade de se organizar em redes, fóruns com organizações afins para ampliação de sua capacidade de intervenção e poder na gestão local do desenvolvimento



Em 2006, por estarem compondo o FOPP, muitas lideranças que estavam envolvidas em grupos produtivos com produção baseada nos princípios da agroecologia e da economia solidária (frutos do trabalho de entidades como AACCC, CEAHS e TECHNE), avaliaram que existia a necessidade de se criar um espaço de comercialização local que permitisse visibilidade aos grupos e sua produção agroecológica. Iniciou-se, então, um processo de conversas, debates e visitas de intercâmbios com feiras agroecológicas.

O FOPP teve suas primeiras conquistas através dos projetos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), atualmente conhecido como Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS), com a fábrica de doce, e a incubadora de pequenos negócios, entre outros projetos produtivos, através da Mesa de Solidariedade com forte participação no plebiscito da ALCA. Teve representação da sociedade civil no conselho do PAPP e no Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Entre todas essas conquistas criou o Núcleo da Feira Agroecológica e da Economia Solidária de São Miguel do Gostoso, faz parte da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária e já desenvolveu no município três Encontros Municipais de Agroecologia e Economia Solidária (EMA), com o apoio das entidades citadas anteriormente e de outras como o Sindicato dos Trabalhadores/as da Agricultura Familiar (SINTRAF), Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Emater, Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual da Agricultura e Secretaria Municipal da Agricultura.

A Economia Solidária vem se fortalecendo nos grupos da região, onde homens e mulheres a entendem como valorização da troca, da união dos grupos e têm o propósito de alcançar igualdade entre os indivíduos.

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. A Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social (AACCC/RN, 2010. p. 9).

Desde sua criação o FOPP é um espaço sem personalidade jurídica, com uma dinâmica de reunião mensal e itinerante (cada mês em uma comunidade diferente). Participam de suas reuniões uma média de 13 organizações, associações, sindicatos e grupos produtivos. No entanto, com o passar dos anos o FOPP enfrenta desafios e lutas por autonomia. Comparando-se o número de organizações que participavam do FOPP em 2003 e 2011 percebe-se que está ocorrendo um processo de esvaziamento. Em 2003, congregava 21 organizações,

dentre elas: o STR, a colônia de pescadores/as, uma associação de pescadores/as, um grupo ecológico, uma associação de mulheres artesãs, cinco associações de agricultores/as de projetos de assentamentos e 11 associações de comunidades rurais. Uma das dificuldades que se evidencia relaciona-se à mobilização de recursos para a participação em reuniões, dado que vários atores sociais avaliam a importância de sua continuidade.

## **Avanços e desafios nas políticas públicas**

Ao longo desses doze anos de FOPP foram muitas as lutas travadas com o poder público local, das quais foram obtidas conquistas, avanços e derrotas, mas todas geraram um grande aprendizado para a sociedade civil organizada de São Miguel do Gostoso na busca de participação cidadã efetiva e autonomia. Talvez uma das mais importantes tenha sido a realização das três Mesas de Solidariedade (2000, 2003 e 2004), nas quais o fórum pôde demonstrar sua capacidade de mobilização e articulação em prol de um objetivo comum, que é de “promover o desenvolvimento local sustentável através do fortalecimento da agricultura familiar, da pesca artesanal e da pequena produção associada” (Bezerra; Freitas, 2006, p. 35).

Atualmente o FOPP de São Miguel do Gostoso é um destaque na região do Mato Grande - RN, quando se fala de representação da sociedade civil organizada em espaços de tomadas de decisão e participação nos movimentos sociais. Hoje ele tem representantes no Fórum Territorial da região, no Fórum Potiguar de Economia Solidária, na diretoria da Rede Xique-Xique, no Conselho Municipal de Saúde, no Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC), cujos diretores são membros do FOPP, na Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e participa da ASA microrregional e da ASA potiguar. É importante dizer que em nível municipal este espaço representa a ASA, sendo também a Unidade Executora Local (UEL) e que todas as discussões referentes à implementação dos programas P1MC e P1+2 são feitas no FOPP.

Com o apoio do FOPP as associações comunitárias já conseguiram aprovar 26 projetos produtivos e estruturantes, através do PDS, como por exemplo: distribuição de água em Angico de Fora, fábrica de doces de Tábua, casa de farinha de Frejó e a cozinha comunitária de Antônio Conselheiro. A maior de todas as conquistas do FOPP é o grande número de lideranças formadas por este espaço. São adolescentes, jovens e adultos, homens e mulheres que passaram ou estão passando por um processo de transformação social, construindo sua identidade, para assumirem uma postura de agentes capazes de promover mudanças na



realidade de suas comunidades e assentamentos. Por fim, ainda é um grande desafio para a sociedade civil organizada de São Miguel do Gostoso conseguir, de fato, compor o poder local a partir da negociação com o governo.

## Considerações finais

O presente artigo teve como finalidade apresentar a experiência do FOPP no município de São Miguel do Gostoso, com o intuito de mostrar que a sociedade civil se organiza para participar do poder local e exercer seu poder de cidadania. O FOPP tem como características a formação em redes, fóruns e conselhos municipais.

Os fóruns de participação popular (sejam eles municipais, microrregionais ou estaduais) são, sem dúvida, uma importante ferramenta na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Pois, estimulam que os indivíduos locais saiam de posturas coadjuvantes para assumir posturas de protagonistas na realidade em sua volta, como agentes capazes de promover mudanças através de sua participação e intervenção na formulação, gestão e controle social das políticas públicas.

Atualmente, dos 12 municípios que constituem o Fórum Microrregional ASA do Mato Grande - RN, seis têm fóruns constituídos com uma dinâmica de reunião, mesmo que três deles não tenham personalidade jurídica: São Miguel do Gostoso, Taipu e Pureza; e três já são juridicamente constituídos: Bento Fernandes, João Câmara e São Bento do Norte. É importante destacar que é bem mais fácil desenvolver qualquer tipo de atividade em um município que tenha fórum dessa natureza porque a população já está habituada a se reunir para tomar decisões.

Por fim, espaços como fóruns, redes, associações, grupos, cooperativas e articulações como a ASA são conquistas da sociedade civil que vem cada vez mais se organizando na luta por políticas públicas de convivência com o Semiárido, que considerem as especificidades da região na promoção da cidadania e da autonomia no Semiárido brasileiro.

## Referências

AACC-RN. *Desenvolvimento local e economia solidária: caderno de orientações para elaboração de Plano de Economia Solidária*. Natal: AACC, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/). Acesso em: 30 jul. 2011.

BEZERRA, Antônia G. Costa; FREITAS, Dione Maria de. *Gestão local do desenvolvimento sustentável: socializando o apreendido*. Natal: AACCC, 2006.

Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://femurn.org.br/femurn/idh/>. Acesso em: 18 ago. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 23 jul. 2011.

O portal: São Miguel do Gostoso. Disponível em: <http://www.oportalsaomigueldogostoso.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. 2002. Disponível em: [http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf). Acesso em: 27 jul. 2011.







# MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

---

**Renata Paz Cândido Chaves<sup>I</sup>**  
**Deiziane Lima Cavalcante<sup>II</sup>**  
**Levy da Silva Oliveira<sup>III</sup>**  
**Antonia Dilma Silva Marinho<sup>IV</sup>**

A situação historicamente vivida pela população do Semiárido tem raízes na forma de dominação ocorrida nessa região, que foi estigmatizada por sua condição climática como determinante das adversidades sociais de sofrimento das pessoas e dos animais. Com isso, a seca foi usada para esconder uma estrutura de poder que favorece a concentração da água e da terra como meios de dominação social e econômica no campo, de modo que a irregularidade de chuvas e os longos períodos de estiagem foram considerados os fatores determinantes da pobreza e da fragilidade das famílias no Semiárido.

Com um discurso de crescimento e desenvolvimento do país, os governos vêm realizando grandes obras hídricas no Semiárido, como a transposição do rio São Francisco, a construção de canais de integração, barragens e açudes que servem para abastecer as grandes propriedades e as multinacionais que produzem monoculturas e alimentos transgênicos para a exportação. Essas obras hídricas funcionam, então, como regalias econômicas e políticas em benefício

---

I Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC) e integrante do Programa Residência Agrária (UFC). Fortaleza-CE. (rprenatapaz@gmail.com)

II Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC) e integrante do Programa Residência Agrária (UFC). Fortaleza-CE. (deiziane.lima@gmail.com)

III Graduando no curso Segurança do Trabalho (IFCE) e Animador de Campo do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), Instituto Antônio Conselheiro, Quixeramobim-CE. (levyoliveira1@hotmail.com)

IV Graduanda em Economia Doméstica (UFC), associada da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL) e integrante do Programa Residência Agrária (UFC). Pentecoste-CE. (dilmamarinho@gmail.com)



de uma classe privilegiada à medida que promovem um suporte hídrico diversificado e tornam o acesso à água cada vez mais concentrado nas mãos de uma minoria que detém o capital e o poder político no campo, causando a exclusão de milhares de famílias do acesso à água e de vida digna no Semiárido.

As famílias agricultoras do sertão é que sofrem os maiores impactos dessa balança desequilibrada de poder, pois são esquecidas ou postas em segundo plano nas ações do Estado, que primeiramente beneficia os latifundiários e multinacionais, com obras para irrigação, isenção de impostos para a compra de insumos e agroquímicos, além de incentivos fiscais e políticos em obras que desapropriam populações de seus locais de vida e causam enorme devastação ambiental. A população do Semiárido tem sofrido com o descaso do Estado que não garante o atendimento dos direitos básicos à vida como acesso à água de qualidade para beber e cozinhar e o respeito de seus saberes e modos de vida.

Diante dessa realidade surgem os movimentos sociais que atuam como agentes questionadores da situação de exclusão e violação de direitos, denunciando a realidade de milhares de famílias que sofrem com a falta de água e a exploração no campo e cobrando do Estado uma postura política que enxergue a realidade do Semiárido como possibilidade de convivência, não como um lugar de atraso e flagelo que serve como plataforma política para obras e programas de assistência que impedem a autonomia e a sustentabilidade desses sujeitos.

O que se pretende aqui é proporcionar uma discussão acerca de alguns elementos que possam ampliar o debate sobre a atuação dos movimentos sociais no Semiárido como atores políticos de reivindicação e ação na luta por vida digna no Semiárido. A atuação dos movimentos sociais no campo é, então, um fator primordial de pressão política pelo acesso à água, moradia, condições de produção e respeito à cultura local. Os movimentos sociais, conforme Gohn (2007, p. 13):

[...] nós os vemos como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia através da pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, negociações, etc) à planejamento de políticas públicas e controle social.

Nesta acepção, corroborando com o que afirma Gohn, conforme, Pontel, Conti e Araújo (2012, p. 183), “a formação, a organização e a mobilização social abrangem todas as práticas geradoras de uma nova postura e de uma nova prática como sujeitos de direitos que agem e ajudam a transformar sua realidade social”. Trata-se de ações coletivas em vista de finalidades e demandas que

fazem parte do mundo da vida das populações do Semiárido, das questões que dizem respeito ao dia a dia, da própria convivência com o meio no qual as mesmas estão inseridas.

No Semiárido alguns movimentos sociais ganharam destaque por suas lutas por vida digna com acesso à água e à terra, atuando na proposição de políticas públicas adequadas à sua realidade e que atendam suas reais necessidades, como é o caso da Via Campesina, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

## **Ação popular na luta pela convivência com o Semiárido**

O desenvolvimento rural focado essencialmente no produtivismo e na tecnificação em larga escala das médias e grandes propriedades rurais, muitas vezes acaba por fortalecer a dependência das famílias e culpabilizar as condições climáticas da região como sinônimos e fatores principais do insucesso dessas políticas e do aumento da pobreza do povo. Diante disso, a grande pauta de debates dos movimentos sociais é a defesa de que é possível produzir e viver bem no Semiárido. Essa construção de um outro olhar vem contribuindo para dar visibilidade às potencialidades, à riqueza cultural e à diversidade de saberes dos povos, desconstruindo, dessa forma, a ideia de que o Semiárido é um lugar difícil e que seus habitantes não têm condições de viver e que precisam migrar.

Reconhecer as experiências de vida das famílias e sua relação com a natureza se torna fundamental nas ações dos movimentos sociais que lutam por um desenvolvimento baseado no reconhecimento de direitos, no respeito à diversidade cultural e nas experiências locais de convivência com o Semiárido. Ela ocorre com a participação popular por mudanças estruturais nas políticas públicas que viabilizem a construção de cisternas, barragens subterrâneas e tanques de pedra, além do incentivo a quintais produtivos e o crédito rotativo, representando um avanço na forma como se conduz o desenvolvimento para o Semiárido brasileiro. É nesse contexto que os movimentos sociais do campo e urbanos estão inseridos.

Como afirma Malvezzi (2012), o caminho é a convivência com esse ambiente, através de uma imensa malha de pequenas obras – se não fossem as cisternas para beber e produzir nesse momento, ainda que seja como depósito de água de pipas, o povo estaria bebendo lama de barreiros - da agroecologia adaptada, da criação de animais resistentes ao clima, da apicultura, da garantia da terra aos agricultores e assim por diante. Para o meio urbano se faz necessária a democratização



da água através das adutoras, priorizando o abastecimento humano e a dessedentação dos animais. Nessa perspectiva, conforme a ASA (2011, p. 24),

Na luta diária pela sobrevivência, mulheres e homens, portadoras/es de um vasto saber adquirido a partir da observação da natureza ao longo dos tempos, aprenderam a arte de conviver com o meio ambiente olhando os ciclos das chuvas, o comportamento das plantas, dos animais e as características do clima e do solo.

A sociedade civil vem se articulando na luta pela convivência com o Semiárido com uma pluralidade de ações populares de afirmação e reivindicação de direitos, como a CPT que realiza as romarias das águas e da terra, que acontecem por todo o Brasil e são um clamor por justiça e fraternidade, mas também anunciam a organização do povo que com fé e luta busca a transformação da sociedade. Nessas caminhadas anuais milhares de romeiros denunciam a violação dos direitos de homens e mulheres do campo e o avanço do agrohidronegócio. Romaria, além de um espaço de oração é também onde se renovam as forças para a luta. Este é um importante momento de manifestação de fé, resistência, celebração e esperança na vida de milhares de pessoas todos os anos (CPT, 2010).

Outra articulação de destaque na luta pela convivência com o Semiárido é a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), que mobiliza a sociedade civil na luta por vida digna, reconhecendo que a água é um direito humano básico, alimento necessário à vida e insumo para a produção de alimentos. A ASA executa o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, o Programa P1MC e o Programa Cisternas nas Escolas, que garantem água para beber e cozinhar, e o P1+2 que possibilita o armazenamento de água da chuva em cisternas calçadão e tanques de pedra para a produção.

Este último programa abriga tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para o consumo humano e para a produção de alimentos. Além disso, fortalece outras iniciativas de convivência com o Semiárido, como a construção do conhecimento agroecológico; as cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa; os bancos ou casas de sementes crioulas; os fundos rotativos solidários; a criação animal; a educação contextualizada; e o combate à desertificação.

A convivência com o Semiárido inclui não apenas a luta por políticas que garantam água para as famílias, mas contempla também o reconhecimento de direitos como o acesso à terra e à educação contextualizada, através do respeito às experiências de vida e de relação com a natureza dos agricultores e

agricultoras. Ela se mostra como uma luta popular que envolve homens e mulheres, agricultores e agricultoras que vai além do estoque de água. As famílias desenvolveram estratégias de armazenamento de alimentos e sementes crioulas, com bancos familiares e comunitários, paióis e armazéns, além dos estoques de forragem para os animais que são adaptados a partir do aproveitamento das pastagens nativas em forma de silagem e feno.

Assim, a participação efetiva dos movimentos sociais nos processos de elaboração, implantação e acompanhamento das políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento das comunidades, baseado em suas realidades e que aponte elementos que valorizem e ampliem as possibilidades de vida melhor para todos.

## Considerações finais

Frente ao explicitado, entende-se que a participação é um processo de construção lento e gradual que não se pode visualizar como algo fácil, sem obstáculos ou dificuldades. Fica claro que ela é uma conquista contínua que depende, fundamentalmente, da atuação dos sujeitos sociais. A construção da 'nova cidadania' requer que se formem laços entre a cultura e a política, constituindo diferentes sujeitos políticos e transformações culturais e políticas que apontem para as mudanças desejadas.

Para Teixeira (2002), a participação efetiva e eficaz da sociedade civil pode ser identificada e precisa ser devidamente acompanhada de alguns elementos fundamentais como: a elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, no qual se possam identificar os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades, potencialidades e negociação entre os diferentes atores; identificação de experiências bem sucedidas nos vários campos, com a sistematização e análise de custos e resultados, tendo em vista as possibilidades de ampliação de escalas e criação de novas alternativas; o debate público e a mobilização da sociedade civil em torno das alternativas entre os atores; a decisão e definição em torno de alternativas, competências das diversas esferas públicas envolvidas, dos recursos e estratégias de implementação, cronogramas e parâmetros de avaliação; o detalhamento de modelos e projetos, diretrizes e estratégias; a execução, publicização, mobilização e definição de papéis dos atores, suas responsabilidades e atribuições, instrumentos e meios de articulação; e, finalmente, a avaliação e o acompanhamento do processo e dos resultados conforme indicadores, acompanhada da redefinição das ações e projetos.



Portanto, se pode dizer que os movimentos sociais representam uma maneira peculiar da sociedade civil, do povo nordestino participar efetivamente nas tomadas de decisão, embora se observe que esse não é um processo fácil e muito menos rápido, mas que é extremamente necessário e urgente, pois somente dessa maneira o Semiárido irá deixar de ser sinônimo de atraso e desesperança para tornar-se lugar do bem viver de todos.

## Referências

- Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Reflexões e proposições da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), no intuito de contribuir para a garantia plena do acesso à água para todas as pessoas no Semiárido*. Disponível em: <http://www.fbcs.org.br/index2.php>?Acesso em: 28 jun. 2012.
- Comissão Pastoral da Terra (CPT). *Jornal Pastoral da Terra*. Ano 35, n. 201, jul.-set., 2010.
- GONH, M. da G. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- MALVEZZI, R. *A transposição e a seca*. CPT - CE, junho de 2012. Disponível em: <http://cptce.blogspot.com.br/2012/05/transposicao-e-seca.html>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- PONTEL, E.; CONTI, I. L.; ARAÚJO, M. de L. Exercício de reconstrução memorial. In: CONTI, Irio Luiz. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul.-set. 2007.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. In: *Políticas públicas: o papel das políticas públicas*. Salvador: AATR, 2002.
- VIEIRA, M. L. *Análise das políticas compensatórias e das estratégias de sobrevivência do homem do campo, principalmente no período de seca: um estudo de caso*. Dissertação. Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE, 2004.







# O PAPEL DO PRORURAL NAS ARTICULAÇÕES COM AS REDES SOCIAIS: CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO, ASSOCIAÇÕES E FÓRUNS

---

**Danielly Martins Barbosa da Silva<sup>I</sup>**  
**Francisco Marcelo Alencar Correia<sup>II</sup>**  
**Josemary Almeida Esteves<sup>III</sup>**  
**José Kleber Ramos G. de Andrade<sup>IV</sup>**

Após a promulgação da Constituição de 1988 disseminou-se uma nova visão de gestão pública. Ela dispõe sobre a criação de conselhos setoriais, transfere decisões às instâncias locais de governo e estimula formas democráticas e participativas de se alcançar o bem estar social, formuladas no processo de gestão compartilhada e com interesses voltados ao coletivo, que explorem o potencial das comunidades interferirem eficazmente no desenvolvimento territorial nas dimensões econômica, social e ambiental. Conforme afirma Farah (2011, p. 119):

O nível local de governo vem promovendo uma série de mudanças no processo de formulação e implementação de políticas públicas e na gestão pública no país. As iniciativas de governos locais sugerem estar em curso um processo

---

I Contadora e aluna gestora do curso da RedeSAN. (daniellymartins@yahoo.com.br)

II Engenheiro agrônomo, Técnico de Supervisão da Unidade Gestora do ProRural em Petrolina - PE e aluno gestor do curso da RedeSAN. (malencar@prorural.pe.gov.br)

III Graduada em Administração de Empresas, Supervisora Regional do ProRural em Petrolina - PE e aluna gestora do curso da RedeSAN. (jossyesteves@yahoo.com.br)

IV Engenheiro Civil, Técnico de Supervisão da Unidade Gestora do ProRural em Petrolina - PE e aluno gestor do curso da RedeSAN. (kramosandrade@hotmail.com)



de reconstrução do Estado no Brasil, marcado pela presença de parcerias entre Estado e sociedade civil e internas ao próprio Estado, assim como pela emergência de novos arranjos institucionais.

Nesse sentido, analisamos o programa do Governo do Estado de Pernambuco em execução desde 1985, intitulado Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural). Este é um programa da Secretaria de Estado de Agricultura e Reforma Agrária, com o intuito de desenvolver políticas de melhoria das condições de vida da população rural e redução dos índices de pobreza, utilizando como um dos instrumentos o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), que aporta recursos oriundos de empréstimo do Banco Mundial, de forma articulada com governos municipais e sociedade civil, em ações prioritárias ao desenvolvimento da região.

Com sede em Recife, o programa possui representação em 12 regiões de desenvolvimento (RD's) e atende 179 municípios do Estado. Neste artigo utilizamos por base o trabalho desenvolvido na Unidade Técnica Regional (UTR) de Petrolina, que é responsável por 15 municípios pertencentes às RD's do Sertão do São Francisco e Sertão do Araripe.

Na região o programa possui ações voltadas para o desenvolvimento sustentável com base nas seguintes estratégias:

- Fomentar e apoiar ações comunitárias e o fortalecimento das organizações sociais, com ênfase na abordagem territorial e na utilização de metodologias participativas que propiciem o exercício do seu protagonismo sociopolítico;
- Estimular novas relações de gênero, geração e respeito à diversidade de raças e etnias nos processos de desenvolvimento local;
- Implementar um cuidado permanente com a sustentabilidade ambiental;
- Ampliar as oportunidades de geração de trabalho, renda e melhoria da qualidade de vida para populações rurais, por meio de implantação de subprojetos associativos.

## **Histórico da formação do ProRural**

Em 1985 o ProRural iniciou suas ações de combate à pobreza rural financiadas pelo o Banco Mundial. A partir de 1992 houve alterações motivadas pelas determinações da Constituição de 1988, que dispunha sobre a criação de conselhos setoriais, dando ao programa um caráter descentralizador. Em 1993 foram reformuladas as ações do programa, através da implantação do Programa

de Apoio Comunitário (PAC), que requereu que as associações enviassem seus projetos diretamente ao ProRural e ao Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC), instâncias responsáveis pela aprovação dos projetos.

No ano de 1998 iniciou-se a constituição de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e em 2001 esta ação ampliou-se para todo o estado de Pernambuco, através de parcerias com 13 ONG's. Em 2002 iniciou-se a implantação do PCPR II com a participação de 178 conselhos municipais. De 2007 a 2010 houve o fortalecimento organizacional desses conselhos com estímulo para que fossem autônomos, ampliados, participativos e democráticos.

## **A formação de rede de mobilização através dos conselhos**

Em sua gestão o ProRural desenvolve o modelo de implantação de rede de formação, organização e mobilização social de convivência com o Semiárido, através da formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o objetivo de fortalecer as organizações sociais e como estratégia de minimizar as interferências políticas. Este modelo permite potencializar o processo de desenvolvimento dos pequenos produtores rurais, especialmente as comunidades rurais pobres, constituindo um processo inicial de implantação de redes sociais.

O processo inicia com a formação das associações em prol de objetivos comuns, que se mobilizam para ampliar as condições do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. Este processo é independente das ações e articulações do ProRural, que orienta as associações a apresentarem subprojetos. Para tanto, elas devem estar em situação fiscal e social regular e participar, no mínimo, um ano no CMDRS. Os subprojetos são priorizados nos CMDRS após a identificação pelas comunidades das necessidades das famílias associadas e, de forma democrática, são eleitas comissões de acompanhamento de todas as fases do projeto.

Os CMDRS são instâncias de participação social formadas por representantes do poder público local e da sociedade civil organizada, com a finalidade de atuar como instrumentos autônomos de articulação e mobilização social e mecanismos institucionais de controle social para a implementação dos programas e das políticas públicas para o meio rural. Seus membros provêm em 80% de associações de trabalhadores rurais e 20% de entidades e instituições governamentais, não governamentais e do poder público local.

As associações e os CMDRS são os principais gestores dos subprojetos executados. Cada qual tem seu objetivo nas articulações e na execução do projeto, cabendo aos conselhos:



- Contribuir para a articulação das políticas públicas, identificação e priorização de ações estruturadoras e de impacto para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais pobres;
- Tonar-se uma instância decisória e democrática na qual são apresentadas e aprovadas as propostas das associações e juntamente com estas responderem pelo acompanhamento do subprojeto, por falhas ou irregularidade cometidas durante a execução.

## O ProRural como estratégia de fortalecimento dos Conselhos de Desenvolvimento

Após a avaliação do Programa de Combate à Pobreza Rural (ProRural), realizada em 2004 pela Fundação Econômica de Campinas, constatou-se que a criação dos conselhos não foi suficiente para desencadear um processo de mudanças que levasse ao fortalecimento das organizações sociais, que era uma dos objetivos presentes na concepção do programa, evidenciado na maioria dos projetos executados. A partir dessa constatação foram desenvolvidas estratégias de fortalecimento dos conselhos com o objetivo de torná-los espaços efetivos de participação, planejamento e articulação para o desenvolvimento rural.

Uma das diretrizes básicas da estratégia é promover mudanças substanciais no comportamento dos atores e das organizações locais, associando o desenvolvimento com as ações educativas. Para implementar essas ações foi elaborada a Estratégia para o Fortalecimento Organizacional dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, direcionada a uma reestruturação organizacional que seja capaz de atuar numa perspectiva mais abrangente, promova maior envolvimento dos atores sociais, atraia a participação efetiva de grupos étnicos, jovens, mulheres e idosos para ocuparem esses espaços de decisão e influenciarem na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento, articulando parcerias entre as redes sociais para a convergência de ações orientadas pelo diagnóstico e o planejamento, que são realizados pelos técnicos sociais do ProRural.

Esses técnicos acompanham, através da participação em reuniões dos conselhos, que são agendadas anualmente e realizadas mensalmente. Repassam informações obtidas sobre projetos, programas e ações de instituições públicas e privadas de qualquer esfera administrativa, como também de empresas e universidades que compõem a rede de desenvolvimento. Segundo Terra (2007, p. 19), "rede de desenvolvimento é uma rede específica que promove cultura inovadora entre os atores regionais e aumenta capital social local, para que ocorra o desenvolvimento econômico e social por meio da inovação".

Com uma linguagem técnica direcionada ao público alvo, utilizando metodologia associada à educação contextualizada, são desenvolvidas palestras sobre associativismo, prestação de contas, informes sobre impostos fiscais e sociais, como também suporte jurídico e contábil. Na parte técnica são realizadas, por exemplo, palestras sobre ordenhas manuais e ações agroecológicas, dentre outras. Dessa forma, essas ações buscam interagir com o público do programa, buscando acessibilidade à gestão do conhecimento<sup>1</sup> com os integrantes da rede de desenvolvimento nelas inseridas. As ações são realizadas nas reuniões dos conselhos, nas quais se tem alcançado um número significativo de associações das localidades, a exemplo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Orocó, onde 83% das associações são vinculadas ao conselho. Desta forma os representantes das associações se tornam agentes multiplicadores das informações e ações repassadas, tornando-se uma rede de conhecimento.

Os Fóruns Territoriais são uma instância deliberativa ampliada que aglutina representantes de vários segmentos que atuam nos municípios, incluindo órgãos de governos municipais, estaduais e federais e o setor privado. Esses fóruns são constituídos através da ação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, que mobiliza os diversos agentes de desenvolvimento local, em articulação com o poder público.

Em suma, as associações, os CMDRS e os Fóruns Territoriais formam redes de desenvolvimento que são fortalecidas pelo acompanhamento técnico e a participação de outros órgãos intersetoriais com o objetivo de uma ação conjunta de redes de conhecimento, como: Codevasf, SEBRAE, SENAI, IPA, ITERPE, ONG's Caatinga, Chapada, IF Sertão, Universidades e outros.

O grande desafio da implantação dos conselhos e fóruns é fazer com que os produtores rurais, através de suas organizações, se apoderem da ideia de que são capazes de implementar as ações necessárias para atingir um melhor desenvolvimento. Questões como anos de ingerência do Estado na implementação de políticas públicas sem participação dos produtores, baixo nível de escolaridade e alto de analfabetismo, conformismo cultural sobre sua condição de pequenos produtores, implicam na necessidade de se realizar um trabalho de recuperação da cidadania e da autoestima, possibilitando que estas pessoas se conscientizem que podem ser atores principais nesse processo, e não meros espectadores.

---

1 Para Loureiro e Santiago (2003), trata-se de uma abordagem facilitadora e sistemática para aumentar o valor e acessibilidade ao capital do conhecimento, tendo em vista qualificar melhor os atores sociais, induzir e disseminar a inovação e assegurar o desenvolvimento das organizações, regiões e pessoas.



## Considerações finais

Todas as estratégias para o desenvolvimento local e regional apresentam uma premissa pautada nos ideais de coletividade, cidadania, democracia e participação. A sociedade, por meio de seus atores, necessita aprimorar seus conhecimentos sobre a importância da participação nos espaços públicos. Desenvolver o território requer a compreensão por parte da sociedade de que o Estado não é mais o único ente responsável pela definição das políticas públicas e que a participação social se faz urgente em um contexto de mudanças rápidas e precisas (Darmer, 2008).

Nesse contexto, as ações do ProRural visam alcançar mecanismos de participação social, através da descentralização de decisões, nos quais se permita o acesso do cidadão aos assuntos governamentais. Os CMDRS, ao representarem a institucionalização da descentralização administrativa no âmbito territorial, ou seja, as decisões deixam de partir do ProRural e são transferidas para os conselhos, que assumem uma responsabilidade bastante grande perante a sociedade. Seus membros têm a responsabilidade de serem articuladores das associações e de difundir os novos ideais de gestão pública que ora se apresentam. Desta forma são construídas as redes de relacionamento entre governo, empresas e o terceiro setor e, da mesma forma, sua capacidade de fomentar as relações de confiança, tão necessárias para o fortalecimento do capital social<sup>2</sup> regional. A consequência imediata disso será a melhoria das condições sociais, resultante de um desenvolvimento local e sustentável da comunidade.

Portanto, os desafios para o desenvolvimento local planejado e participativo não se esgotam com a implementação das estratégias e ações. Cabe às associações, conselhos e fóruns, reestruturados, descobrir outras formas de alimentar o debate e buscar complementariedade das ações, captando recursos através de parcerias público-privadas, convênios e apoios técnicos.

## Referências

DAHMER, Jeferson. *O Conselho de Desenvolvimento Regional: uma estratégia para o desenvolvimento local e sustentável em Santa Catarina*. Disponível em: <http://www.rumosustentavel.com.br/o-conselh-de-desenvolvimento->

---

2 De acordo com a definição do Grupo Politéia da ESAG/UDESC (2005), o capital social é entendido como a capacidade de emancipação política e social de um determinado território, o que o torna capaz de promover o desenvolvimento de forma sustentada.

regional-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento-local-e-sustentavel-em-santa-catarina. Acesso em: 20 jul. 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, EBAPE/FGV, 2001.

Fundação Econômica de São Paulo (FECAMP). *Avaliação do desempenho físico do PCPR em Pernambuco*. Recife, 2004. (mimeo).

LOUREIRO; SANTIAGO, R. A. Gestão do conhecimento: um estudo no âmbito das empresas portuguesas de telecomunicações. *Revista Gestin*, II N° 2, 991-15.

Governo do Estado de Pernambuco. *Manual de Operações da 2ª fase do PCPR*. Projeto Renascer. Recife, 2001.

TERRA, Branca. *Em tempo de rede: a gestão do conhecimento para o desenvolvimento de regiões*. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.







# SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E ACESSO À ÁGUA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Genovaldo Rodrigues Paixão<sup>1</sup>

A alimentação e o acesso à água são assuntos de interesse e abrangência geral que tratam de fatores essenciais para a sobrevivência humana. O debate sobre esses temas é fundamental no contexto do Semiárido, com diversas políticas públicas voltadas a sanar problemas de falta de água dessa região habitada por mais de 18 milhões de pessoas que sofrem com as consequências da seca. A convivência no Semiárido requer a implantação de políticas públicas que tragam melhoria de vida para os seus habitantes.

Diversas leis abordam a segurança alimentar e nutricional e o acesso à água, entre elas a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que contém as diretrizes e institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Igualmente podemos contar com vários programas públicos criados para promover o direito humano à alimentação adequada no Brasil: Programa de Aquisição de Leite (PAA); Programa Cisternas; Feiras e Mercados Populares; Unidades de Beneficiamento e Processamento Familiar Agroalimentar; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa Bolsa Família, entre outros. Este artigo trata da segurança alimentar e nutricional e o acesso à água no Semiárido brasileiro, com o recorte na região de Salinas, em Minas Gerais, onde estão sendo implantados diversos desses programas.

<sup>1</sup> Formado em Administração de Empresas e Pós - Graduado em MBA Executivo em Negócios. Funcionário do Banco do Nordeste S/A, que atuou como Agente de Desenvolvimento numa região de Minas Gerais denominada de Vale do Jequitinhonha (Médio), composta por 15 municípios, com foco na estruturação de cadeias produtivas sustentáveis. Foi (um) aluno muito empenhado e dedicado no curso Formação em Gestão Pública/SAN-ÁGUAS-CISTERNAS/2011 - desenvolvido pelo Projeto RedeSAN/FAURGS-AECID-IABSMDS. Faleceu trabalhando, em decorrência de um acidente de trânsito, no final de 2011. Este artigo foi organizado por Irio Luiz Conti a partir de um dos trabalhos de conclusão (do curso de formação), realizados pelo Genovaldo. Ao Genovaldo e sua família vai o reconhecimento e estima de professores e colegas por sua incansável dedicação em prol das causas do povo do Semiárido no Norte de Minas Gerais.



## A Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido

Da soma dos esforços de pessoas, organizações e instituições civis e governamentais, na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, definiu-se a segurança alimentar e nutricional. Logo a seguir esta definição foi incorporada na legislação brasileira, com a compreensão de que:

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, art. 3º).

Segurança alimentar e nutricional é uma política pública ideal para se desenvolver no Semiárido, já que a região necessita de incentivos e apoio socioeconômico. Esse debate abrange tópicos relacionados à pobreza, fome, desnutrição e insegurança alimentar e nutricional que ainda estão muito presentes no Semiárido.

A seca tem sido historicamente utilizada como um instrumento para favorecer a dominação na região semiárida do Brasil. O governo federal desenvolveu um conjunto de ações para orientar e subsidiar as famílias no convívio com o fenômeno da seca de forma sustentável (Silva; Takagi, 2011). Entre as políticas que se destacaram no combate à fome e à insegurança alimentar está o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que busca o desenvolvimento de ações específicas para a promoção e a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo (Vogt; Souza, 2011).

Vários outros programas foram criados para promover o direito humano à alimentação adequada na região, mas os principais são: Programa de Aquisição de Leite (PAA); Programa Cisternas; Unidades de Beneficiamento e Processamento Familiar Agroalimentar; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Territórios de Cidadania; e Programa Bolsa Família. Para o Semiárido, estes programas possuem um significado forte porque a população tem melhores condições de vida e mais autonomia para promover o desenvolvimento sustentável na região.

## A água como fator de vida no Semiárido

É interessante ressaltar a necessidade de desenvolver políticas voltadas para o direito humano à água no Semiárido. Ao analisar a região do ponto

de vista hídrico, Cavalcante (2006) afirma que o Semiárido possui uma média pluviométrica de 800 mm por ano. Uma pequena parcela desse espaço apresenta a média anual inferior a 400 mm. Os períodos mais secos dificilmente as chuvas não alcançam 200 mm. O que explica o déficit hídrico é o elevado potencial de perda de água por evapotranspiração; a má distribuição das chuvas no tempo e no espaço; a quase inexistência de rios perenes, que garantam a qualidade e quantidade da água para as populações locais; o baixo nível de aproveitamento das águas de chuva; a opção pela tecnologia dos grandes açudes, com grandes espelhos de água que facilitam a evaporação.

Segundo Chiodi et al. (2011), a região semiárida do Brasil é foco de diversas políticas públicas direcionadas a sanar problemas de falta de água. A água é considerada o alimento mais essencial e o acesso regular à água de qualidade para o consumo humano e para a produção de alimentos é de extrema importância para a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional. E Cavalcante (2006, p. 14) destaca que “o acesso à água é ao mesmo tempo um direito humano e também uma condição que depende de fatores que vão desde a disponibilidade hídrica, a forma de gestão do recurso e as relações de poder existentes”.

Na região semiárida o saneamento básico, através da oferta de água é condição fundamental para a sustentabilidade e a qualidade de vida da população. As forças atuantes no Semiárido e ainda as formas de uso da população têm influenciado na melhoria das condições de acesso à água. Entre os fatores que são muitas vezes considerados como limitantes e que dificultam o acesso à água, Cavalcante (2006) destaca: a qualidade da água; a distância das fontes; as questões relativas à divisão dos papéis entre homens e mulheres que geralmente atribuem a responsabilidade do suprimento de água para as mulheres; e as limitações trazidas em função da composição de idade na família, pois quando predominam pessoas mais idosas a dificuldade do abastecimento aumenta. Este autor ressalta que é preciso compreender a relação entre sociedade e natureza, mediatizada pelo trabalho humano e com enfoque regional para dinamizar o processo de distribuição hídrico. Nesse sentido, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), através da resolução nº 64/292, reconheceu o direito à água potável e limpa e o direito ao saneamento como direitos humanos essenciais para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos.

As comunidades e organizações de agricultores do Semiárido vêm há diversos anos desenvolvendo inúmeras tecnologias e experiências para melhorar a vida dos seus habitantes. Cita-se, por exemplo, as cisternas e a educação contextualizada. E a Lei 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é um instrumento de gestão que define, em seu artigo



35, o estabelecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) com a função de acompanhar a execução e a aprovação do PNRH.

No art. 1º a Lei estabelece os seus fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos. É o consumo humano e a dessedentação de animais; IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso Múltiplo das águas; V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (Brasil, art. 1º).

Conforme Cavalcante (2006, p. 11), “o modelo de planejamento de recursos hídricos que passa a predominar a partir da citada Lei é o de planejamento político, que não prescinde de uma sólida base técnica”. No Semiárido várias políticas voltadas para o acesso à água têm sido desenvolvidas e a experiência mais concreta “é do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, um dos dois únicos rios perenes que cortam a região, e que tem sido historicamente objeto de discussão quanto à transposição de águas” (Cavalcante, 2006, p. 11).

Existe ainda a Política Nacional de Recursos Hídricos que, conforme Costa (2011) refere-se a um conjunto de instrumentos que define a utilização racional e integrada dos recursos hídricos mediante o estabelecimento de planos de cursos hídricos. Já, o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos tem o papel de coordenar de forma integrada e compartilhada a implementação da Política de Recursos Hídricos no país. Outras ações podem ser destacadas como instrumentos que promovem o acesso aos recursos hídricos, de acordo com Silva e Takagi (2011), com destaque para o apoio à construção de cisternas, através dos diversos convênios com instituições públicas e privadas.

## **Segurança alimentar e nutricional e acesso à água na região de Salinas - MG**

Até o ano 2000 vigorou, nessa região, o Programa Cisternas no Semiárido brasileiro. Ele é destinado às regiões marcadas por períodos de estiagem no Semiárido de Minas Gerais, que abrange 193 municípios da área de atuação da Secretaria do Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do

Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. O programa teve por finalidade construir cisternas em parceria com as prefeituras e movimentos sociais. Um pedreiro e um representante de cada família beneficiada eram capacitados, contratados e remunerados para construir as cisternas.

Outro programa público voltado à segurança alimentar e nutricional no Semiárido mineiro é o Leite pela Vida. Este programa abrange as regiões Norte e Nordeste, situadas no Vale do Jequitinhonha, Mucuri, especialmente devido à alta taxa de desnutrição ainda existente nessas regiões, associada aos índices alarmantes de analfabetismo e mortalidade infantil. A população de Salinas já conta com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que adquire leite de agricultores familiares e o redistribui à população pobre. Conhecido como Leite pela Vida, este programa é coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), com o apoio da Emater, do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e da Secretaria de Estado da Saúde.

Entre os programas que incentivam e desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional, o poder público de Salinas (2011) apresentou, por meio de decretos e leis municipais os seguintes: Decreto Municipal nº 3.841/2006, que dispõe sobre a aquisição de alimentos para a alimentação escolar; o Decreto nº 4.746/2009, que criou o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE); e o Projeto de Lei nº 018/2011, que dispõe sobre a política de segurança alimentar e nutricional e cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

## Considerações finais

Os programas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidos no Semiárido brasileiro são instrumentos que contribuem para a erradicação da desnutrição e da fome, ao mesmo que promovem recursos hídricos para melhorar a qualidade de vida das pessoas que convivem na região. Tais iniciativas estão em conformidade com o artigo 6º da Constituição Federal que define que a alimentação é um direito fundamental social.

A luta das organizações e movimentos sociais, aliada ao apoio e ao incentivo governamental, alcançou várias conquistas que gradualmente estão sendo transformadas em programas e políticas públicas, que se desdobram em projetos que garantem a alimentação adequada às pessoas que dela necessitam. Aí entra o acesso à água, que é um direito humano e uma condição que depende de fatores que envolvem a disponibilidade hídrica, a forma de gestão dos recursos e as relações de poder existentes nessas transações, em estreita relação com as questões de segurança alimentar e nutricional.



## Referências

- BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o SISAN*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.htm>. Acesso em: 15 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 9433, de 08 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- CAVALCANTI, E. R. *O acesso à água no Semiárido brasileiro: uma abordagem à luz da história ambiental*. 52º Congresso Internacional de Americanistas. 2006.
- CHIODI, R. E. et al. *Políticas públicas e água no Semiárido Mineiro*. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-523-619-20100831104236.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2011.
- CONTI, Irio Luiz. *Segurança alimentar e nutricional: noções básicas*. Passo Fundo: IFIBE, 2009.
- IV Foro Mundial Sobre a Água. *Água, elemento essencial para a vida*. Intervenção da Santa Sé. Cidade do México, 16 - 22 de Março, 2006.
- SILVA, J. G. e TAKAGI, M. *Fome Zero: política pública e cidadania*. Disponível em: [http://www.sep.org.br/artigo/9\\_congresso\\_old/ixcongresso50.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso50.pdf) José Graziano da Silva1. Acesso em: 12 ago. 2011.
- VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. *Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do programa de compra antecipada especial com doação simultânea (fome zero) no município de Tenente Portela - RS*. Disponível em: <http://www.coopgirasol.com.br/UserFiles/Leituras/RegiaoCeleiro.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.







# SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEMIÁRIDO SERGIPANO

---

**Alex Federle do Nascimento<sup>I</sup>**  
**Helison Santos Macedo<sup>II</sup>**  
**Joilda Meneses de Aquino Eloi<sup>III</sup>**

Esta abordagem tem por objetivo mostrar as ações do Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) na luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional no território dos assentamentos de reforma agrária e de comunidades de agricultura familiar do Alto Sertão Sergipano<sup>1</sup>. Esses assentamentos e comunidades, em sua maioria, contam com poucos recursos naturais necessários para manter uma vida de qualidade e com alimentação saudável. No entanto, diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, eles vêm desenvolvendo práticas de convivência mais harmoniosas de acordo com suas realidades.

Ao longo de seus 17 anos o Centro acompanha e realiza educação popular e presta assessoria técnica a agricultores e agricultoras por meio de práticas agroecológicas e ações de melhoria de vida de homens e mulheres no campo. Serão referenciadas ações e projetos como: o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2); a Produção Agroecológica e Segurança Alimentar (PROSA); e o Projeto de Formação pela Experimentação em Manejo da Caatinga. Essas ações ocorrem por meio de

---

I Especialista em Sociedade e Cultura. Licenciado em História pela Universidade Tiradentes. Assessor Educacional no Centro Dom José Brandão de Castro, em Aracaju – SE. (alexfederle@yahoo.com.br)

II Graduado em Gestão Financeira. Atua como Técnico de Campo no Centro Dom José Brandão de Castro, em Aracaju – SE. (hsamac@bol.com.br)

III Graduanda em Gestão de Recursos Humanos. Assessora Educacional no Centro Dom José Brandão de Castro, em Aracaju - SE. (jmaeelo@hotmail.com)

1 Localizado na região semiárida sergipana, composta pelos municípios de Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha.



parcerias entre instituições que atuam na mesma perspectiva, como a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC).

## Contextualização da agricultura em Sergipe

Nos últimos anos a agricultura familiar no Brasil tem atraído grandes discussões (Alves; Lima, 2012) para impulsionar sua produção. Na realidade sergipana esse panorama não é muito diferente, de modo que ocorrem muitas mobilizações, conferências, seminários e encontros em torno do tema. Essa é uma discussão que vem desde o período colonial e em alguns momentos outros modelos de produção ganharam destaque nesse processo histórico (como a pecuária), porém, a agricultura teve sempre grande destaque. As produções agrícolas cultivadas em Sergipe além da cana de açúcar serviram de fonte econômica à Província, principalmente a farinha de mandioca, o tucum em rama ou fiapo, a carne, a sola, o fumo e o arroz (Gonçalves, 1998).

Em Sergipe num primeiro momento em torno da agricultura estava o trabalho escravo, não muito diferindo das demais regiões do Brasil. Assim,

a presença dos escravos africanos e seus descendentes no território sergipano teve uma concentração maior nos locais de produção de cana de açúcar obviamente devido ser a lavoura o grande boom da economia naquele momento, tanto que os engenhos sergipanos tiveram um crescimento considerável até a primeira metade dos oitocentos (Nascimento; Santos; Barreto, 2010, p. 12).

Além do trabalho escravo houve, posteriormente, o trabalho assalariado direto e indireto. A cana de açúcar predominou até 1940 e teve sua queda com o crescimento da pecuária e, a partir daí, permeia-se às culturas dos grandes proprietários de terras, surgindo a figura do posseiro. Esse passou a ocupar terras pouco exploradas pelos grandes proprietários e produzir produtos diversos para a venda. Surgiu, ainda, a figura do vaqueiro que se transformou em criador, e assim por diante. A partir de meados da segunda década do século XX o governo sergipano passou a incentivar algumas práticas da agricultura familiar, ainda que de forma contraditória, pois priorizou os grandes proprietários. No entanto, criou alguns órgãos que serviram para “apoiar” a agricultura, dentre eles a Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a conseqüente implantação de projetos de irrigação (Alves; Lima, 2012).

Em 1995 foi criado o Centro Dom José Brandão de Castro, que desde a sua fundação até os dias atuais vem desenvolvendo ações junto a assentamentos e

comunidades rurais com apoio às práticas agroecológicas, de conscientização e de preservação ambiental, que serão discutidas a seguir.

## **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2)**

Este programa é uma iniciativa da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) que se constitui por meio de uma rede que reúne aproximadamente 1.200 organizações da sociedade civil que juntas desenvolvem políticas públicas em prol de uma convivência mais harmoniosa com o Semiárido, de modo a incentivar e valorizar as características e a cultura de cada região. A ASA tem por missão “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social” (ASA, 2012, p. 2). Ela entende a água como direito humano básico e alimento indispensável para a vida e a produção agrícola. A partir desse entendimento ela desenvolve o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido (Alves; Lima, 2012).

A ASA surgiu em 1999, “durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), no Recife, a sociedade civil organizada e atuante na região semiárida brasileira promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil” (ASA, 2012, p. 2). O evento teve grande repercussão regional e nacional, chamando a atenção para assuntos do Semiárido. No momento que a “ASA lança a Declaração do Semiárido, se consolida enquanto articulação e propõe a formulação de um programa para construir 1 milhão de cisternas na região” (ASA, 2012, p. 3).

No entanto, antes disso já se havia percebido a necessidade de discutir a realidade do Semiárido brasileiro a partir de um novo olhar que servisse para iniciar um processo de desconstrução do que se pensava sobre o semiárido, que era visto como um lugar onde existia apenas seca e miséria. Nessa perspectiva passam a surgir ações que tomaram por base “a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional, a educação contextualizada, o combate à desertificação, o acesso à terra e à água e a promoção da igualdade de gênero” (ASA, 2012, p. 4).

A ASA, através do P1+2, atua na luta pela construção de cidadania por meio de um trabalho de conscientização, mobilização e formação das famílias beneficiadas pelo programa, mediante a implementação de ações para a captação de água por meio de tecnologias sociais como cisterna de 52 mil litros adaptada para a roça, cisterna calçadão, barragem subterrânea, barragem sucessiva, bomba d’água popular, barraginhas, barreiro trincheira de lona e tanque de pedra, além de encontros, intercâmbios e capacitações que são realizados com agricultores atendidos pelo programa.



O programa busca ir além da captação de água de chuva para o consumo humano, avançando na utilização sustentável da terra e no manejo adequado dos recursos hídricos para a produção de alimentos (animal e vegetal), promovendo a segurança alimentar e a geração de renda por meio das implementações tecnológicas citadas anteriormente.

As ações do P1+2 se voltam para o acesso à água e à soberania alimentar de forma consciente. Os processos formativos servem de conscientização e incentivo às famílias beneficiadas que, na maioria das vezes, não têm perspectiva de produção e vivem em condições precárias, além de não terem água suficiente para realizar seus cultivos. Com a implementação das ações do P1+2 os agricultores e agricultoras passam a ter segurança alimentar e nutricional de maior qualidade respaldada nos princípios da agricultura familiar. O CDJBC reforça, em seus momentos formativos, a importância da produção de matriz agroecológica.

## **Produção Agroecológica e Segurança Alimentar (PROSA)**

O programa é uma iniciativa do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), que desenvolve ações em vista da sustentabilidade no Semiárido. Tem por missão a contribuição “para o desenvolvimento humano-local-sustentável-integrado, contemplando o fortalecimento da cidadania e a equidade de gênero, geração e etnia” (CDJBC/PDHC, 2011, p. 2 - 3). Visa, ainda, o fortalecimento dos processos locais, participativos e solidários em prol dos assentados e agricultores familiares. O projeto é realizado em parceria com organizações não governamentais na execução de serviços de assistência técnica com o intuito de desenvolver os territórios e potencializar a convivência com o Semiárido.

O termo firmado entre CDJBC e PDHC evidencia o foco estratégico do programa que é gerar e difundir referências que orientem políticas públicas para o desenvolvimento humano sustentável no Semiárido, considerando o protagonismo dos agricultores e agricultoras familiares; o fortalecimento de mecanismos democráticos de implementação e gestão de políticas públicas; a articulação do local com o territorial e o nacional; a integração das políticas, programas e projetos nas diversas esferas governamentais; e a integração entre Estado e sociedade (CDJBC/PDHC, 2011).

O PDHC é “uma experiência exitosa porque, além de desenvolver ações estruturantes para fortalecer a reforma agrária e a agricultura familiar no Semiárido nordestino, investe efetivamente na articulação e organização dos espaços de participação social” (PDHC, 2012, p. 3).

Na perspectiva de valorizar o protagonismo dos sujeitos e a assistência técnica, monitoramento e formação do público apoiado pelo PDHC, surgiu

como parceiro o Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC). Este centro é uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 1995 e atua no estado de Sergipe. É filiado à Associação Brasileira de ONGs (ABONG), com reconhecimento de utilidade pública municipal, estadual e federal, que tem como missão “contribuir para o fortalecimento das formas de organização e qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais sergipanos na luta pela superação da exclusão social” (CDJBC/PDHC, 2011, 2).

Nesse processo de parceria firmado entre o CDJBC e o PDHC ambos têm o papel de desenvolver assistência técnica permanente a assentados e assentadas, agricultores e agricultoras familiares de assentamentos e comunidades de agricultura familiar do território sergipano com o intuito de fortalecer as bases da agricultura familiar (CDJBC/PDHC, 2011). O CDJBC aposta em práticas agroecológicas como possibilidade de uma agricultura com produção saudável para o consumo humano. Para isso é necessário o respeito ao meio ambiente no viés da agroecologia, que proporciona “as bases científica e metodológica para a promoção de estilos de agricultura sustentável, uma vez que leva em conta o objetivo de produzir quantidades adequadas de alimentos com elevada qualidade biológica para toda a sociedade” (CDJBC, 2010, p. 5).

O PROSA é um programa que investe em atividades de inclusão produtiva com foco na produção agroecológica de alimentos para o consumo humano e a comercialização. O trabalho é desenvolvido na perspectiva de convivência com as potencialidades de cada região, especificamente a semiárida, e aborda a soberania e a segurança alimentar e nutricional, além de promover a geração de trabalho e renda e a preservação ambiental. É um projeto voltado às famílias e tem participação prioritária das mulheres sertanejas (CDJBC, 2010).

A atuação do CDJBC no território se dá por meio da parceria firmada com o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), que financia o desenvolvimento das ações que acontecem por meio da assistência técnica nas áreas de atuação do programa. As atividades são acompanhadas por um técnico com formação específica, de modo a primar pela sustentabilidade e com base no manejo ecológico, adequado, que vise qualidade de vida das famílias ou grupos assessorados pelo programa.

## **Projeto de Formação pela Experimentação em Manejo da Caatinga**

O projeto é também uma iniciativa do PDHC. Surgiu diante da necessidade de práticas conscientes no uso dos recursos naturais para uma melhor convivência com o Semiárido. No território sergipano as ações deste projeto começaram no ano de 2009, em parceria a Associação Cultural Raízes Nordestinas (ACRANE) em



sua execução em 2009 a 2010. A partir de 2011 o CDJBC e o PDHC assumiram as ações do projeto, com o envolvimento de agricultores e agricultoras experimentadores de cinco municípios que compõem o território do Alto Sertão Sergipano.

A proposta era de implantação de cinco campos de aprendizagem com agricultores e agricultoras experimentadores, técnicos e técnicas, mobilizadores e mobilizadoras sociais, por meio da realização de um processo de formação continuada em manejo da caatinga com fins pastoris bovino, apicultura e sistemas agroflorestais. Foram organizadas atividades de manejo da caatinga em cinco comunidades e assentamentos do Alto Sertão Sergipano (considerando serem estes os campos de aprendizagem do projeto) e sete outros assentamentos que se inseriram no processo de formação, uma vez que se priorizou o perfil das características de produção de acordo com a demanda de cada um dos assentamentos e das comunidades, estas atividades se voltaram para práticas conscientes no uso dos recursos naturais (CDJBC, 2011).

O projeto tem como objetivo prestar assessoria técnica específica com a promoção de encontros de aprendizagens territoriais em manejo da caatinga, utilização de metodologia integrada à educação contextualizada que dê suporte ao aprendizado dos agricultores e das agricultoras de assentamentos e comunidades de agricultura familiar em áreas experimentais de manejo da caatinga no território do sertão sergipano. O projeto alcança quatro campos de aprendizagem devido uma das comunidades optar por não fazer mais parte do processo formativo ainda em 2010.

No entanto, as demais que continuaram nesse processo formativo no intuito de atingir melhorias em áreas de preservação ambiental como também na intenção de melhorar a sustentabilidade de suas famílias e ter uma melhor convivência com o Semiárido, o que aponta para avanços significativos na segurança alimentar e nutricional. Os campos de aprendizagem se formam em áreas de exclusão de animais cuja principal função é permitir a regeneração da vegetação nativa, seja por surgimento espontâneo ou utilização dos estratos lenhosos e herbáceos (CDJBC, 2011).

Cabe destacar também o desenvolvimento dos campos de aprendizagem que apresentaram ganho ambiental identificado pelo processo de monitoramento e, conseqüentemente, proporcionam níveis de ganho econômico e melhoria da qualidade de vida para os produtores e produtoras do Semiárido sergipano. O trabalho de formação que é desenvolvido nos campos de aprendizagem é referência para o território. Um exemplo disso é que grande parte dos agricultores e das agricultoras passaram a desenvolver práticas agrícolas agroecológicas sustentáveis, com base nos conhecimentos adquiridos na formação (CDJBC, 2011).

## Considerações finais

De acordo com o que foi apresentado é possível notar que a partir de algumas ações que vêm sendo desenvolvidas no território sergipano, parte delas destacam práticas de convivência com o Semiárido que buscam qualidade de vida para as pessoas que vivem na região semiárida. Diante disso é perceptível o quanto essas ações modificam a realidade das famílias residentes em assentamentos e comunidades que, em sua maioria, contam com poucos recursos naturais necessários para manter uma vida de qualidade e com alimentação saudável. Porém, as experiências que vêm sendo multiplicadas entre os grupos mostram o quanto a realidade vem mudando.

As ações realizadas ao longo de alguns anos mostram resultados que foram alcançados por meio da assessoria técnica e educacional desenvolvida no Semiárido sergipano. Entre eles pode se destacar: o empoderamento de grupos de mulheres que produzem produtos orgânicos para a comercialização e subsistência de suas famílias; as práticas conscientes de homens e mulheres nas produções; a multiplicação dos conhecimentos adquiridos nas formações; a recuperação de áreas degradadas que não tinham mais utilização; melhores condições de alimentação para os animais; água de qualidade para o consumo humano; água para a produção e para os animais durante o período de estiagem; a formação de viveiros de mudas por grupos de mulheres; o fortalecimento da agricultura familiar; e a valorização da cultura e das características do Semiárido.

Muito vem sendo feito para mudar a realidade do Semiárido, muito se tem conquistado, mas é preciso fortalecer ainda mais as ações para que elas possam cada dia mais se difundir e assim fazer com que as políticas públicas sejam de fato efetivadas de maneira que valorizem os aspectos da região e que propaguem seus conhecimentos.

## Referências

ALVES, Ademário; LIMA, Hinaldo. *Agricultura familiar*. Disponível em: [linux.alfamaweb.com.br/\\_AgriculturaFamiliar.pdf](http://linux.alfamaweb.com.br/_AgriculturaFamiliar.pdf). Acesso em: 28 jun. 2012.

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). *Como surgimos*. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes>. Acesso em: 21 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/>. Acesso em: 21 jun. 2012.



Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC). Cidadania é assim, uma história puxa outra. *Coletânea de histórias de vida do semiárido sergipano*. Aracaju: Impressão Gráfica e Editora Ltda, 2008.

\_\_\_\_\_. Experiências na agricultura familiar. *Práticas agroecológicas: agroecologia*. Aracaju: Razão Gráfica Informática Ltda, 2010.

\_\_\_\_\_. *Plano de monitoramento territorial em manejo da Caatinga*. Aracaju: CDJBC, 2011.

\_\_\_\_\_. *Relatório descritivo 1 do Projeto de Formação pela Experimentação em Manejo da Caatinga*. Aracaju: CDJBC, 2011.

\_\_\_\_\_. *Relatório descritivo financeiro das ações desenvolvidas pelo CDJBC em 2009*. Aracaju: CDJBC, 2010.

Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) e Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). *Termo de referência para contratação de serviços de assessoramento técnico visando à assistência técnica permanente*. Aracaju, 2011.

\_\_\_\_\_. *Termo de referência para contratação de serviços de assessoramento técnico visando formação territorial pela experimentação em manejo da Caatinga 2011*. Aracaju, 2011.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *As cartas de alforria e a religiosidade: Sergipe 1780-1850*. São Cristóvão, Universidade Federal do Sergipe, 1998. Dissertação.

NASCIMENTO, Alex Federle do. SANTOS, Alexandra Andrade dos. BARRETO, Talita Santos. *As relações entre senhores e escravos em Maruim e Santo Amaro -SE, 1801-1857*. Aracaju: UNIT, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso).

Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). *Protagonismo por excelência*. Disponível em: <http://www.projetedomhelder.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2012.







# O TRABALHO DA TERRA: A LÓGICA E A SIMBÓLICA DA LAVOURA CAMPONESA\*

---

**Irio Luiz Conti<sup>I</sup>**  
**Bianca Espíndola de Abrão<sup>II</sup>**  
**Camila Seffrin Martinevski<sup>III</sup>**  
**Lauren da Silva Pettenon<sup>IV</sup>**

Os trabalhos etnográficos gradualmente vêm ampliando sua influência nos estudos acadêmicos das sociedades contemporâneas. Especialmente a partir da Antropologia, eles se estendem para outras áreas do conhecimento e contribuem expressivamente para a revelação das lógicas internas que constituem os modos de vida de grupos sociais e o mosaico étnico e cultural brasileiro.

Este estudo traz os elementos fundamentais da etnografia de tipo tradicional, realizada por Ellen Woortmann e Klaas Woortmann, sobre os camponeses dos municípios de Ribeirópolis e Itabi, no estado do Sergipe. Ao realizá-lo os autores propuseram-se a analisar o processo de trabalho agrícola dos camponeses para entender sua lógica interna, as relações de gênero e as dimensões simbólicas presentes nesses processos de trabalho nos seus espaços de convívio social.

O objetivo deste trabalho consistiu em estudar a obra dos Woortmann e analisar como, nessa etnografia, os camponeses de Ribeirópolis e Itabi se relacionam com a produção e o consumo alimentar a partir de seu processo de trabalho. Deste modo, fez-se um esforço para captar as diferentes concepções

---

\* Este artigo resulta do estudo da obra de Ellen Woortmann e Klaas Woortmann intitulado de *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997. O título do artigo segue o mesmo título da obra, que traz uma importante contribuição desde a Antropologia, para a compreensão de um tripé que fundamenta o modo de vida camponês sergipano: a família, o trabalho e a alimentação.

I Doutorando em Desenvolvimento Rural no PGDR/UFRGS e bolsista FAPERGS. (irio@ifibe.edu.br)

II Mestranda em Desenvolvimento Rural no PGDR/UFRGS. (bianca.abrao@yahoo.com.br)

III Nutricionista e aluna especial no PGDR/UFRGS. (camila.martinevski@gmail.com)

IV Mestranda em Desenvolvimento Rural no PGDR/UFRGS. (laurenpettenon@yahoo.com.br)



e manifestações camponesas em torno da alimentação, que é tratada pelos autores como um componente constituinte da unidade do modo de vida camponês dentro do processo de trabalho. Por isso, cabe acentuar que a opção pela ampliação do enfoque sobre a alimentação cumpre uma finalidade específica para efeito desta publicação, que possui um foco no acesso à água e na produção de alimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada da população do Semiárido brasileiro. É um estudo que precisa ser compreendido como parte de um modo de vida camponês integrado e sistêmico em uma realidade específica, que são os municípios de Ribeirópolis e Itabi, no Sergipe. Entretanto, nessa realidade, e provavelmente com certo grau de generalização para a região semiárida brasileira, a terra, o trabalho, a família e a alimentação são elementos indissociáveis que conformam um *continuum* embasado no saber prático e simbólico que dá unidade ao modo de vida camponês.

Uma breve contextualização do campo de trabalho empírico realizado pelos Woortmann facilita a sua compreensão. O Sergipe localiza-se no Nordeste brasileiro e, conforme o IBGE (2010) é o menor estado da Federação, com área de 21.910 km<sup>2</sup> e 2.068.031 habitantes, caracterizando-se como o sexto estado menos populoso do país. Os municípios de Itabi, com 4.972 habitantes e Ribeirópolis com 16.161 habitantes, localizam-se na região central do Sergipe e possuem economia baseada na produção agrícola e com um expressivo número de habitantes residentes nas áreas rurais. Os agricultores familiares e os sem terras residentes nas áreas rurais e nos povoados rurais são denominados no estudo etnográfico dos Woortmann de *sitiantes*, de modo que, neste trabalho também serão assim chamados.

## **Das soltas às cercas: breve histórico dos sistemas de produção**

O campesinato brasileiro tem suas raízes históricas que remetem para a agricultura colonial dos séculos XV e XVI, mas que progressivamente alcança seu auge nos séculos subsequentes. Segundo Sabourin (2011), foi à margem dessa agricultura colonial que emergiu no Nordeste brasileiro, a partir do século XVIII, um campesinato constituído por produtores livres como vaqueiros, escravos libertos, quilombolas e meeiros, com a finalidade de produzir alimentos para as fazendas nos espaços deixados livres pelos sistemas de produção dominantes. O estado do Sergipe insere-se nesse contexto e a partir do século XVIII o campesinato passou a defrontar-se com a grande propriedade rural num conflito que se estende até os dias atuais. Na centralidade desse conflito está o acesso e o uso

da terra e das aguadas, que explicitam sistemas distintos de produção que os Woortmann caracterizam como soltas e propriedade privada.

As soltas eram terras de uso comum dos camponeses, também chamadas de terras livres porque todos tinham acesso ao uso das terras e das aguadas. Em algumas regiões localizadas do Brasil ainda permanecem casos que caracterizam este modo camponês de produção, atualmente denominado de fundos de pasto na Bahia ou faxinais no Paraná. Nas soltas os sitiantes eram posseiros e não proprietários da terra. Nelas se conformavam as terras de parentes, transmitidas por herança, constituindo verdadeiros territórios camponeses em terras libertas. O sistema de organização e produção de um sítio continha áreas para a casa, quintal, criatório de animais, roçado, mato e pousio<sup>1</sup>. As terras não eram cercadas e eram usadas num sistema de alternância entre mato, roçado e pousio, num ciclo natural que possibilitava a renovação das terras e a reprodução social.

O que caracterizava a posse da terra nas soltas não eram os documentos cartoriais e sim o seu uso, de modo a gerar uma concepção que foi amplamente difundida pelos doutrinadores jurídicos e a Igreja Católica, como terra de trabalho<sup>2</sup>. Isto é, a terra deveria pertencer aos que nela trabalham e dela tiram o seu sustento para viver, não para a especulação e exploração. Esta concepção de posse e uso comum da terra de trabalho foi fundamental para a reprodução social que Ploeg (2006) chama de condição camponesa, que se manifesta nos modos camponeses de fazer agricultura, conforme Sabourin (2011) analisa amplamente nas regiões vizinhas à região deste estudo etnográfico dos Woortmann.

Entretanto, a ausência de títulos formais de propriedade por parte dos camponeses no sistema das soltas, agregada de dois fatores externos identificados por Sabourin (2011) como a proibição da comercialização de escravos e a concomitante promulgação da Lei de Terras em 1850, foram determinantes para alterar as bases do modo de vida e de produção do campesinato brasileiro e sergipano. Pois, essa Lei favoreceu a legitimação, por parte do Estado, da ocupação das terras devolutas, ao mesmo tempo em que abriu espaço para a inauguração de um promissor mercado fundiário que se expandiu rapidamente no Brasil e no Sergipe. As terras soltas passaram a ser expropriadas pelos grandes proprietários e grupos econômicos, evidenciando uma nova forma de relação social e de

---

1 Pousio é o período que a terra fica em repouso após o seu ciclo produtivo assim organizado: mata, derrubada, plantio, pastagem (esgotamento da fertilidade da terra) e pousio. Após alguns anos de pousio a terra renova sua fertilidade e pode voltar a ser cultivada.

2 Em 1980 a CNBB publicou um livro denominado *Igreja e os problemas da terra*, no qual, com base na Doutrina Social sobre o uso e a destinação dos bens, estabelece uma clara distinção entre terra de trabalho e terra de negócios. Ver documento da CNBB disponível em: <http://www.catoliconet.com/pub/publicacoes/bfa.pdf>.



produção caracterizada pela subordinação camponesa, o que equivale a dizer a substituição das soltas pela propriedade privada.

A propriedade privada da terra e a crescente concentração fundiária não só significou o fechamento das soltas, mas também instaurou a substituição da terra de trabalho pela terra de negócio e introduziu o sistema de arrendamento. A terra, que antes era livre, passou a ser cercada, os sitiantes livres se transformaram em sitiantes submissos e subordinados, a terra de trabalho transformou-se em terra de gado. O cercamento e a delimitação das terras se completaram após a metade do século XX. E, dessa forma, o seu uso pelos sitiantes somente passou a ser possível através do arrendamento ou da compra, após árduos anos de trabalho e muita economia. Alguns poucos camponeses conseguiram se organizar e defender seu pedaço de chão ou então readquirir algumas áreas e legalizá-las como de uso comum nos moldes que se assemelham aos dos fundos de pasto. No entanto, os casos registrados não passam de exceções que confirmam a regra da radical transformação que marca o acesso e o uso das terras e das aguadas, mas também constitui o substrato da condição camponesa e mantém aberto um conflito secular de interesses inconciliáveis. A Lei de Terras, deste modo, foi usada para beneficiar a concentração fundiária, constituindo-se no que Sabourin (2011) chama de primeira oportunidade desperdiçada de o Estado brasileiro fazer uma verdadeira reforma agrária e favorecer amplas camadas de camponeses nordestinos alijados de seus direitos.

O Quadro 1 mostra de forma resumida as transformações históricas ocorridas nos espaços e nas percepções dos sitiantes, que não só modificaram os espaços internos dos sítios, mas, sobretudo, alteraram suas condições e possibilidades de reprodução social.

Quadro 4: Transformações históricas dos sistemas de produção na região.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO	
Terras Soltas (secular)	Propriedade Privada (Lei de Terras 1850)
Terras de uso comum	Propriedade privada e individual
Terra livre e acesso livre	Terra cativa e cercas limitantes
Direito consuetudinário de uso	Título formal da propriedade

SISTEMAS DE PRODUÇÃO	
Terras Soltas (secular)	Propriedade Privada (Lei de Terras 1850)
Sitiantes são posseiros	Sitiantes são arrendatários
Quem quer tem acesso à terra	Quem quer precisa comprá-la
Reciprocidade	Venda do trabalho
Sucessão por herança/parentesco	Sucessão por compra ou herança
Terra de trabalho	Terra de negócio = terra de gado
Policultivo para autoconsumo	Monocultivo de gado pressiona e limita o policultivo
Produção = produção alimentar	Produção = condicionada ao patrão
Produção segue os ciclos naturais	Produção sob pressão tempo/espaço
Sitiantes livres	Sitiantes cativos ou subordinados
Equilíbrio ecossistêmico	Ecossistema fragmentado

Fonte: Conti; Abrão; Martinevski; Pettenon, 2012, com base em Woortmann, 1997.

## O lugar do trabalho e da alimentação na vida dos sitiantes

Para os Woortmann o sítio constitui-se no lugar do trabalho por excelência, porque ele expressa a construção de um conjunto de espaços que se articulam entre si e possibilitam que os camponeses organizem seus sistemas de reprodução social. De alguma forma esses espaços são idealmente construídos, mas não há como pensar em um sítio sem consentir que ele seja composto por casa, quintal, casa de farinha, pasto, chão de roça, malhada, capoeira e mato. Existem alguns desses espaços que exercem certa ascendência sobre os demais, como o mato, por exemplo, que é o ponto de partida de toda e qualquer organização do sítio, porque é a sua transformação em roça, através do trabalho, que garante o modo de vida dos sitiantes.

Na compreensão dos sitiantes o trabalho envolve as atividades de derrubar e ‘amansar’ ou domesticar o mato, cuidar do roçado, do curral e do gado. O



trabalho aqui é entendido como atividades de produção que resultam em produtos diversos para o autoconsumo e para o comércio, incluindo o ato da venda desses produtos. Deste modo, o trabalho se constitui num contínuo processo de transformação da natureza em cultura. E o processo de transformar os produtos do roçado em comida, mais o cuidado da casa, das crianças e do quintal, que normalmente é realizado pelas mulheres, não é considerado trabalho. Isso mostra que o trabalho é uma construção social, simbólica e ideológica, com clara conotação de gênero que atribui papéis distintos para homens, mulheres, jovens e crianças.

É construção social porque se faz e se refaz de acordo com as convenções e padrões dos diferentes grupos sociais. É simbólica porque ultrapassa as operações funcionais de procedimentos e técnicas e abrange uma gama de relações com os ciclos da natureza e a influência dos astros e das divindades em todo processo de produção, desde a derrubada passando pela colheita, até a transformação e o consumo. Esses ocorrem permeados por rituais que só os sitianteiros que o realizam entendem a profundidade de seus significados nessa dinâmica de transformar o trabalho prático em trabalho simbólico. Sua conotação ideológica está contida na concepção que reduz o trabalho apenas ao processo produtivo, que é governado pelo homem, deixando fora todo processo de transformação dos produtos em comida, que é tipicamente um trabalho feminino, invisível e, por isso, não reconhecido nem valorizado pela concepção camponesa masculina dominante.

O trabalho, que é fundante na vida dos camponeses, é precedido e permeado pelo saber técnico e o saber simbólico que se complementam entre si. O saber técnico possibilita que os sitianteiros façam o planejamento da produção, que envolve escolhas adequadas das terras para o plantio, conhecimento das condições do solo e das sementes apropriadas, cálculos das necessidades alimentares para o autoconsumo e para a feira, mas também das necessidades que alguns produtos têm dos outros para produzirem de forma solteira ou consorciada. Esse saber técnico é imbricado com o saber estético, que se mostra, por sua vez, na feitura dos aceiros que previnem o avanço do fogo e das covetas para o plantio, que expressam o domínio técnico do homem e, sobretudo, funcionam como critério moral de definição de um bom sitianteiro como aquele que sabe ordenar e administrar seu sítio.

Os saberes técnico e estético se complementam com o saber simbólico, que garante o domínio das magias e das crenças religiosas que perpassam as relações produtivas camponesas. Assim, o processo de trabalho resulta do encaixamento das ações desses diferentes saberes, de modo que ele é precedido



e sucedido de um saber fazer que expressa a “linguagem” dos sitiantes, viabiliza o sistema de produção e produz cultura no modo de reprodução camponesa.

O trabalho de transformar natureza em cultura possui um espaço claramente delimitado que é o sítio. Via de regra, um sítio possui basicamente dois tipos de solo: o chão de roça e a malhada, que requerem manejos diferenciados. O chão de roça se caracteriza pela derrubada do mato ou da capoeira, que vira roça de plantio extensivo por alguns anos e depois volta ao pousio para que a terra se renove e mais tarde volte a ser roça. O gado geralmente entra no estágio terminal do sistema, após a terra estar esgotada, podendo então ela voltar a ser pousio e capoeira ou transformar-se em pastagem. No chão de roça, geralmente constituído por terreno de relevo mais ondulado, raso e pedregoso, a fertilidade da terra é de curta duração e é garantida através da camada de húmus e das cinzas das queimadas, além da palhada que sobra de um plantio para outro.

A malhada se caracteriza por um tipo de solo mais profundo, argiloso e em terrenos mais planos, de modo a facilitar o manejo da produção intensiva. Nela o gado exerce uma função estratégica porque a fertilidade da terra é garantida pelo esterco que é recolhido dos currais e posto nas covetas de plantio consorciado e adensado, além do maior volume de palhada resultante das colheitas mais abundantes. Um habilidoso saber fazer do homem que governa a roça, agora ordenada em covetas, é realizado nas escolhas do solo e no manejo das diferentes variedades e espécies de produtos que se alternam na produção para o autoconsumo e a feira, a fim de otimizar o solo, o adubo, o tempo e o espaço de acordo com os ciclos da natureza. A capacidade de recuperação da fertilidade do solo mediante a produção de esterco possibilita que a terra fraca não seja transformada em pastagem nem em pousio, como no chão de roça, potencializando a produção de uma diversidade de produtos, inclusive os denominados de fortes, como o inhame, que requerem terras fortes.

A malhada requer áreas destinadas para a produção de pasto e palma, que serão transformados em alimento para o gado e se transformarão em adubo para a fertilização da malhada que produz alimentos, constituindo uma espécie de círculo virtuoso. Esse círculo alimenta a precedência da malhada sobre o chão de roça. Pois, o primeiro sistema produtivo requer mais insumos de trabalho e é reconstruído pela fertilização, mas é contínuo e altamente valorizado no mercado imobiliário, enquanto o chão de roça requer mais força de trabalho e não possui a mesma valorização por ser uma terra construída que requer rotação cíclica de culturas intercaladas de pousio e apresenta rendimentos menores. O município de Ribeirópolis localiza-se na região da mata de Itabaiana e seus sitiantes são favorecidos por um solo mais argiloso e úmido, mais propício para



a malhada e à produção de uma ampla diversidade de produtos. Já, o município de Itabi está localizado no sertão, com menor pluviosidade, mais chão de roça e menor produção agrícola por parte dos sitiantes. Isso mostra que os tipos de solos indicam prevalências de sistemas de produção e manejos diferenciados e resultam em mudanças diferenciadas nas formas de reprodução camponesa e na condição socioeconômica das famílias.

Os sitiantes dominam o saber fazer e organizam seus roçados com base em planejamentos da produção que levam em conta vários fatores como as condições do solo, as necessidades alimentares das famílias, as demandas do mercado e as plantas que se complementam ou se repelem. O plantio de diferentes variedades em uma mesma roça expressa sua arte de saber governar e ordenar o roçado para que ele produza o máximo dentro de suas condições naturais. Um engenhoso serviço de classificação possibilita que o consorciamento contemple, na centralidade das covetas, o plantio dos produtos principais e às suas margens os produtos complementares em fases alternadas de plantio, crescimento vegetativo e colheita. No entanto, essa lógica do consorciamento encontra empecilhos para se viabilizar nos casos em que os sitiantes arrendam terras, porque esses sofrem um tipo de compressão do tempo e do espaço que não lhes permite plantar certas variedades e otimizar todo ciclo produtivo. Caracteriza-se, assim, a subordinação e o condicionamento dos espaços e das plantas dos arrendatários ao capim para o gado e, em escala mais ampla, a subordinação social desses sitiantes aos proprietários de terras.

O consorciamento requer que os sitiantes façam as escolhas dos produtos que serão plantados com base no princípio da alternância, que consiste no escalonamento do plantio das variedades, observando o tempo e o espaço. Assim, otimizam a utilização do espaço, a fertilidade do solo e o trabalho familiar ao longo do ano, ao mesmo tempo que operacionalizam a produção numa rotatividade benéfica ao solo e, sobretudo, para o abastecimento alimentar porque o consorciamento alternado possibilita segurança diante de fatores climáticos. Eis um mecanismo mais seguro para garantir a segurança alimentar e nutricional camponesa, pois o plantio consorciado considera as diversas possibilidades já referidas, especialmente numa região marcada pelas vulnerabilidades climáticas.

## **A hierarquia familiar: uma construção social de gênero**

A etnografia do processo de trabalho dos sitiantes mostra que o trabalho é uma construção social e simbólica que se evidencia na hierarquia familiar

camponesa. Terra, trabalho e família constituem um tripé inseparável e fundamental na dinâmica desse constructo. As duas primeiras dimensões já foram mais contempladas nos escritos anteriores, por isso agora cabe trazer mais alguns elementos que ajudam a compreender as relações sociais de gênero dos sítiantes.

Inicialmente cabe acentuar que a hierarquia de gênero é também uma hierarquia no trabalho e em todo modo de estruturar a organização do sítio. Ao homem é atribuído o papel social de chefe de família e, como tal, cabe-lhe o governo em uma tripla dimensão: o comando do sítio e a respectiva delimitação dos espaços que se referem a todo processo de trabalho e produção, tanto no roçado como no cuidado do gado e outros animais; o governo do saber, ou seja, a externalização da máxima “manda quem sabe”, já que ele tem o domínio dos saberes técnico, estético e simbólico expressos no saber fazer requerido pelo processo produtivo; e o governo do dinheiro, uma vez que este é oriundo da produção do roçado e é apropriado e administrado pelo homem que é o provedor da casa. Adicionalmente o homem tem direito a se alimentar de alimentos mais fortes que a mulher e as crianças porque está voltado ao trabalho para o sustento da família. Desde cedo os filhos são introduzidos nesse ofício de governar o sítio, mais precisamente a parte externa da casa que abrange os animais, o roçado e o mato. No entanto, nesse trabalho os jovens somente alcançam sua autonomia à medida que se casam e passam a gerir seu próprio sítio ou quando o chefe de família já não existe mais e esses assumem integralmente sua gestão, inclusive a comercialização.

À mulher é atribuído o papel social de ajudar ao homem em diferentes atividades que integram o cotidiano do sítio. Assim como o homem, ela também tem o governo claramente delimitado sobre algumas áreas como: o governo da cozinha e do conjunto das atividades domésticas atinentes a esse domínio; a transformação dos produtos do roçado em comida, ou seja, em cultura; o cuidado das crianças e ou de pessoas doentes e idosas; e o cuidado do quintal e dos arredores de casa. A mulher não pode “tocar a roça” sozinha, a não ser em caso de viuvez, neste caso, a primeira etapa (baixar o mato) não será realizado por ela. Contudo, a figura feminina exerce um papel importante na divisão do espaço principal do roçado em vários subespaços de acordo com os produtos de referência ou principais. Nesses subespaços ela planta produtos secundários que servem de divisas naturais entre os diversos produtos e exerce várias atividades na roça principal, além de todas as atividades domésticas. Suas filhas, desde cedo são introduzidas nas lidas domésticas e aos poucos também ajudam no roçado.

Tanto sobre o homem quanto sobre a mulher pesam critérios morais que se explicitam no trabalho e em sua transformação em comida, mas que são referenciais para o êxito em sua condição camponesa. Assim, é do capricho e da



dedicação do homem para fazer os aceiros de prevenção contra o fogo e as covetas que acolhem as sementes que depende a sua reputação como um bom sitiante. Da mesma forma, é pela abundância de hortaliças, temperos e frutas que a mulher cultiva no quintal e de sua dedicação no cuidado dos arredores de casa e da cozinha que depende sua imagem como sitiante no plano das representações sociais. Um bom pai de família é aquele que sabe governar a roça e uma boa mãe de família é aquela que governa bem o quintal. Do trabalho de ambos, especialmente dela, sai o café para o uso doméstico e ritual, como uma honrosa demonstração do prolongamento da casa e do sítio para a sociedade. Não obstante as atribuições específicas que foram socialmente construídas e demonstram uma clara hierarquia de gênero, o homem e a mulher portam uma relação moral que os corresponsabiliza pela produção e o consumo no sentido da família depender o mínimo de compras da feira e do mercado, numa demonstração da autonomia e autossuficiência familiar na esfera da comida.

## Sistemas de oposições

Os sistemas de oposições no campo da alimentação já foram estudados por diversos autores. Nesses estudos, os alimentos são percebidos por sua natureza como “fortes” e “fracos” e “quentes” e “frios” em diversas regiões do Brasil e essas classificações alimentares fazem parte da percepção moral da vida dos camponeses, firmando identidades e hierarquias sociais. Em muitos casos, as categorias transcendem o domínio dos alimentos e podem se opor ou se combinar, e existe certa universalidade desses sistemas. Geralmente essas classificações possuem vínculos com o organismo humano e aparecem nas relações entre comida e saúde, articulando-se com a categoria trabalho.

Na etnografia dos sítiantes sergipanos os Woortmann ressaltam várias oposições. Este artigo atém-se àquelas relacionadas diretamente com a alimentação e o processo de produção. Na obra, de modo geral, o uso das categorias “forte” e “fraco” aparece reacionado ao mato e ao roçado (mato amansado pelo trabalho do pai de família), ao chão de roça e à malhada, à terra de trabalho e à terra de gado, aos alimentos principais e aos complementares na dieta dos sítiantes. No que tange às categorias “quente” e “frio”, estas aparecem na classificação das plantas, combinando-as com o tipo de adubação, e nos alimentos de origem animal e vegetal.

Esta concepção classificatória, que aqui se denomina sistemas de oposições, é fundamental para a organização do consorciamento manejado pelos sítiantes, uma vez que as representações de suas práticas estão intimamente relacionadas

às dinâmicas temporais e espaciais. Contudo, não somente os fenômenos climatológicos atuam sobre a produção de alimentos que resulta do processo de trabalho. Os elementos da natureza, como a lua, atuam fortemente sobre a tomada de decisões, no planejamento e na execução das atividades agrícolas. Os sitiantes lançam mão de seus conhecimentos sobre os elementos simbólicos, abstratos e sobrenaturais para explicar e intervir em suas plantações, demonstrando que suas percepções representam também suas conexões com a natureza circundante. Através de suas observações, experiências e conhecimentos, tanto com os seres materiais como com os seres imateriais, os camponeses estabelecem e afirmam, mesmo que seja de forma inconsciente, a sua reprodução social.

A partir da obra estudada pode-se inferir que o sistema de oposições se alimenta das condições sociais nas quais os sitiantes estão inseridos e que lhes apresentam inúmeros desafios e barreiras para a reprodução do seu modo de vida camponês. Não bastassem os percalços climáticos, ainda persistem os conflitos territoriais ligados à propriedade, posse e uso da terra. Nesse ambiente hostil e conflitivo os sitiantes forjam seus modos de reprodução e manutenção no campo. Eles não criaram ou idealizaram estes sistemas de oposições apenas como forma lúdica de vencer os desafios emergentes. Ao contrário, através de suas observações diárias e do convívio direto com a terra, dos conhecimentos transmitidos e de trocas com outros sitiantes, eles leem e organizam o seu espaço e o tempo no ambiente onde vivem. Essa é uma explicação segura de um ciclo energético de vida que se retroalimenta numa cadeia que envolve pessoas, terra, trabalho, tempo, lua, animais, plantas, chuva, sol, alimentos e comida, que tem sua realização no trabalho como uma construção simbólica e ideológica.

## Considerações finais

O estudo realizado foi de grande importância para o entendimento da lógica e do modo de vida camponês dos sitiantes de Ribeirópolis e Itabi. Eles ousoam na criação de formas que lhes possibilitam a reprodução social em uma realidade relativamente difícil, especialmente devido à compressão do seu tempo e do espaço nas pequenas áreas de terra ou nas terras arrendadas e as agruras que decorrem dessa relação.

A partir da análise desta obra pode-se perceber que os padrões alimentares dos sitiantes expressam uma estreita relação entre comida, trabalho e família. O conflito surgido a partir da Lei de Terras se perpetua na atualidade e é permeado por interesses inconciliáveis entre os sitiantes e os grandes proprietários de terras, ao mesmo tempo em que influencia as condições e possibilidades



de reprodução social dos camponeses. As terras que antes se destinavam ao consumo das famílias e eram manejadas sob uma cosmovisão mais integrada com os ciclos da natureza, agora são condicionadas aos interesses dos grandes proprietários que subordinam a terra, os sitiante e os próprios produtos resultantes de seu trabalho.

Apesar das expressivas mudanças, os sitiante encontram formas criativas de sobrevivência em estreita relação com o seu trabalho. Suas estratégias de reprodução, como o consorciamento no plantio, a transmissão e troca de saberes, o saber fazer e a própria hierarquização na organização familiar que estão na base desse processo, garantem sua vida e possibilitam que sua lógica de organização social e de trabalho se perpetue ao longo do tempo. Sem dúvida, essa é uma lógica baseada em uma cosmovisão camponesa que concebe e busca o equilíbrio entre os diferentes sistemas de oposições, simbólicos e com o ecossistema, de modo a permitir a reprodução da condição camponesa e assegurar a produção, distribuição e consumo de alimentos entre os sitiante.

Portanto, o trabalho dos camponeses sergipanos possui múltiplos significados interconexos que não podem ser reduzidos a compreensões simplistas. O saber camponês mostra que a dimensão fundante e central do trabalho, como uma ordem moral, consiste em transformar a natureza em cultura, por meio da produção alimentar para garantir a reprodução social camponesa. Aqui a terra de trabalho e o próprio trabalho humano alcançam a sua dimensão ética e moral expressa na relação honrosa de troca entre trabalho e terra, que enaltecem tanto a terra quanto o ser humano que a trabalha na forma de trabalho livre. Nesse processo, os sistemas de oposições contribuem na estruturação de valores que ajudam a organizar e reproduzir o sistema e o modo de vida camponês, na busca de um equilíbrio entre todos os elementos que compõem o sítio.

## Referências

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Igreja e problemas de terra*. Disponível em: <http://www.catolicanet.com/pub/publicacoes/bfa>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/indicadores\\_sociais\\_municipais.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf). Acesso em: 15 set. 2012.

- SABOURIN, Eric. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Márcia Rodrigues (Org.). *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: SENAC, 2004.













ISBN 978-85-64478-21-3



9 788564 478213



Execução:

Realização:

